ENTRE FRONTEIRAS:
GRIETAS PARA (RE)EXISTIR

Ener Vaneski Filho

Pantanal Editora

2021

Ener Vaneski Filho

Entre fronteiras: grietas para (re)existir

Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez	Tec-NM (México)
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Profa. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes	IFB
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Profa. Dra. Patrícia Maurer	UNIPAMPA
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felippe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	IFB
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Vaneski Filho, Ener.
V252e Entre fronteiras [livro eletrônico] : grietas para (re)existir / Ener Vaneski Filho. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 101p.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88319-91-8
DOI https://doi.org/10.46420/9786588319918

1. Agronegócio. 2. Reforma agrária – Brasil. I. Título.
CDD 333.31

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
https://www.editorapantanal.com.br
contato@editorapantanal.com.br

PREFÁCIO

Irmão, isso é mais uma carta do que uma apresentação. Gostaria de ter enviado como um presente pelo seu 39º aniversário. Mas não me chegou alguma inspiração, por falta de respiração, talvez. Andei me sentindo um tanto sufocado. Sabe como é. Quero continuar nossa conversa, que há tempos iniciamos e que não vamos acabar. Falávamos da situação do campesinato, e eu posso compreendê-lo a partir da sua narrativa, daquilo que você extrai e compartilha em sua própria existência. Não dava para sair do Butiá para ouvir sobre si retóricas toscas e parciais, insatisfatórias, discursos vazios que preenchem tantos e tantos ouvidos distraídos, ensurdecidos pelas gargalhadas das fotos postadas nas redes sociais. Sou grato por você buscar com toda a sua força os seus sentidos e razões, o nó em que nos encontramos nesta teia. Por seu ímpeto e dedicação necessários para converter sua expressão, sua "voz de anjo" à linguagem científica e que, por isso, possui algum grau socialmente certificado de validação. É assim que você traduz seu conhecimento em termos técnicos, mas sem deixar de associá-los à clareza dos ditados e dizeres que reproduzem o conhecimento das rachaduras por onde escorrem as vidas marginais. Sua pesquisa científica é para mim um presente. O produto da sua vida camponesa, a sua riqueza, o fruto do seu suor. Neste regalo conheço as correntes teóricas que se detêm sobre uma classe – assim conformada para caber em estudos com conclusões –, um tipo humano ou um modo de ser, um momento, uma identidade desidentificada, uma máscara de se revelar como ser vivo ao outro. Você tem sua vida na fronteira geográfica, cartográfica, social, psíquica. O que pode parecer um labirinto é para você um atalho. Como um personagem da fantástica literatura latino-americana, já me despedi para reencontrá-lo assim que virei as costas. E o que me pareceu um instante lhe rendeu aventuras por terras distantes, amizades profundas, títulos acadêmicos. Sua energia extrapola seu corpo, seus gestos, suas palavras. A realidade ao redor lhe é uma grande provocação, insinuando-se constantemente, estimulando a compreensão das suas razões de ser, suas origens, seus porquês. Assim que conecta pessoas, lugares e fatos, percorrendo o tempo e o espaço ausente de uma linearidade que ilude a tantos. Ergue suas próprias pontes, escava subterrâneos, mergulha em abismos e retoma o fôlego nas montanhas. Incansável, insaciável. Extrai mesmo da distração o seu âmago. Por isso tanto chão palmilhado: para ouvir, ver e sentir respostas em Sierra Norte de Puebla, em rincões da floresta ombrófila mista, no Paraguai, no MS, no acampamento brasiguaio. É assim que lhe ouço contar-me sua história, dos navios ancestrais cruzando o Atlântico, da subida da Serra do Mar para encontrar no planalto os Xoklengs a folgar batendo os pés na água, de adentrar a floresta de araucárias e receber seu colo em um buraco de bicho, das cruzes de taquara a ecoar os cânticos da Monarquia Celestial, das madrugadas gélidas no fogão a lenha, de fugir e se encontrar no lombo de égua, de se perder para buscar a si ao se emancipar ainda adolescente, nas câmaras frias do fruto proibido, de profeta do desenvolvimento na cidade fria de gentes encolhidas e escondidas, nas noites na estrada a procurado do conhecimento, na geografia das autarquias,esplanadas e ministérios. Você me explicou várias vezes, contou suas viagens e seus estudos e só agora consigo enxergá-los com maior nitidez com

essa flor livro síntese. E lhe vejo se questionar: - Como sustentar a existência de um campesinato quando o camponês que há em mim está morto? Foi dessas conversas que entendi e agora está transcrito: ser camponês significa a melhor resposta possível na dinâmica das sociedades humanas consigo e com a natureza. Mas de uma forma diferente, num tom que os equipamentos econômicos, tecnológicos, agronômicos atuais não conseguem identificar. Afinal, estes medem outras coisas que não a vitalidade. Convertem adversidade em cifras. Daí vem a proposta de um exame mais acurado que possa identificar seus sinais vitais, a partir da pluralidade de formas de interpretação. Respire fundo, conecte-se com a totalidade, perceba o pulsar ao ritmo da dança universal. Aí está ele, vivo! Mas haveria critérios científicos ou burocráticos para determinar, por lapso temporal, pelos caminhos geográficos percorridos, pela renda auferida, pelos relacionamentos estabelecidos, pelos títulos acadêmicos, por um julgamento do modo de ser observado do gabarito técnico a julgar pela morte e determinar o arremesso da pá de cal? Seriam os barracos de lona preta fúnebres estandartes da extinção dessa forma de existência? Ou, na dinâmica descrita, você teria assumido uma outra posição no movimento, no processo, graças à sua permanente instigação, buscando fundamentos técnicos para sustentar o que seria óbvio para as famílias camponesas, mas que em sua relação com o Estado como mediador do capital necessitam pareceres de cientistas, que transmutem os ruídos coloquiais, as cenas bárbaras e os odores do labor sob o Sol à linguagem escrita, à retórica das reuniões em gabinetes onde computadores, luzes, cafezinhos, água engarrafada e o ar condicionado ao artifício da encenação vão justificar as trincheiras que dividem mundos, as barragens dos rios, o envenenamento da terra, as exportações sem impostos? Aos que ficam sem terra, sem comida, com a forma de existência destruída, dizem os missionários do desenvolvimento: - Acalmem-se, não deve doer nada. Apenas trabalhem, consumam, apliquem a receita e deixem que o restante cabe aos experts. Mas o que teria acontecido de errado? A eliminação do excedente humano é um tema constrangedor. Então, senão fisicamente, ao menos nas narrativas, nos relatórios de crescimento econômico, no sorriso do teleapresentador que anuncia a concretização de mais um grande empreendimento da modernidade desenvolvimentista rumo ao infinito utópico, a mágica do desaparecimento acontece. Esses seres que somem, que vão e que voltam, permanecem, porque não estão nem lá nem cá, ocupam as fissuras. A periferia do mundo, onde está o centro das nossas vidas. Quanto tempo durarão os camponeses? Como serão num tempo em que o próprio futuro da espécie humana é incerto, quando uns se afirmam transumanos via bluetooth e outros se reconhecem em igualdade com animais, vegetais, minerais, montanhas, nuvens, carros, smartphones e que, dissolvendo-se na totalidade, são o próprio todo, estão além de si mesmos? Pergunte à camponesa se ela trabalha para alimentar a si ou ao mercado. A resposta silenciosa vem com a observação atenta. Ela alimenta os ciclos da vida com a sua própria existência, com o seu fôlego vital; e são os ciclos da vida que a alimentam, que preenchem de sentido a sua existência. Essa singela complexidade é desafiada pelos destinos inequívocos do campesinato: ser absorvido pelo agronegócio para ser mão de obra; ou ser agricultor familiar e abandonar seu modo de viver para ter uma profissão e ter a vida medida pelo lucro. A isso se resumirá toda a diversidade das nações indígenas, dos

quilombos, de seus puxirões, dos roçados novo, antigo e maduro, *doska'aguy*, de pomares, hortas e pastos faxinais, das agroflorestas? Por isso a espoliação. E, por conta desse assalto, ser campesino é, sobretudo, lutar pela terra. Esse é o cerne da sua vida, que a realidade hegemônica quer destruir. Porque o campesinato é um entrave, um obstáculo que fomenta uma espiral de resistência. A existência de um ser em conexão com a terra é um alvo a ser destruído, inclusive pelas interpretações externas, pelo peso bibliotecas, de debates intensos, de planos de desenvolvimento descarregados como um raio sobre trajetórias humanas transindividuais, que excedem o campo da psicologia – sem oferecer o divã – e transbordam para as ciências sociais. Muito mais adentro das linhas teóricas encontram-se as perspectivas subjetivas que subvertem as pretensões homogeneizantes. O próprio brasiguaio sem-terra, que tem diante de si o mundo aberto com as portas fechadas. Que anda equilibrado na linha da fronteira, de um lado o fime do outro o começo, o passado e o futuro. Nas encruzilhadas históricas onde se encontram os oprimidos de todo o mundo. Existe ainda o além, pois em uma linha suspensa não há lados, nem em cima nem embaixo, que é como se consegue de fato percorrê-la. Os desterrados são os sujeitos da "globalização plebeia" que é o êxodo. Desabam oceano abaixo e caminham zumbis na Antares de Veríssimo, que retratou a sua realidade para profetizar a nossa. Assim o campesinato se torna a força que opera nas fronteiras agrícolas em expansão. É a canalização da sua energia pelo capital. Os seres desgarrados, sem perspectiva, sem desejos, sem projetos, entregues ao dinheiro do outro que lhes imprime a determinação da alma que foi roubada. Tomar-lhes a terra é retirar a base de sustentação de suas vidas, do que lhes ancora como seres vivos dotados de razão, de sentimentos. Até sentimentos. São os fantasmas da barbárie luso-espanhola, da destruição do Paraguai pela Tríplice Aliança, da transformação de mensus em mate e madeira, almas penadas cujos esqueletos sustentam a barragem de Itaipu e cujos sonhos foram submersos em ficções supranacionais. O Paraguai, a nação violada, abusada, se tornou então um ritual de passagem na via sacra da desgraça, gestando novos seres, novas identidades e significados alinhados à margem das rodovias, onde racham estruturas para abrir espaço em que caiba o corpo e se possa respirar; e mantendo sinais vitais mínimos, envenenados e desnutridos, possam ser eles próprios a terra a alimentar as sementes de novas existências que irão germinar. Essa experiência foi por você acompanhada e sentida fisicamente, em carne e osso, no olho no olho, em dias marginais, como alvo de xingamentos e objetos atirados em expressões de ódio resultante do pavor e da incompreensão do diferente e de si próprio. Não é coincidência, também, que pela administração do monopólio do uso da violência, os militares sejam protagonistas nos eventos de maior repercussão para a população empobrecida da fronteira brasiguaia, como as guerras e governos golpistas, ditatoriais e entreguistas. Os militares também estão envolvidos em episódios de menor envergadura, mais localizados, mas da mesma forma impactantes para as pessoas atingidas. É assim em ações policialescas no trato com as famílias refugiadas, aqui recebidas com intimidações, grosserias e ironias, enquanto os "gigolôs de terras" são bajulados e protegidos. A fuga e o abandono são ao mesmo a busca pela terra prometida e sem males. A jornada percorre e forja fissuras, alternativas à obviedade do destino traçado nos projetos de governo. O

ousar ser inadequado à sujeição e seus prêmios prometidos para além dessa vida; de não acreditar ou ao menos discordar da retribuição que por vezes não é sequer insinuada, que não existe. É a conformação dessa expressão da natureza humana contemporânea: a de poder não só fazer o que se quer, mas de poder escolher o que se quer; e que esse querer é intrínseco à vida quando significa resistir à sistemática eliminação das suas condições de existência.

Peregrina, inverno de 2021.

Raul Cezar Bergold

APRESENTAÇÃO

Iniciei em 2002 um contato permanente com famílias de agricultores na condição de extensionista rural da Empresa Catarinense de Pesquisa e Extensão Rural – EPAGRI, lotado em Matos Costa, Santa Catarina, também conhecida por "região do Contestado". [1] Nessa época eu não fazia ideia do que significavam as palavras; ideologia, Estado, Capital, ciência, tecnologia[2]. Afinal, a minha subjetividade era a do camponês que ingressou em um emprego público por meio de uma formação técnica pretérita (vista como uma das poucas formas de se 'escapar' do sofrimento do trabalho duro do campo). A aprovação em um concurso público me colocava agora como profeta do desenvolvimento, em nome do Estado, nas regiões *pobres e atrasadas,* segundo o Banco Mundial[3].

O fato curioso é que no momento da escolha de vagas para lotação para diversos municípios do estado, ao lado do nome de cada um existia uma inicial "RA", não perguntei o que significava. Apenas depois de escolher o município fui descobrir que RA significava Reforma Agrária, sendo que até aquele momento só sabia o que a mídia falava sobre tema. E assim fui para a região e por lá fiquei seis anos trabalhando diariamente em seis assentamentos e tentando compreender um pouco mais desse universo.

Esse período foi uma prévia para o que viria em seguida, pois em 2008 eu iniciaria um novo período de vida e trabalho no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no estado do Paraná. À primeira vista foi um grande choque – sair do campo, do contato diário com os agricultores e os *assentados* e ir para a burocracia estatal. De início foi desesperador, pensei que seria o fim do contato com as "pessoas de carne e osso" e o início de uma vida desperdiçada em uma sala cheia de papeis. Para minha sorte apesar de diminuído drasticamente o tempo junto às comunidades rurais um novo horizonte surgiu, tive o privilégio de conhecer uma boa parte dos projetos de assentamento implantados no Paraná, suas organizações e *movimentos*[4].

Mas ainda faltava conhecer melhor a origem, o fato gerador, o indutor de um assentamento que é o acampamento, e o acampamento surge quando pessoas decidem buscar uma vida digna e fazem quando existem certas condições sociais objetivas.

Ao ingressar no mestrado, decidi que era hora de empreender um esforço organizado para buscar a compreensão dessa linguagem que é o acampamento. No Paraná existem 11 mil famílias acampadas em 140 áreas em disputa (OAR/PR, 2015), poderia ter escolhido um acampamento "normal" destes 140,

---

[1] Matos Costa é o nome dado ao antigo povoado de São João dos Pobres, a cidade está localizada no centro da região chamada de "região do Contestado", foi ali no início do século XX ocorreu uma das maiores revoltas camponesas da história brasileira. A construção de uma estrada de ferro causou mudanças na região que acabou com um levante dos moradores locais, e que foi vencida depois de inúmeras batalhas pelas forças do Estado.

[2] O extensionista rural foi e é um dos agentes mais ativos para aplicação de políticas públicas para o campo, o termo surgiu do "extramuros" das universidades americanas, onde os professores começaram a trabalhar no campo para aplicar as tecnologias desenvolvidas nas Universidades.

[3] Em 2002 o Estado de Santa Catarina contratou um empréstimo junto ao Banco Mundial para aplicar uma série de políticas públicas nas áreas rurais sob o nome de Projeto Microbacias 2. O critério de seleção dos municípios a serem beneficiados era o de pobreza medido pelo IDH e a condição de vulnerabilidade ambiental.

[4] O Paraná têm 330 projetos de assentamentos, destes já estive em trabalhos na maioria deles.

mas gostaria de incluir um fator que agregaria e complexificaria a discussão, foi então que escrevi um projeto com um tema que além de envolver a questão agrária, envolveria também uma população especifica dentro da categoria "sem-terra", um grupo que desde 1985 surgiu com uma *identidade* diferenciada: os brasiguaios.

Desde os anos de 1990 eu sabia da existência de um movimento de agricultores brasileiros em direção ao Paraguai, o que não sabia era o seu retorno, e em 2009 durante o trabalho de campo para realizar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), no então recém-criado assentamento Milton Santos, muito famílias relatavam terem vivido anos no Paraguai e terem retornado ao Brasil para se incorporarem a luta por *reforma,* tendo vivido anos em acampamentos e agora estavam oficialmente assentados, agora eram beneficiários[5]. Em 2010 as notícias veiculadas na mídia, principalmente uma matéria exibida no programa globo rural, davam conta de um quadro "dramático" dessas populações. Parecia-me que ali existia um caso a ser pesquisado sob a ótica da resistência camponesa[6].

Para o estudo do caso, buscamos no primeiro capítulo compreender a formação histórico-social do campesinato latino-americano, concluindo com elementos que ajudam a pensar a situação agrária no continente, em especial no Brasil e no Paraguai. Para isso, iniciamos um percurso desde a formação, os enfoques que se deram ao tratar do campo e suas populações, passando pela desvalorização camponesa, a modernização conservadora da agricultura brasileira, a estrangeirização das terras paraguaias até a construção da usina de Itaipu, que modificou a estrutura agrária da região.

O segundo capítulo busca situar os momentos de entrada dos brasileiros no Paraguai, o contexto onde isso aconteceu e os impactos. Nele também situamos a reabertura democrática do Brasil, com o lançamento do primeiro plano de reforma agrária que faria com que muitos brasileiros iniciassem o movimento de retorno. Nessa época surgem as ocupações de terras, se diferenciando das invasões que ocorreram antes de 1964. As ocupações, enquanto forma acampamento (Sigaud, 2000) como linguagem de interlocução com o Estado, é o cenário para surgimento do termo brasiguaio que dá forma a um sujeito entre fronteiras.

A pesquisa para escrever os dois primeiros capítulos, mais as orientações recebidas, mostrou-me a necessidade de realizar trabalhos de campo na região Sul do estado do Mato Grosso do Sul, afinal ali, além do surgimento do termo, também é o lugar onde ocorreram e ocorrem as mobilizações onde a identidade de brasiguaios é adotada com maior ênfase. Para tanto, conhecer e entrevistar pessoas no

---

[5] O projeto de assentamento Milton Santos está localizado no município de Planaltina do Paraná e tem 163 famílias. Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento é um instrumento determinado pela resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e obriga o INCRA a realizar uma série de estudos para a implantação de um projeto de assentamento, pois para o conselho os assentamentos são potencialmente poluidores. Beneficiário é o nome adotado pelo INCRA para se referir aquele que recebeu um lote de terras e as políticas de apoio, sendo um beneficiado a partir de agora. Veiculada em 2010 e apresentada pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz, a matéria mostrou as dificuldades enfrentadas por brasiguaios acampados no acampamento Antonio Irmão Brasiguaio no município de Itaquiraí (MS) e foi até a conflituosa colônia de Laterza Cué, no interior do Paraguai.

[6] Veiculada em 2010 e apresentada pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz, a matéria mostrou as dificuldades enfrentadas por brasiguaios vivendo no acampamento Antonio Irmão Brasiguaio no município de Itaquiraí (MS) e foi até a conflituosa colônia de Laterza Cué, no interior do Paraguai.

município de Novo Horizonte do Sul, que é resultado da emancipação política do projeto de assentamento Novo Horizonte, antiga gleba Santa Idalina, invadida em 1984, tendo sofrido o despejo no mesmo ano e em 1985 ocupada pelos brasiguaios, ajudou a recuperar o surgimento do termo. Dessa maneira segui como estratégia metodológica e espacial da pesquisa o Mato Grosso do Sul. Uma vez que se tivesse focado em acampamentos do Paraná, conforme o cronograma inicial, teria sido muito difícil realizar a pesquisa como estudante e não ser associado diretamente a esse papel social que cumpro atualmente no estado do Paraná como servidor do INCRA. Assim, os contatos e a continuidade da pesquisa no acampamento Antonio Irmão Brasiguaio, no município de Itaquiraí, foram um passo natural para entender a atualidade da questão.

Observamos que a situação dos brasiguaios sem-terra ainda não contempla uma solução: durante os trabalhos de campo na região, um novo acampamento surgiu, justo na linha de fronteira, e nele o discurso novamente da identidade brasiguaia está presente. Assim a espiral das ocupações (Loera, 2006), também no caso dos brasiguaios, se mostra uma realidade de lutas, nas *grietas* onde os despossuídos, teimosamente resistem.

O autor, Agosto de 2021.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **4**
APRESENTAÇÃO **8**
AGRADECIMENTOS **12**
O CAMPESINATO LATINO-AMERICANO **13**
1.1. Campesinistas e Descampesinistas na América Latina 15
1.2. Teorias e perspectivas sobre o campo 19
1.3 A estrangeirização do território e o agronegócio: a relação Brasil- Paraguai 24
1.4. Itaipu ou a pedra que (des)encanta 31
TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO **36**
2.1 O contexto 36
2.2 A fronteira brasiguaia 38
2.3 Mobilizações por terra no Brasil: da invasão à ocupação 43
2.4 A forma acampamento e os sem-terra 48
2.5 A "identidade" brasiguaia sem-terra 51
2.6 Brasiguaios sem-terra: o movimento de retorno 54
TERRITÓRIOS EM DISPUTA **59**
3.1 Um Novo Horizonte: no Sul 60
3.2 Acampamento Antônio Irmão Brasiguaio 68
3.3 O movimento em disputa 74
3.4 O "racha" 79
CONSIDERAÇÕES FINAIS **82**
a) Campesinato 82
b) Modernização e busca da terra de trabalho 84
c) Brasiguaios 86
REFERÊNCIAS **88**
SOBRE O AUTOR **99**
ÍNDICE REMISSIVO **100**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), pela liberação parcial de minhas atividades como servidor para dedicar-me ao estudo dessa questão, que também contribui com a discussão a respeito da reforma agrária.

Agradeço ao empenho e interesse da professora Nashieli Rangel Loera, quem orientou a realização do trabalho científico que embasou esta obra. Foi do encontro com sua pessoa que se tornou possível formar e incorporar conceitos como o de fronteira, forma movimento e forma acampamento.

No mesmo dia em que soube da definição da professora Nashieli como orientadora, eu acabara de decidir ir ao México para acompanhar as pesquisas da minha companheira que iniciaria um período sanduíche no seu curso de doutorado. Como a professora Nashieli é mexicana e havia sido assistente de pesquisa no Centro de Estudos Avançados em Antropologia Social (CIESAS) em Guadalajara junto à professora Guadalupe Rodriguez Gómez (*in memoriam*) , também tive o privilégio de durante 6 meses realizar pesquisas como *estudiante huesped* no CIESAS e ao mesmo tempo, para complementar essa formação, cursar um trimestre como aluno no mestrado em *desarrollo rural* da Universidade Autônoma Metropolitana, unidade de Xochimilco (UAM-X), sob orientação do professor Amando Bartra Vergés, a quem também estendo meus agradecimentos.

A Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra, que com sua existência levou a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP.

Agradeço também aos membros do acampamento Antonio Brasiguaio que me receberam em seu meio e me fizeram compreender seu dia-a-dia, seus dilemas, suas histórias de vida e aspirações.

O CAMPESINATO LATINO-AMERICANO

Esse capítulo tem como objetivo geral apresentar uma discussão inicial sobre a formação social do campo na América Latina. Defenderemos nessas páginas que o campo é muito mais que um espaço rural, e que apesar da maciça proletarização das populações rurais (Hobsbawn, 2004), o campesinato, é uma forma cultural que persiste. Faremos isso para preparar a discussão posterior sobre a necessidade e atualidade da reforma agrária como forma de proteção, e de direito desses "fora da lei", que são os camponeses sem-terra.

Embora com peso relativo e inter-relações que variam consideravelmente, praticamente todos os sistemas agrícolas resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados. São eles: a produção agroindustrial capitalista, na qual a relação trabalho-salário é central, a agricultura empresarial (familiar) e a agricultura camponesa (Der Ploeg, 2009). As duas primeiras são práticas regidas pelo tempo do capital, já a terceira, está centrada na recriação de sua própria existência e em um ambiente cada vez mais asfixiante, mas consegue criar estratégias de sobrevivência (Der Ploeg, 2009).

Nos anos 70, Henri Mendras (1976) identificava cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: 1) uma relativa autonomia face à sociedade global; 2) a importância estrutural dos grupos domésticos, 3) um sistema econômico de autarquia relativa, 4) uma sociedade de interconhecimentos, e; 5) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (Mendras, 1976). Isso quer dizer que o campesinato ao mesmo tempo em que está subordinado à sociedade hegemônica, conseguia manter certa autonomia na produção e reprodução social. Isso era possível dada a manutenção de sua cultura, que de acordo com Mendras (1976), era realizada ao apostar nos meios de sobrevivência voltados ao passado, ancorado no conhecimento tradicional e não na ciência moderna.

Para Mauro Almeida (2007), os estudos das sociedades agrário-camponesas têm sua primeira estruturação pelos estudos de tradição Europeia que combinavam resultados da história medieval e da etnografia rural representada, por exemplo, na França pelos estudos de Bloch (1987); Varagnac (1948) e Duby (1962). No Brasil, segundo ele, podemos citar como pertencentes a essa tradição de estudos da civilização rural autores como Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Emilio Willems, Douglas Monteiro, Walnice Nogueira Galvão.

Almeida (2007), ao se referir aos estudos de Eric Wolf e sua análise sobre o sistema de *plantation*, esclarece que no mosaico de desintegração da *plantation/hacienda* haveria camponeses proletários, camponeses rendeiros e camponeses autônomos – todas essas categorias rurais vistas como diferentemente articuladas a poderes urbanos, isto é, vistas como *part-societies*.[7] Esse enfoque que foi

[7] *Hacienda* foi uma forma de organização econômica típica do sistema colonial espanhol. Era um modelo de organização agropecuária e social, não confundir com a sua tradução do espanhol, que significa fazenda.

influenciando pela antropologia norte-americana e autores como Robert Redfield, George Foster, Sidney Mintz, Eric Wolf e James Scott analisava os camponeses como uma sociedade submetida a um poder urbano, e vistas como sociedades parciais.

Eric Wolf, por exemplo, na introdução do seu livro "Sociedades Camponesas", referiu-se aos camponeses como sendo "segmentos da espécie humana que permanecem a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial" (Wolf, 1970). Wolf elaborou esse ponto classificando os campesinatos latino-americanos em dois grandes grupos: antigos campesinatos, que são sobrevivências de comunidades agrárias que se integravam no passado a estados pré-colombianos, e neocampesinatos, que resultaram da implantação de sistemas agrários exportadores de plantation[8].

Dessa maneira, nesse contexto de discussão, as sociedades camponesas latino-americanas são consideradas como resultantes da relação do desenvolvimento desigual do capitalismo com distintos modos de produção pretéritos.

Para Eric Wolf (1975), o desenvolvimento de uma ordem social complexa, baseada na divisão entre os que governam e os que cultivam, produzindo alimentos, é geralmente apontado como o desenvolvimento da própria civilização. Nos seus estudos ele dedicou especial atenção aos aspectos antropológicos do campesinato, economia, sociedade e sua ordem ideológica[9].

O campesinato que nos propomos a estudar tem sua gênese, segundo Wolf, nos camponeses de "ecotipo neotécnico", essa forma de se *fazer agricultura* que surgiu depois da revolução industrial e que busca sempre a "inovação" e que modificou muito as relações ao redor do planeta. Em "Europa e sua gente sem história", Wolf argumenta que os povos europeus estavam imersos em processos globais como a escravidão. Portanto, não estavam congelados no tempo ou isolados como se suponha, mas, ao contrário, estavam profundamente envolvidos com a história mundial (Wolf, 1982).

Para Warman (2001), antropólogo mexicano influenciado por Wolf e que reflete sobre o papel do camponês no desenvolvimento do século XX, neste contexto há um espetáculo de massas, onde cada classe tem um papel. Os donos do poder só aparecem de vez em quando, porém, são os donos do cenário e do auditório, além de diretores. Já os camponeses nunca saem de cena, nunca falam na peça, porém sempre estão ali. O Estado é o ator que mais interfere nessa peça. Estado e campesinato têm papéis complementares interdependentes e objetivos distintos, mesmo que essa interdependência não seja igualitária, mas sim, uma relação de exploração e domínio por parte do Estado.

[8] *Plantation* é um sistema, não a palavra plantação. O sistema plantation foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América, tanto portuguesas e espanholas quanto em alguns locais das colônias inglesas britânicas. Consistia em quatro características básicas: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole (PINTO, 2015).

[9] Eric Wolf desenvolveu parte de seus estudos de campo na região do Bajio, conhecido como "celeiro da nação" no México, o qual dá nome a um dos seus trabalhos de 1953. A antropologia mexicana foi muito influenciada pelos seus escritos. Arturo Warman foi um dos antropólogos que retoma Wolf para entender a relação campesinato/Estado.

O principal agente da exploração do camponês é o Estado, que impõe as condições gerais para a distribuição dos recursos, sua circulação e valorização, o faz para o domínio do capitalismo e sua preservação (Warman, 1976)[10].

No Brasil o uso do termo camponês foi, segundo Caio Prado Junior, indiscriminado, pois, para ele, era camponês aquele que é dono da sua produção, a quem ele chamou de pequeno proprietário:

> [...] a massa rural brasileira tem sido indiscriminadamente assimilada, no seu conjunto, a um campesinato. Isto é – se queremos dar a essa expressão 'campesinato' um conteúdo concreto e capaz de delimitar uma realidade específica dentro do quadro geral da economia agrária – trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros, que exercem sua atividade por conta própria (Prado, 1966).

Analisando os escritos de Caio Prado, Velho (2009) confirma e esclarece essa posição, para ele a posse da terra é matéria importante para evitar se construir conceitos contraditórios como a de "camponês sem terra" ou "proletário com consciência camponesa":

> Não se trata absolutamente, como à primeira vista pode parecer de uma questão de importância menor. Por trás dessa discussão está a ideia de que o abuso da noção de camponês deve-se a uma série de "desvios", que vão desde a subestimação da penetração do capitalismo no campo brasileiro, levando à proletarização rural, até a pregação mais ou menos ingênua de projetos de reforma agrária em que a pequena propriedade é privilegiada e considerada um ideal a ser assegurado (Velho, 2009).

Ainda para Velho (2009) o "camponês" apresenta uma série de restrições, não se equiparando plenamente à situação camponesa clássica ou mesmo de outros países "latino-americanos onde sobreviveram comunidades indígenas organizadas em moldes camponeses" (Velho, 2009).

A discussão sobre o caso brasileiro mereceria uma atenção maior, uma vez que, depois da Revolução Cubana ocupou grande parte dos esforços teóricos de intelectuais e acadêmicos durante os anos 60 e 70 do século passado, principalmente devido a influência também de autores como Vladimir Chayanov, exponente principal da chamada "escola russa", que via no campesinato um sistema econômico, dotado de uma economia moral. Esta vertente de estudos de campesinato poderia ser considerada uma terceira via, alternativa, a uma visão da tradição europeia de estudos que pensava o campesinato como sociedade total, e diferente também da vertente americana, que via a sociedade camponesa como parcial.

1.1. Campesinistas e Descampesinistas na América Latina

O debate assinalado por Otávio Velho (2009), conforme tratado anteriormente, se inseria em outro mais amplo, entre os chamados campesinistas e descampesinistas.

[10] Trecho original: "El principal agente de la explotación del campesino es el Estado que impone las condiciones generales para La distribución de los recursos, su circulación y valuación, para el dominio del capitalismo y su preservación" (tradução livre do autor).

É necessário mencionar que o conceito de camponês nos remete a múltiplas e diversas formas camponesas e sentidos, no entanto, como assinalam diversos autores e pudemos constatar em campo, seja no México, Guatemala ou Brasil, a principal necessidade de um agricultor é acesso ao território[11]. Segundo Ortiz (1979), a palavra "camponês" está cheia de associações emotivas, reconhecendo-se que não existe outra forma para descrever os habitantes rurais, que, carentes de uma forte identidade tribal, seguem marginalizados do mundo das cidades ao mesmo tempo em que dele dependem.

Mesmo Marx (considerando o tempo e o espaço em que ele viveu e escreveu), que previa o fim do camponês, oferece elementos teórico-metodológicos para pensar na diversidade de formas camponesas latino-americanas anteriormente descritas enquanto coletividade que detém elementos em comum. Para esse autor, uma classe era reconhecida como "o grupo que opõe o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe" (Marx, 1988). Assim poderíamos pensar os camponeses enquanto classe: a classe camponesa.

Para Mauro Luis Iasi (2007), podemos encontrar vários momentos da obra de Marx que trazem elementos que permitem levantar seus critérios para definir classes sociais. Entre os principais Iasi ressalta: 1 – Classe seria definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; 2 – Pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase que generalizado como único); 3- Pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe; 4- Pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social.

Na América Latina, esta classe e sua diversidade de formas sociais foi alvo de debate. Segundo a antropóloga venezuelana A. Valdez (1985), os autores da vertente campesinista enfatizavam a persistência destas formas sociais, apesar do desenvolvimento do sistema capitalista e suas possibilidades de fortalecimento como formas de produção familiar. A sua vez, os autores que aderiam à posição descampesinista centravam suas analises nos processos de decomposição e desaparição das formas camponesas.

Essas constituem duas posições teóricas divergentes, mas talvez não contrapostas na análise global da problemática camponesa, já que uma enfatiza as forças internas dos camponeses que lhes permitem sobreviver e adaptar-se às condições impostas pelo sistema social maior, enquanto a outra enfatiza os efeitos que produzem as estruturas e a dinâmica da sociedade maior sobre a existência atual e futura destes setores sociais (Hernandez, 1993).

Os autores descampesinistas afirmavam que o desenvolvimento do sistema capitalista conduziria inevitavelmente à desaparição da agricultura camponesa. Esta dissolução do campesinato se produziria pela via da proletarização ou pela transformação dele em um produtor capitalista. Desde essa ótica teórica,

11 A terra, que, como falou Fanon (1961) é proibida aos condenados, aos famélicos da terra. E especialmente a proibição destes de adentrarem o terra/território demarcado (Borges, 2014).

os camponeses têm um caráter residual de modos de produção anteriores, criando formas de transição em épocas de desorganização ou decomposição de modos de produção dominantes (Hernandez, 1993).

Nessa posição teórica, ignora-se ou se desconhece o papel protagonista que jogam as forças internas do campesinato para explicar sua persistência e reprodução dentro do capitalismo. Percebe-se que, nessa corrente, a busca nos autores clássicos do marxismo por uma explicação para a agricultura, ao mesmo tempo em que se usam conceitos da indústria para descrever o campo, recorre ao camponês como classe, mesmo que de forma geral e abstrata, portanto carente de concretização na realidade latino-americana.

Nos debates dos anos 1970, surgiam duas vertentes dentro da tradição campesinista: a *chayanovista,* que destaca os camponeses como pertencentes a um modo de produção específico, e a do materialismo histórico, que destaca a superioridade da unidade familiar nos processos agrícolas (Valdez, 1985)[12].

O intercambio de trabalho na forma de *mano vuelta, La cayapa, La minga* e os *multirões* ou *pixiruns* são formas de troca de trabalho que resistem até hoje, somando-se com as trocas e presentes entre vizinhos[13]. Por exemplo, a distribuição do produto entre os vizinhos quando se *carneia* um animal é explicada pela reciprocidade, que prioriza o valor de uso e não o valor de troca[14].

Em *Capulálpam de Méndez,* em Oaxaca, no México, o *tequio* é obrigatório. Tivemos a oportunidade de, durante reunião do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), conhecer essa modalidade de trabalho cooperativo. Foi impressionante ver o sítio urbano muito organizado e limpo, produto do *tequio*. A pesquisadora Patrícia Lagarreta, que estudou essa forma de trabalho em Oaxaca, esclarece:

> *El tequio se ocupaba en la construcción de puentes-hamaca, el mantenimiento de los caminos y la construcción de otros edificios públicos. Durante este periodo todos los pueblos invirtieron gran cantidad de su tiempo y esfuerzo en la construcción de las escuelas para lograr un maestro rural federal y así aprender el español, herramienta fundamental para la gestión de las tierras* (Lagarreta, 2009). [15]

12 Aleksandr Chayánov, explicou a organização camponesa, seus objetivos e planos, a circulação de capital e riqueza dentro dela, a relação entre terra, capital e trabalho e as consequências de tudo isso para a economia nacional e internacional e a articulação da economia camponesa com o conjunto econômico.

13 Segundo a Real Academia de Lingua Espanhola la minga é "uma reunião de amigos e vizinhos para fazer algum trabalho gratuito em comum". A origem do termo vem do quechua, mas é encontrado fora da América Andina. Entre os guaranis, chama-se "amingáta nendive".

*A cayapa é uma forma de trabalho cooperativo encontrado na Venezuela. Inclusive dá nome à revista Cayapa. Revista Venezuelana de Economia Social.

*O trabalho de mano vuelta é o intercambio da força de trabalho entre unidades domésticas. Consiste que o chefe de família envie a sua esposa, filho ou algum amigo às casas que se tem vínculo "avisando que necessita de ajuda, para construir uma casa por exemplo" (Lagarreta, 2009, p. 19).

* Os mutirões ou puxiruns são formas de relação em que ocorre a troca de trabalho, nas quais o que esta em jogo é a solidariedade, não sendo movidas pela racionalidade economicista.

14 Na minha infância existia, e ainda existe, o costume de mandar um pedaço de carne aos vizinhos mais próximos, no dia em que se abate algum animal para o consumo.

15 O tequio se ocupava na construção de pontes pênsil, na manutenção dos caminhos e na construção de outros edifícios públicos. Durante este período, todos os povos investiram grande quantidade de seu tempo e esforço na construção das escolas para conseguir um professor rural federal e assim aprender o espanhol, ferramenta fundamental para a gestão das terras.

Há, conforme pude constatar durante uma curta visita de campo realizada no México, uma variação dessas formas organizativas camponesas no Norte, no Sul da Sierra Norte de Puebla e na região de Oaxaca. Na Guatemala, em San Martin de Jilotepec estivemos na casa da família de *Don Encarnación*, com suas 4 filhas e seus respectivos companheiros e filhos, que conseguem se manter em 4 hectares. Os relatos de *Don Encarnación* me fizeram refletir sobre as diversas estratégias adotadas pelos camponeses para a continuidade e reprodução da sua própria existência em um contexto de espoliação. Transcrevemos aqui as palavras do próprio camponês, que descreve a migração e as dificuldades dos anos 1970[16]:

> *Todo tiene una razón. Todo levantamiento tiene una causa. Los mayores estarían de acuerdo conmigo (..) En los años 70 aquí había mucha emigración. No era voluntaria sino obligatoria. Nosotros los campesinos tuvimos que emigrar a la costa para cortar caña y cosechar algodón. La extrema pobreza nos obligó a emigrar a la costa. Aquí en San Martín se puede decir que ahora todos tienen un pedazo de tierra, pero en aquel entonces no teníamos nada. En los años 70 todos teníamos una tarjeta que tenía que ser validada en la costa por el patrón. Así es como empezó nuestra causa, y así es como empezaron a llegar las instituciones y empezó el cooperativismo* (Encarnación, 2014). [17]

Para Armando Bartra, a imagem de comunidade camponesa mesoamericana fechada, introvertida e conservadora, que descreviam antropólogos como Eric Wolf, provavelmente foi válida até os anos 1950, mas depois da segunda metade do século XX os povoados étnicos intensificaram seus intercâmbios para o exterior, tanto em mercadoria como em pessoas. Nessa globalização "plebeia" que é o êxodo, os novos nômades deslocados se organizam além das fronteiras.

Alguns camponeses mexicanos que migram para os Estados Unidos da América (EUA) para trabalhar nas safras e outros que vivem nesse país se organizaram em torno da FIOB (Frente Indígena de Organizações Binacionais). Sua missão é "contribuir para o desenvolvimento e autodeterminação dos povos indígenas migrantes e não migrantes, assim como lutar pela defesa dos direitos humanos e com justiça e equidade de gênero a nível binacional (Fiobi, 2015).

Os camponeses do milênio são transterritoriais e ubíquos. E sem dúvida continuam camponeses em sentido profundo, pois para essas comunidades a intempérie preserva a identidade (Bartra, 2008).

No texto "Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil", Ariovaldo Umbelino procura decifrar a lógica da agricultura capitalista. Seu o objetivo era fundamentalmente utilizar os dados do Censo para questionar o suposto velório do campesinato,

16 San Martin de Jilotepec é habitada por camponeses Mayas de Kaqchikel. Fica no departamento de Chimaltenango. É a "mera mata" (lugar de origem) da experiência Campesino a Campesino (CAC), segundo Eric Giménez (2008). Estivemos justamente na casa de "Dom Ercarnación" durante o seminário "Alianza por la Agroecologia" em junho de 2014.

17 "Tudo tem uma razão. Toda revolta tem sua causa. Os mais velhos estariam de acordo comigo (...) Nos anos 70 aqui tinha muita emigração. Nós, camponeses, tivemos que migrar a costa para cortar cana e colher algodão. E tinha muita pobreza na Guatemala devido à emigração. Aqui em San Martin se pode dizer que agora todos temos um pedaço de terra, mas naquele momento não tínhamos nada. Vivíamos na extrema pobreza. Por isso todos tiveram de emigrar até a costa, porque nos anos 70 todos tinham um cartão que tinha de ser validado na costa pelo patrão. Essa é a história até os anos 70. Assim é como começou nossa causa, e assim é que começaram a chegar as instituições e começou o cooperativismo". Tradução livre do autor.

evidenciando seu crescimento em todas as regiões do Brasil[18]. Hoje se sabe que é preciso evidenciar a lógica do mercado, e a partir dela diferenciar *terra de trabalho* e *terra de negócio,* mostrando que os camponeses não só existem, "mas são eles que plantam, empregam e pagam impostos nesse país, embora a política agrícola brasileira os ignore" (Almeida, 2004).

A urbanização ocorreu de forma que a população que saiu do campo não teve o mínimo para sua dignidade e, hoje em dia, nas cidades latino-americanas multiplicaram-se os problemas resultantes do desemprego estrutural, como a exaustão ambiental, a marginalização de maioria da população urbana e o aumento do tráfico de drogas. "A questão agrária e urbana são interligadas, portanto, só podem ser vistas pela ótica do desenvolvimento territorial, só podemos compreendê-las se conhecemos a formação do campesinato" (Fernandes, 2005). Elas compreendem as dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas.

Segundo Der Ploeg (2009) as razões econômico-sociais pelas quais os camponeses continuam existindo mesmo em contextos adversos que primam para sua extinção: a) durante as crises não desativam suas unidades de produção; b) sempre tentam aumentar e melhorar a qualidade do (seu) trabalho familiar; c) procuram reduzir os custos monetários enraizando ainda mais o processo de produção no capital ecológico existente e; d) se engajam em lutas, arranjos institucionais e construção de redes que lhes proporcionem melhores preços, maior segurança e melhor acesso a recursos escassos. Para esse autor, em um ambiente onde se interligam crises (ecológica, social e econômica) os agricultores camponeses são os que oferecem melhores respostas para enfrenta-las, pois o seu dia-dia é uma adaptação racional ao meio em que vivem.

Como vemos, autores como Hernandez (1993) argumentavam que a desagregação do campesinato seria inevitável, pois o avanço do capitalismo no campo faria desaparecer outras formas e modos de produção, enquanto que os campesinistas como Bartra (2008) e Der Ploeg (2009), por exemplo, se opõem a essa ideia e argumentam que o campesinato sofreu mudanças profundas, mas que isso pode até fortalecer sua identidade.

1.2. Teorias e perspectivas sobre o campo

Milton Santos (2000) esclarece a existência de três formas de ver o mundo globalizado hoje: a primeira é o mundo como nos fazem crer, a globalização como fábula, cuja ideia marcante é a de uma aldeia global, onde na verdade estamos diante de uma ideologização maciça. A segunda é globalização como ela é, perversa, uma evolução negativa da humanidade pela adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. A terceira é como ela pode ser. Temos hoje uma universalidade empírica global, onde no plano teórico vislumbramos a

[18] Publicado em 2004, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, na revista Terra Livre, originalmente escrito em 2003 para assessorar a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

possibilidade de uma leitura bem aproximada da realidade: "A universalidade deixa de ser apenas a elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar na experiência ordinária de cada homem" (Santos, 2000).

A globalização como ela é (Santos, 2000) é a emergência de um monopólio radical (Ilich, 1978), que faz com que outros modos de vida sejam aglutinados, adaptando-se passiva ou ativamente. Os processos não hegemônicos tendem a desaparecer fisicamente ou a permanecer de forma subordinada. O que seria dos agricultores camponeses nesse admirável mundo novo[19]?

Como mortos em Antares, os camponeses são os mortos que se recusam a ir para o cemitério[20]. Dia a dia, os camponeses fazem com que os economistas se lamentem, que os políticos suem e que os estrategistas os amaldiçoem, destruindo seus planos e profecias (Shamin, 1983).

No reino uniforme que o capitalismo vem tratando de impor desde a revolução industrial, os camponeses são uma anomalia: diversos por natureza sustentam um "polimorfismo" perverso em múltiplas e variadas formas de interagir com a natureza (Bergold, 2014). Enquanto a forma industrial impõe uma uniformidade, a agricultura camponesa é território da heterogeneidade: variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens, que se expressam na diversidade produtiva e sustentam a pluralidade social e cultural (Bartra, 2008).

O fim do campesinato já foi anunciado e contestado em diferentes épocas. A eliminação dos camponeses (Bernstein, 2011) é considerada uma necessidade pelos que adotam conceitos de modernização capitalista e/ou socialista, para os quais é uma coisa boa, ainda que dolorosa.

Segundo Garvin Kitching (1982), a opinião de que a eliminação do camponês é uma coisa ruim está associada ao populismo. Ele explica que as ideias populistas surgem como reação em enormes sublevações sociais que marcam o desenvolvimento capitalista. A defesa do "povo", segundo Henry Bernstein (2011), se traduz na defesa do valor dos lavradores e artesões. O interesse do povo surge repetidas vezes como ideologia e movimento de oposição aos avances da acumulação do capital. Isso ficou demonstrado nos centros de acumulação original, depois na Rússia do século XIX e hoje aparece no Sul (Bernstein, 2011), contra a acumulação por espoliação, a fase atual de acumulação capitalista (Harvey, 2004).

Segundo Harvey (2013), a acumulação por espoliação consiste numa persistente e recorrente prática predatória de "acumulação primitiva", que ele considera como tendo caráter permanente e liquidante. O conceito de acumulação por espoliação é formulado a partir da exposição da natureza do capitalismo que Harvey faz em seu livro *Os Limites do Capital* (2013). Nele, o processo de desenvolvimento capitalista e, assim, a reprodução da ordem social, são apreendidos pela relação contraditória das lógicas

19 Ivan Ilich no seu livro Energia y equidade: desenfio creado, de 1978, descreve o monopólio radical como a ascensão de uma forma ou processo que acaba por afastar outras ideias, se impondo como único e hegemônico.
20 No livro Incidente em Antares, último livro do escritor Érico Veríssimo, o realismo fantástico serve, por exemplo, para explicar a situação onipresente do campesinato, que não morre, insiste em não ser destruído e é um estorvo para a sociedade hegemônica.

do território e do capital, considerando que, em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar.

Feder (1981) diz que a regeneração ou ressurgimento do campesinato dentro do capitalismo é um mito romântico. Segundo ele, a expansão capitalista até o último rincão do setor rural dos países subdesenvolvidos, com a investida de capitais transnacionais, deve concluir inevitavelmente com a expropriação dos camponeses, transformando-os em assalariados. O autor conclui afirmando que

> *No hay razones prácticas ni teóricas que permitan suponer que las agriculturas subdesarrolladas no tendrán que adaptarse al "modelo" estructural de las agriculturas industrializadas, y convertirse, como ellas, en agriculturas sin gente. […] supone que el proceso adquiere hoy un carácter especialmente brutal y este es, prácticamente, el punto sobre o cual quería llamar la atención.* (Feder, 1981)[21]

Essa passagem é encontrada em uma publicação do Fondo de Cultura Económica de México, chamada Desarrollo Agrario y América Latina, que reuniu pensadores muito respeitados no início dos anos 80. Nela os autores discutem a natureza e limites da modernização capitalista da agricultura na América Latina, as reformas agrárias e a conjuntura do final dos anos 1970.

Para Eric Hobsbawn (2008), vivemos em uma época sem precedentes, uma verdadeira revolução social. "A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado foi a morte do campesinato" (Hobsbawn, 2008). Ao se examinar com cuidado o prosseguimento do livro "A era dos extremos" vemos que o autor se refere a um processo no qual os camponeses no século XX decrescem da metade da população para menos de 10% na Europa. Quando fala em América Latina, o autor aceita que ainda restam entre um quarto e um quinto da população no campo, ou seja, como podemos aceitar como desaparecida uma fração da população que representa essa proporção?

Esse "esvaziamento" do campo, no caso latino-americano, não deve ser analisado de forma isolada. Cremos que alguns fatores devem ser observados para um exame mais detalhado do suposto "defunto". Hobsbawn se refere ao terceiro quarto de século passado para se referir ao período de maior diáspora. Se levarmos em consideração esse período, foi quando ocorreu a "modernização" da agricultura, a mecanização intensa, a mudança da sua base técnica, o que explicaria essa baixa no volume demográfico. Porém não se pode esquecer os conflitos políticos que avançaram para guerras civis. Nos anos 1970/1980 a América Central era considerada o "barril de pólvora" do mundo e milhares de camponeses foram obrigados a deixar o campo. Essa é a história de feridas não cicatrizadas em El Salvador, Guatemala e Nicarágua. Uma característica da América Latina é que o campo sofre com a violência gerada em outras instâncias. A interferência direta ou indireta de governos imperialistas destruíram muitas vidas. O que dizer dos números de mortes e *desplazados* pelo narcotráfico no México e

21 Não existem razões praticas nem teóricas que permitam supor que as agriculturas subdesenvolvidas não tenham de se adaptar ao "modelo" estrutural das agriculturas industrializadas, e converter-se, como elas, em agriculturas sem gente (...) supõe que o processo adquire hoje um caráter especialmente brutal e esse é, praticamente, o ponto sobre o qual queria chamar a atenção. [tradução livre do autor].

na Colômbia[22].

Muitos camponeses que seguem no campo se deparam com dois projetos pelos quais devem optar: 1) pelo agronegócio, onde será a mão de obra, ou; 2) a agricultura familiar onde estarão nas suas terras, mas empregados ou integrados. A primeira está fundamentada em:

> *un pacto de poder entre los terratenientes, el capital financiero y las multinacionales, que recibe fuertes incentivos de los gobiernos y de los grandes medios de comunicación, se caracteriza por: latifundio, monocultivos, maquinaria pesada, insumos químicos, venenos, semillas genéticamente modificadas… Y trae como consecuencia: desequilibrio ambiental, superplagas, dependencia de crédito e insumos, contaminación por venenos, concentración de renta y riqueza, exclusión social, uso desordenado de recursos naturales como la tierra y el agua, y el monocultivo, que provocan una pérdida seria de la biodiversidad* (Silva, 2015). [23]

Por sua vez, o conceito de agricultura familiar em negação à agricultura camponesa não é apenas semântico. Segundo Silva (2015), a agricultura familiar como é divulgada seria:

> *La agricultura familiar es el proyecto pensado desde el capital para la pequeña propiedad. La lógica de la gestión es la misma de una empresa rural capitalista, es el agronegocio en escala reducida. De esta forma, tenemos una mezcla de proyectos, donde se confunden trabajo familiar con contratación de mano de obra, monocultivos con diversificación, commodities con producción de alimentos, y sobre todo una confusión entre la lógica económica campesina (que se basa en la relación trabajo consumo) y lógica capitalista (centrada en el lucro). Este proyecto retira las cuestiones culturales de la vida campesina (su manera de ser y de vivir), y transforma la agricutura en una profesión.* (Silva, 2015). [24]

Para encerrar essa discussão buscamos em Germer (2014) uma crítica que muitos fazem ao analisar o campo e conceituar a agricultura como genericamente "familiar". Essa seria uma atitude que esconderia suas relações de classes? Nessa fantasiosa interpretação não há processo histórico objetivo subjacente, não há desenvolvimento histórico das forças produtivas e das relações sociais correspondentes. O que há é um confronto moral entre pequenos e grandes, a ser decidido essencialmente pelo controle, total ou parcial, do Estado, encarado como uma espécie de poder em disputa acima das forças em confronto.

Houtart (2014) propõe que devemos pensar urgentemente uma estratégia para enfrentar a crise

---

22 Para entender o caso Colombiano ver "La cuestión Agraria" (2014) de Juan Camilo Restrepo e Andrés Bernal Morales. Para os autores, o conflito e a desigualdade são, no fundo, uma questão de terras, uma questão agrária. Já para o caso mexicano, tive a oportunidade de realizar estudos durante o trimestre de primavera de 2014 na Universidad Autonoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, onde tive contato com pesquisadores de quase todas as regiões do país, que me ajudaram a compreender um pouco o problema do narcotráfico na expulsão dos camponeses de seus territórios. Para uma visão do cinema mexicano recente sobre os impactos do narcotráfico nas comunidades mexicanas sugerimos assistir quatro filmes do diretor mexicano Luis Estrada; La dictadura perfecta (2014); Infierno (2010); Um mundo maravilloso (2006) e La Ley de Herodes (1999).

*Desplazado se refere à família expulsa de onde vive em decorrência de conflitos.

23 Um pacto de poder entre os grandes proprietários, o capital financeiro e as multinacionais, que recebe fortes incentivos dos governos e dos grandes meios de comunicação, se caracteriza por: latifúndio, monocultivos, maquinaria pesada, insumos químicos, venenos, sementes geneticamente modificadas. E traz como consequência: desequilíbrio ambiental, pragas mais resistentes, dependência de créditos e insumos, contaminação por venenos, concentração de renda e riqueza, exclusão social, uso desordenado de recursos naturais como terra e água, e a monocultura, que provocam sérias perdas na biodiversidade.

24 A agricultura familiar é um projeto pensado desde o capital para a pequena propriedade. A lógica da gestão é a mesma de uma empresa rural, é o agronegócio em escala reduzida. Desta foram, temos uma mescla de projetos, onde se confundem trabalho familiar com contratação de mão de obra, monocultivos com diversificação, commodities com produção de alimentos, e sobre tudo uma confusão entre a lógica camponesa (que se baseia na relação trabalho-consumo) e a lógica econômica capitalista (centrada no lucro). Este projeto retira as questões culturais da vida camponesa (sua maneira de ser e de viver), e transforma a agricultura em uma profissão.

civilizacional (ambiental, alimentar e energética). Na obra *La agricultura campesina en la construcción de un paradigma poscapitalista,* convida a pensar em três desafios: a) alimentar o mundo, que hoje tem 7 bilhões de pessoas e pode chegar a 10 bilhões em 2050, com o aumento no consumo, havendo uma necessidade de duplicar e até triplicar a produção de comida[25]; b) cuidar do planeta de forma a reduzir os impactos ambientais da agricultura, reabilitando o que foi destruído[26], e; c) pensar no bem-estar de 3 bilhões de pessoas que vivem da agricultura. Quem seriam esses três bilhões de pessoas? Não resta dúvida que é a população mais subordinada ao sistema capitalista, que luta para não ser separada dos meios de produção e recria-se, que se liga à terra numa espécie de topofilia.[27]

Os números de quantos são os camponeses são muito variáveis, não há um consenso. O que há é uma concórdia quanto à localização: eles estão na África, Ásia e América Latina.[28] A FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) fala em 1,3 bilhão de pessoas "empregadas" na agricultura mundial, 97% nos países em desenvolvimento.

Os números e a realidade dos camponeses no mundo são importantes para estudarmos se o que morreu foi o campesinato enquanto classe e modo de vida, ou as grandes narrativas que agregavam uma diversidade de atores (Almeida, 2007). Se realizássemos uma atualização da realidade *vs* teoria em face de realidade, sairiam à luz novas nominações para o mesmo fato social, os sujeitos de carne e osso e suas lutas, antes aglomeradas na grande narrativa do campesinato.

Segundo Almeida (2007), antes as grandes narrativas agrárias, por exemplo, tratavam o campesinato como "fato social total", essa análise permitia falar do rural de um lado e do urbano do outro. Esse fato social total também era analisado por correntes sociológicas e economicistas, que tinham em comum a descrição do camponês desde a mirada do progresso, em relação ao qual eles seriam contra ou a favor. A teoria do campesinato é parte de uma história de modernização (Almeida, 2007).

Houve um tempo, e cremos que isso foi o reavivamento causado pela agitação pós 1968, que teve nas universidades sua base, que novas abordagens surgiram no campo[29]:

> Houve uma época em que novas ideias sobre o campesinato pareciam fascinantes e originais. Camponeses-cultura, camponeses-estrutura, camponeses-economia; camponeses separados, camponeses articulados ao capitalismo; camponeses-passado, camponeses futuro; camponeses-

25 Aproximadamente ¾ (74%) dos alimentos consumidos por essa população humana são produzidos pela agricultura de base camponesa e familiar (Grain, 2004).

26 Conceito difundido pela ativista Vandana Shiva (2002).

27 De Y Fu Tuan, Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Um objetivo central dessa obra é estudar os sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído, pois "topus" é uma palavra grega que significa "lugar", enquanto "filo" significa amor, amizade, afinidade.

28 É difícil dimensionar quantos são ainda os camponeses, ou população rural da América Latina. De acordo com a (UNIRIC) "A população rural a nível mundial tem crescido lentamente desde 1950 e é esperado um aumento até 2020. A população rural global é atualmente, cerca de 3.4 mil milhões e prevê-se um declínio de 3,1 mil milhões em 2050. Enquanto África e a Ásia estão a urbanizar-se rapidamente, estes continentes continuam a ser o lar de aproximadamente 90 por cento da população rural mundial. A Índia tem o maior número de população rural com 857 milhões, seguida da China com 635 milhões". (2014).

29 O ano de 1968 é conhecido como "O ano que não terminou", e entrou para a história como um ano extremamente movimentado e cheio de acontecimentos importantes, como os assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy, a Guerra do Vietnã, além de inúmeras manifestações, sobretudo estudantis, contra a Guerra do Vietnã e contra os regimes autoritários vigentes em diversos países do mundo, sobretudo na América Latina (Wallerstein, 2005). No Brasil, o ano foi marcado pela instituição do AI-5 pelo então Presidente Costa e Silva.

> movimentos sociais, camponeses revolucionários; camponeses moralistas; camponeses-agentes racionais. Mas a longa lista diz tudo: tudo que podia ser dito talvez já tenha sido dito (Almeida, 2007).

Reconhecer que o paradigma do campesinato morreu leva a admitir o "cansaço" com esse paradigma. Contudo, não equivale absolutamente ao fim dos problemas que o paradigma colocava, conforme nos diz Mauro Almeida (2007). Dessa maneira, precisamente no momento em que o discurso teórico decreta o fim do problema "agrário" e "camponês", no mundo inteiro as questões cuja base são florestas, campos e mares se tornam centrais.

Acreditamos que a participação na disputa por um modelo de produção é uma forma de luta que recria o camponês como é o caso dos brasiguaios sem-terras, foco desta análise. Eles buscam a tão sonhada reforma agrária que, como mostra Loera (2006), no caso do Brasil já assumiu, em outros períodos históricos e em outros contextos, sentidos e significados diferentes[30].

Almeida (2006), ao apresentar seu livro sobre o estudo dos camponeses no Mato Grosso do Sul, dizia: "não tenho a presunção de falar pela boca do outro (dando) voz aos esquecidos". Almeida ao se referir a Bourdieu lembra o querer se inscreve na convicção de que é preciso se aproximar do objeto, desejar conhecê-lo, mesmo sabendo que dificilmente estaremos a sua altura, já que a sina de pesquisadores é querer parar o que não se move (Almeida, 2006).

Os antigos camponeses hoje reaparecem reagrupados sob a noção de comunidade tradicional, ou de comunidade local, reinvestida de potencial político como fundamento de reivindicações territoriais, como no caso dos quilombolas, seringueiros, populações camponesas que ressurgem como populações indígenas, e podemos argumentar que, também, os brasiguaios sem-terra, categoria central deste trabalho.

1.3 A estrangeirização do território e o agronegócio: a relação Brasil- Paraguai

A globalização neoliberal (depois de 1970) deu lugar, na maioria dos países da América Latina, em sentido figurado, a uma descamponização por meio de uma nova onda de "cercamentos de campos globais" (Araghi, 2009). As mudanças ocorridas na estrutura fundiária, causadas pela adoção de determinado padrão de tecnologia moderna foram grandes. A especulação fundiária, desencadeada tanto pela escala de produção do novo modelo como pelos mecanismos creditícios e fiscais como forma de investimentos do Estado, também contribuiu para a expulsão de posseiros e de todo tipo de pequenos produtores (Martine, 1987).

Para ter uma ideia da substituição do trabalho e consequente migração de agricultores, por exemplo, no Brasil, nessa região que estamos estudando, foi verificado, durante a década de 1970, um aumento significativo da substituição da base técnica. O número de tratores cresceu no período entre 1970 e 1980 (338,3%). O mesmo ocorreu com o número de arados de tração mecânica (379,4%), com o número de estabelecimentos com uso de força mecânica (1.134,9%), e com o consumo de óleo diesel

[30] No trabalho de Loera (2006) ver principalmente neste o capítulo IV "Tempo de reforma".

(604,9%). Entre 1980 e 1985, o consumo de energia elétrica aumentou em 687,6%. Os efeitos negativos para os camponeses foram mais intensos e transformadores no Norte e no Oeste do Paraná (Moro, 2011).

Moro (2002) estima que esse processo resultou na redução da população rural no Paraná em 49,7%, entre 1970 e 1991, enquanto nas regiões mais produtivas do estado, a população sofreu uma redução de 63,9%.

No mesmo período, o vizinho Mato Grosso do Sul se desmembrava do estado do Mato Grosso. O novo estado nasceu do projeto da classe que detinha a maior parte das terras em 1977/78 e só viu aumentar a concentração característica do estado, que se orgulha de ser o quarto maior produtor de soja e o primeiro em rebanho bovino no país. A pesquisadora Rosemeire A. de Almeida (2006), citando os dados do Censo Agropecuário de 1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que os imóveis de menos de 10 hectares representavam 0,1% da área total considerada, enquanto em 1985 representavam 0,2% do total. Assim, ao lado da evolução da exploração da pecuária e da modernização agrícola, da migração vivida entre as décadas de 1970 e 1990 e do aumento da concentração de terras, temos a multiplicação da luta pela terra, "Facilmente percebida na longa fila de barracos de lona preta que se espalham na beira das estradas do Estado possuidor das maiores rendas *per capita* do país" (Almeida, 2006).

Souza (2010) destaca que, com o passar dos anos, ocorre a intensificação do deslocamento populacional, justificado na busca por melhores condições de vida. Entretanto, o autor destaca também que esta mobilidade denominada "êxodo rural", não ocorre estritamente por razões relacionadas à mecanização das lavouras, mas especialmente em função do abandono dos camponeses deixados à própria sorte, vivendo em condições muito precárias.

A proletarização do homem do campo não se faz de uma só vez, é um processo lento e influenciado por inúmeras contradições. A efetiva transformação do camponês em proletário se dá no momento em que este é definitivamente transformado em vendedor de força de trabalho. Isso acontece quando o produtor é separado da propriedade dos meios de produção. Ressaltando que alguns autores, como Carneiro (2008), ao estudarem o que é "rural" e o que é "urbano", lembram que essa dualidade nem sempre representa um caminho único para a pesquisa, já que processos de proletarização podem ocorrer tanto no campo quanto na cidade.

A separação entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar se dá, como explica Otavio Ianni (1976), quando se processa isso que tecnicamente se chama de expropriação: o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho.

Ao se esgotar as possibilidades, seja pelo endividamento, seja pela baixa competitividade, impossibilitados de levar adiante suas propriedades agrícolas, muitos agricultores acabam por se desfazer das mesmas, continuando a trabalhar no campo em uma nova condição: a de assalariado rural. Como perdem o vínculo com a terra, podem migrar em busca de trabalho, alijados dos direitos e dos bens

sociais. Esses trabalhadores passam a ser o exemplo mais veemente da miséria causada pela modernização agrícola.

Como forma de mitigar os efeitos da concentração de capital que crescia no campo, duas possibilidades surgiram na região estudada. A primeira levar os colonos do Sul para a Amazônia ou incentivar a ida de agricultores do Nordeste para a Amazônia Ocidental, região estudada por e Otávio Velho, José de Souza Martins e Thais Lombardi.

Sobre esses movimentos, o sociólogo colombiano Antonio Garcia faz a seguinte observação:

> *El más impresionante efecto del sistema concentrador de tenecia agraria y de sobrevaluación comercial de la tierra, ha sido la rápida expansión de la frontera agricola, agotandose los territorios baldíos de reserva. Las reformas agrarias marginales nada más hicieran que desviar la intensa explosiva presión campesina sobre la tierra, orientandolas hacia estas areas virgenes y transformado a los campesinos es los actores de la colonización espontanea, a su custa y risco, ellos también fueran la fuerza deciciva de reproduzión del sistema agrícola en los territórios de la periferia* (Garcia, 1981). [31]

Portanto, esse campesinato, como forma de recriação, vai se deslocando no espaço. Como os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul fazem fronteira com o Paraguai, muitas vezes sem nenhum obstáculo natural, esse movimento viu no país vizinho uma oportunidade.

O Paraguai é um grande exemplo de crescimento sem desenvolvimento. Em 2013, o país cresceu 14,1%, segundo dados do Banco Mundial (2015). Em 2011, de acordo com a ONU, 49% da população paraguaia vivia em situação de pobreza. Uma das explicações é a falta de soberania sobre as suas terras, o que torna importante resgatar um pouco da história.

As grandes mudanças agrárias realizadas de cima para baixo ocorridas no Paraguai podem ser classificadas em três momentos: a chegada dos espanhóis em 1524, a recuperação das terras promovidas pelo Dr. Rodríguez de Francia (1814) e o momento depois da guerra da tríplice aliança (1864), com a venda das terras públicas. Essa pequena descrição serve para situar a história do Paraguai pela ótica de como o Estado tratou o tema da terra em diferentes períodos, com suas particularidades.

Desde a chegada dos espanhóis até a independência o Paraguai viveu um processo de concentração da terra, a terra se concentrava nas mãos de espanhóis e crioulos que iam avançando sobre terras comunais dos indígenas, das reduções jesuítas e dos ervais comuns. Segundo Trias (1975), esses agentes concentradores da terra ficaram conhecidos como *carcomas*.

Depois da independência, o "Doutor" Rodríguez de Francia recuperou para o Estado as terras da Coroa e das ordens religiosas[32]. As terras estatais foram então arrendadas a camponeses. Com a morte

[31] O mais impressionante efeito do sistema concentrador de terras e sobrevalorização comercial da terra tem sido a rápida expansão da fronteira agrícola, esgotando os territórios de reserva. A reformas agrárias marginais nada mais fizeram que desviar a intensa e explosiva pressão camponesa sobre a terra, orientando-os para estas áreas virgens e transformando os camponeses nos atores da colonização espontânea, a sua custa e risco, eles também foram a força decisiva de reprodução do sistema agrícola nos territórios da periferia.

[32] Ditador "supremo" do Paraguai no período 1813-1840. À medida que Buenos Aires se tornava mais poderosa, os líderes paraguaios se insurgiam contra o declínio da importância de sua província e, embora também contestassem a autoridade espanhola, recusaram-se a aceitar a declaração de independência da Argentina (1810) como extensiva ao Paraguai. Nem mesmo a intervenção de um exército argentino, comandado pelo general Manuel Belgrano, conseguiu efetivar a incorporação da província. Mais tarde, porém, quando o governador espanhol do Paraguai solicitou auxílio português para defender a colônia

de Francia, em 1840, o seu projeto de isolamento, fortalecimento econômico e autonomia se encerrou. Sob a direção de Carlos Antonio López, promoveu-se a internacionalização do país. Como incentivo ao desenvolvimento econômico e estratégia de ocupação territorial, estimulou-se a migração e assentamento de estrangeiros no Paraguai (Vázquez, 2006). Segundo Trias (1975), todo o território foi confiscado ao terminar 1870.

> Más preciosos son los datos del inventario de bienes públicos realizado por el Ingeniero F. W. Morgenstern en 1856. Asigna al país 16.590 leguas cuadradas, de las que 16.329 eran propiedad fiscal y sólo 261 propiedad privada. El Estado tenia 840 leguas cuadradas de yerbatales (Trias, 1975).[33]

Depois da guerra contra a tríplice aliança (1864-1870), somada à perda de quase metade de seu território para o Brasil e Argentina de forma direta, ainda aconteceu uma nova colonização estrangeira, levada a cabo por pelos dois países, com a venda maciça de terras públicas. Um novo modelo econômico, liberal e oligárquico caracterizado pelo latifúndio, marcou para sempre a história do Paraguai (Rojas, 2009). A venda de terras públicas com a justificativa de arrecadação fiscal depois de 1883 levou à compra de grandes extensões por parte de empresas anglo-argentinas, brasileiras e francesas (Vázquez, 2006).

Esse período seria marcado pela irracional exploração de madeira e ervais através das *Obrages*. Foi um tipo de exploração não apenas econômica e social, mas também ambiental, que surgiu na Argentina e no Paraguai. Carregava em si e manifestava todo um universo sociocultural específico. Assim, as *Obrages* aparecem nesta região como um elemento histórico diferenciado, único dentro da própria história. O *Obragero* era o proprietário desse tipo de latifúndio. Além da erva-mate o *obragero* retirava madeira, abundante na região.[34]

O *obragero* argentino subia o Rio Paraná, aportava e assim surgia um porto, um povoado, muitos deles com via efêmera, e outros até hoje existem como municípios. Em poucas décadas, a "costa Paranaense" foi ocupada por dezenas dessas *obrages* e milhares de *mensus,* os guaranis modernos. No interior da propriedade organizavam-se os ranchos. Ali era instalado o *sapecador, o barbacuá e o cancheador* de erva, essas instalações faziam parte do processamento da erva-mate para se transformar no chimarrão no Brasil, Mate na Argentina e comumente chamado de tererê no Paraguai, este último servido gelado. No rancho eram também construídas as casas rústicas onde residiam os mensus. Deste local, partiam estradas de penetração. Nas margens destas estradas existiam os ranchitos, estes serviam de entreposto

---

dos ataques de Buenos Aires, os paraguaios, liderados por Fulgencio Yegros, Pedro Juan Caballero e Vicente Ignácio Iturbe, depuseram o governador Bernardo Velasco e proclamaram a independência do país a 15 de maio de 1811(Doratioto, 2002).

[33] Más preciosos son los datos del inventario de bienes públicos realizado por el Ingeniero F. W. Morgenstern en 1856. Asigna al país 16.590 leguas cuadradas, de las que 16.329 eran propiedad fiscal y sólo 261 propiedad privada. El Estado posea 840 leguas cuadradas de yerbatales.Mais preciosos são são os dados do inventário de bens públicos realizado pelo engenheiro F.W Morgenstern em 1856. Ele demonstra que o país tem 16.590 léguas quadradas, das quais 16.329 eram propriedade fiscal e somente 261 propriedade privada. O Estado possuía 840 léguas quadradas de ervais.

[34] Os guaranis da região Nordeste da Argentina parecem ter sido os descobridores do uso da erva-mate. No século XVI, os guaranis passaram este conhecimento aos colonizadores espanhóis, que o disseminaram por todo o Vice-Reino do Rio da Prata. Chegou a ser proibida no Sul do Brasil durante o século XVI, sendo considerada "erva do diabo" pelos padres jesuítas das reduções do Guayrá. A partir do século XVII, os mesmos passaram a incentivar seu uso com o objetivo de afastar as pessoas das bebidas alcoólicas (Galeano, 1987).

na colheita, como um pequeno centro recebedor. Colhia-se erva mate e levava-se aos ranchitos, antes porém era colhida nas minas, que eram lugares de maior concentração de pés nativos (Wachowicz, 1987).

Explorava-se a mão de obra dos chamados "guaranis modernos", que constituíam a classe dos *mensus*. Ao orientar a economia à exploração de matérias primas de origem florestal para os mercados internacionais, configurou-se uma integração subordinada, caracterizada por um investimento mínimo. Essa forma de exploração não gerou desenvolvimento local, e nem promoveu a melhoria da infraestrutura para o povoamento[35].

Uma elite agrária capitalista iria se formar em pouco tempo. Ela detinha o poder econômico e foi ganhando também poder político. Estava distribuída em todo o território nacional, e se articulava com o mercado. Essa elite constituía o próprio Estado.

O camponês, por sua vez, iria a sofrer um processo de diferenciação. Como se iniciou a restrição ao acesso a terra, os mesmos passaram a disputar a posse efetiva com os latifundiários, além de fornecer os alimentos básicos e mão de obra para as fazendas[36].

A venda maciça de terras estatais significou a expulsão de famílias camponesas que não estavam em condições de pagar por elas. Muitas dessas populações foram vendidas com as terras. A expulsão tinha a função de fornecer mão de obra barata aos "enclaves" de exploração madeireira e ervateira, cujas empresas espoliaram grande parte dos recursos naturais, desarticulando o espaço periférico do território paraguaio, vinculando-o diretamente ao mercado internacional (Glauser, 2009).

As leis de 1881 e 1885 favoreciam a colonização estrangeira, o que ajudou a fundar diversas vilas, todas localizadas sob a área de influência das vias de comunicação da época, o trem e os rios. Em 1914, a quantidade de terras que passou para as mãos de pessoas e empresas foi de 26 milhões de hectares, ou seja, 64% do território.

Até 1940, ano da publicação do estatuto agrário, o sistema dual latifúndio–minifúndio era predominante. Depois da crise de 1929 e da Guerra do Chaco, houve uma maior pressão social, que levou à criação de novas colônias agrícolas, porém, sempre priorizando a propriedade privada de capital estrangeiro[37].

Na década de cinquenta assumiu como presidente depois de um Golpe de Estado, o general Alfredo Stroessner Matiaud, instaurando uma ditadura que durou 35 anos, depois ter se reeleito por sete vezes consecutivas. No estudo que realizou para a FAO, Galeano (2011) observa que, com maior intensidade nos 1970 e 1980 aconteceu um processo que é classificado como "modernização agrária

---

[35] Similar a exploração dos mayas em Yucatán, no México, situação descrita em México Bárbaro, de John Kenneth Turner (1908), onde o sistema de dívidas do barracão no ciclo da borracha na Amazônia, o guarani moderno era o habitante local que foi escravizado nas obrages.

[36] Com a abertura e internacionalização, também no Paraguai vai ocorrer uma migração estrangeira para servir de base de um sistema oligárquico de exploração da terra. Aos imigrantes se somaram as populações indígenas, que iam se "camponeizando" (Vazquez, 2006).

[37] Galeano (2009), a guerra entre Bolívia e Paraguai (1932-1935) foi entre os povos mais pobres da América do Sul, os que não tem mar, os mais vencidos e explorados, se aniquilam mutuamente por um pedaço de mapa. As escondidas entre as duas bandeiras a Standart Oil Company e a Royal Dutch Shell disputam o possível petróleo do Chaco.

autoritária inconclusa"[38]. Ainda, segundo ele:

> *impulsado por el régimen autoritario imperante. Aunque no terminó de afianzarse plenamente, aquel proceso histórico generó consecuencias sumamente impactantes, tanto en lo relativo al afianzamiento de la empresa agraria capitalista, como en lo atinente a la diferenciación y descomposición campesinas* (Galeano, 2011).[39]

Para o Brasil, que também vivia uma ditadura, era pertinente um acordo para que os dois países incentivassem a ocupação. O Paraguai, entregando as terras aos seus próximos e às colonizadoras, que afinal iriam "retirar" o camponês paraguaio considerado "indolente para o serviço pesado" (Wagner, 1990, p. 60), estes que não tinham o "sentimento de posse".[40] Para o Brasil, era interessante ter uma grande população no Paraguai e aliviar as tensões no campo com o fechamento da fronteira agrícola no Centro-Sul do país.

Segundo Wagner (1990), o Paraguai tinha de conseguir mão obra barata, por isso, Stroessner e sua equipe priorizaram pessoas do Norte e Nordeste do Brasil, as quais, segundo eles, seriam melhores por sua condição marginalizada e disposição ao trabalho de realizar o "corte do mato". Depois, segundo o autor, os estrategistas paraguaios teriam preferido os colonos do Sul do Brasil[41].

Somados a esse processo, expulsos pela modernização do lado brasileiro, chegavam agricultores brasileiros com suas famílias, formando-se um importante fluxo agrícola. Para entender quem são esses agricultores do Sul é importante a leitura de Seyferth (2009), que indica:

> No fim do século XIX começou a expansão para o oeste e o norte do Rio Grande do Sul e para o oeste de Santa Catarina e, pouco mais de uma década depois, para o oeste do Paraná (...)A regularidade da migração rural pode ser vista como um componente estrutural da colonização na forma como foi implementada no sul do Brasil (Seyferth, 2009).

Eram agricultores camponeses em sua grande maioria, que ocupavam terras de 20 a 100 hectares. Esse extrato começou a perder força e se consolidaram a média e a grande empresa.

Para exemplificar, vejamos os números da reforma agrária paraguaia, de 1950 a 2000, primeiro sob a responsabilidade do IRA (Instituto de Reforma Agrária), depois IBR (Instituto de Bien Estar) e hoje INDERT (*Instituto Nacional de Desarrollo Rural y e La Tierra*). Reformaram-se 11,883 milhões de hectares. 74% desse total foram parar nas mãos de políticos, militares e funcionários públicos. Os 26% restantes foram distribuídos para 150 mil famílias camponesas. Atualmente, 80% das terras agricultáveis estão nas mãos de 1% dos proprietários, enquanto 260 mil famílias detêm 6% dessas terras (Gomez, 2008).

---

[38] O Estudo da FAO chamado "Dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe", de 2011, foi coordenado pela FAO e estudou o mercado de terra em 17 países da América Latina.

[39] Impulsionado por um regime autoritário imperante. Mesmo que afiançado plenamente, aquele processo histórico gerou consequências de forte impacto, tanto no relativo ao crescimento da empresa agrária capitalista, como no que se refere a diferenciação e decomposição da sociedade camponesa.

[40] O campesinato paraguaio, com suas raízes guaranis, não tem o mesmo sentimento de posse que um agricultor que busca "comprar um pedaço de chão" (Wagner, 1990).

[41] Para Wortmann (1990) o que se sobressai tanto nos grupos de colonos do Sul como nos de sitiantes do Nordeste brasileiro, os quais foram por ele estudados, é a autonomia para traçar suas estratégias reprodutivas, ao mesmo tempo em que afirma ser comum a ocorrência de famílias extensas.

Em 1985, a estrutura agrária paraguaia já mostrava os sintomas que causavam a forte concentração da terra. Nessa época, começam a retornar ao Brasil os agricultores que ocupavam as menores parcelas de terra, consequentemente os que tinham menos condições de competir em uma agricultura cada vez mais industrializada, somada aos problemas de documentação das terras.

No censo agropecuário de 1991, o índice Gini chegou a 0,91[42]. A concentração aumentou, e em 2008 era de 0,93 (Galeano, 2011). Essa concentração (uma das mais altas do mundo) faz com que a agricultura camponesa perdesse espaço. Devido a uma maior rentabilidade ao mercado da empresa capitalista agrícola, a concentração tende a crescer, dado que a renda da terra promove uma maior capitalização e há compra das terras dos agricultores que não conseguem se manter em um mercado altamente competitivo.

A recente estrangeirização do território paraguaio é levada a cabo por uma combinação de cultivos para o mercado internacional de *commodities*. Planta-se soja em uma área nova, depois, com a diminuição da fertilidade, introduz-se a pastagem artificial para criação de gado, ou se cultiva o trigo, que é uma cultura de inverno. Ainda, a produção de milho, com um ciclo curto, aparece como alternativa para o uso intenso do solo, aumentando assim a renda da terra[43].

Dados do censo agropecuário paraguaio de 2008 dão conta que a propriedade da terra se encontra na seguinte proporção: Paraguaios 76%, Brasileiros 14,2% e outras nacionalidades 9,3% (Galeano, 2011). São argentinos, uruguaios, estadunidenses, europeus e asiáticos, com destaque para os japoneses.

Depois de 2008, a eleição de Fernando Armindo Lugo de Méndez, decretou o fim a uma estância no poder de seis décadas da *Asociación Nacional Republicana (ANR),* mais conhecida como Partido Colorado. A eleição de Lugo foi baseada em uma ampla coalização política organizada no Movimento Popular Tekojoja, sendo que uma das promessas era a reforma agrária.

Em 2012 houve um golpe, fundado em um documento de nove páginas e com duas linhas de "provas" que provocou o processo de *impechament* no Paraguai, chamado de juízo político. Tudo isso aconteceu justamente logo depois do acontecido em Curuguaty, que foi o argumento para o Legislativo acusar Lugo de manter proximidade com os campesinos *carpeiros.*[44] Com o presidente deposto e o país

---

[42] O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrado está o fator analisado. O Coeficiente de Gini é amplamente utilizado em diversos campos de estudo, como sociologia, economia, ciências da saúde, ecologia, engenharia e agricultura. Por exemplo, em ciências sociais e economia, além do de Gini relacionado à renda, estudiosos publicaram coeficientes relacionados à educação e às oportunidades.

[43] Renda da terra é uma categoria da Economia Política referente ao pagamento, por parte dos capitalistas, aos senhores de terra, pelo direito de uso da terra na produção de grãos. O conjunto de formulações dos economistas de Adam Smith a Marx, passando por David Ricardo, é conhecido como teoria de renda. Adam Smith conceituou a renda como um pagamento de transferência da classe de capitalistas à classe de senhores de terra, pelas propriedades "originais e indestrutíveis" do solo. David Ricardo deu-lhe uma formulação quase matemática com a teoria da renda diferencial, e Marx, após uma crítica inconclusiva dessa, preconizou, ainda que hipoteticamente, além da renda diferencial, a renda absoluta e a renda de monopólio (Bartra, 2014).

[44] No dia 15 de junho de 2012, uma operação policial para remover um grupo de sem-terra de uma fazenda ocupada, ordenada por uma decisão judicial a pedido do ex-senador Blas Riquelme, acabou com a morte de seis policiais e 11 manifestantes (Carmo, 2012).

Carpero é a categoria no Paraguai que designa camponeses sem-terra, que realizam ocupações e montam barracas, chamadas de carpas.

tendo voltado à "normalidade" as taxas de crescimento da balança comercial subiram, escondendo a enorme desigualdade social que atinge o país[45].

A construção de uma obra de categoria tipo "prótese" no território já tinha sido realizada com a construção da Ponte da Amizade (1965), artificializando o espaço geográfico com próteses territoriais no advento do meio técnico (Santos, 2002). A Ponte da Amizade, foi por aonde muitas famílias de agricultores chegaram ao Paraguai. Depois, com a construção da usina de Itaipu, impactou-se a organização do espaço nessa região, cuja transformação foi completada com a introdução da soja por agricultores brasileiros que se mudaram em grande número na época da implantação da usina.

Tanto na absorção de mão de obra como no alívio da tensão do fechamento da fronteira agrícola pela modernização, a usina fomentou o mercado de terras indiretamente. O fluxo de brasileiros aumentou para o Paraguai. Do outro lado a usina ajudava a manter ocupados os campesinos que iam sendo "empurrados" para fora do seu território. As mudanças ocorridas no espaço que compreende o Oeste do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul foi alvo de mudanças com a instalação das Obrages. Foram a primeira forma capitalista de exploração das riquezas naturais, com o declínio da atividade ervateira, a madeira ainda continuou sendo explorada, assim a região continuou sendo modificada lentamente até a chegada das companhias de terra e imobiliárias, elas iam definitivamente mudar o cenário, sua atuação articulada por capitais nacionais e internacionais juntamente com o Estado brasileiro "ocuparam" cada palmo de terra, o formato era o da agricultura familiar em pequenas parcelas.

A região permaneceu assim em mudança, passando pelo surgimento dos complexos agroindustriais, e ao mesmo tempo a região Sudeste necessitava de mais energia para mover a sociedade cada vez mais urbanizada, assim o projeto de construção de Itaipu se tornou viável, e mais uma vez viria a modificar a região, agora de forma irreversível.

1.4. Itaipu ou a pedra que (des)encanta

No ano de 1980, os desapropriados de Itaipu faziam parte das manchetes nos principais jornais do Brasil. Com um veemente grito de justiça, efetuaram um cerco ao escritório da empresa binacional em Santa Helena-PR. Dessa organização saíram desdobramentos positivos e organização popular[46].

No livro de Juvêncio Mazzarollo, "A taipa da injustiça" (2003), no prefácio escrito em 1982 pelo pastor Werner Fuchs, encontram-se as seguintes palavras [47]

> Constata-se atualmente, no Brasil uma verdadeira "epidemia de barragens", em que o argumento da crise energética, ou crise do petróleo aparece muitas vezes como pretexto para uma série de outros interesses comerciais e políticos; eis que a energia beneficiará, sobretudo as grandes

[45] "A partir de agora, podem dormir tranquilos. Vão e digam aos seus compatriotas do Brasil que no Paraguai vivemos em democracia, liberdade e que têm garantia para investir". Palavras do presidente Frederico Franco, sucessor de Lugo (Terra, 2014).

[46] Itaipu, ou "Pedra que canta", é a denominação em guarani do local onde foi erguida a barragem da usina, poucos quilômetros acima das cataratas do Rio Iguaçu, principal afluente na margem esquerda do Rio Paraná.

[47] Mazzarollo foi o último preso político do período da ditadura militar a ser libertado, assim, o livro que foi escrito em 1982/83, mas só foi lançado em 2003.

> indústrias, para as quais convém dispor de massas humanas de mão de obra barata, explorada. Assim também a Itaipu constitui apenas um tentáculo do polvo denominado capitalismo, que vem subjugando, um após o outro, os diversos setores da vida nacional, sempre causando prejuízos à classe trabalhadora. Suas ramificações estendem-se já sobre os países vizinhos, como veremos no caso do Paraguai (Mazzarolo, 2003).

Na década de 70 do século passado, a saturação dos mercados no Primeiro Mundo forçou o capitalismo a expandir-se pelo Terceiro Mundo, usando como palavra-chave o "desenvolvimento".[48] A ordem era a interdependência, sendo que a estratégia era levada a cabo pela tríade EUA, Europa e Japão, vendo-se na prosperidade dos países ricos o fator essencial para o progresso dos países pobres.

O Brasil, pelo tamanho de seu território, pela abundância de seus recursos naturais, pelo potencial de seus recursos humanos, como mão de obra (barata) ou como consumidores, pela generosa legislação que assegura ao capital estrangeiro estímulos, facilidades, garantias e privilégios, principalmente a partir do golpe de 1964, constitui-se em um dos espaços territoriais mais cobiçados no mundo das grandes corporações, sendo o paraíso das multinacionais (Mazzarolo, 2003).

> O projeto "Brasil Grande Potência" idealizado pelos militares nos anos 70 propunha e impunha uma visão do território nacional entendido como somatório de recursos mais ou menos disponíveis, conjunto de riquezas a serem apropriadas, e o Estado, agente histórico da realização do destino de grandeza da nação, propulsor das forças "desenvolvimentistas", intervém na produção e reprodução do espaço visando simultaneamente prover as condições gerais para a acumulação capitalista e "estender a nação à totalidade do território" (Brum, 1982).

O caminho para estas obras eram os empréstimos junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), e assim, o Brasil das décadas de 1970 e 1980 tornou-se um país ocupado, não por tropas e soldados, mas por bancos e credores. Segundo Raul Zibechi (2012), a Itaipu era apenas mais uma em um universo de grandes obras, com importância equivalente ao valor de tudo o que Argentina, Peru e Equador conseguiam produzir em um ano (90 bilhões de dólares). A hidrelétrica de Itaipu teve um custo equivalente ao das encomendas de equipamentos para o gasoduto de 5,5 mil quilômetros que ligaria a Sibéria à Europa Ocidental. O gasoduto siberiano foi tratado pelos países industrializados, na época, (1975), como o "negócio do século". Naquele momento, o Brasil, estava levando a cabo vários "negócios do século" ao mesmo tempo – Itaipu, Carajás, Programa Nuclear, Ferrovia do Aço, as usinas de Tucuruvi e Tubarão, os metrôs de São Paulo e Rio de Janeiro e uma gigantesca lista de *eteceteras* (Istoé, 1982).

Já em 1965, um grupo de militares brasileiros adentrou a área do Paraguai para realizar estudos para implantação da usina, o que levou a protestos e a população paraguaia a se manifestar contra o que foi chamado de expansionismo brasileiro. Queimaram bandeiras em praça pública, decretaram o Brasil como inimigo número um do Paraguai. Afinal a guerra ainda estava viva na memória.

A intervenção do Departamento de Segurança dos Estados Unidos, que propôs um encontro

[48] Pantaleón, (2002) discute a "entrada" do desenvolvimento na América Latina e o papel que antropólogos tiveram nesta tarefa e identifica algumas fases desse processo: a entrada do desenvolvimento sob influência da CEPAL, a do Desenvolvimento/subdesenvolvimento, o contexto do Neoliberalismo e a Criação de ONGs e com isso a profissionalização dos antropólogos que disputavam a representação em projetos de desenvolvimento para América Latina. Escobar (2008) chama a atenção para a antropologia *do* e antropologia *para o* desenvolvimento.

entre os chanceleres do Brasil e do Paraguai, em 1966, culminou na assinatura da *Ata do Iguaçu*. Este documento, assinado na cidade de Foz do Iguaçu, continha acordos, entre eles a disposição de proceder ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular aquelas relativas aos recursos hidráulicos compartilhados entre as duas nações, no sentido de que a energia eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná, e inclusive a região entre o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu, seria dividida em partes iguais entre os dois países.

O Debate em torno da questão de limites foi esquecido, dando lugar ao debate em torno da construção de uma usina, sendo que a área em litígio ficaria submersa. Em 12 de fevereiro de 1967, os governos dos dois países criaram a Comissão Técnica Brasileiro-Paraguaia para a implementação da Ata do Iguaçu na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná. Conforme comenta Oliveira:

> As negociações sobre a fronteira e o aproveitamento hidrelétrico foram difíceis e o impasse somente foi superado quando as duas partes chegaram à conclusão de que a construção de uma hidrelétrica na fronteira entre os dois países resolveria a questão ao submergir a zona contestada pelo Paraguai (Oliveira, 2012).

Ainda segundo Oliveira (2012), na época, existiam alternativas à construção da usina, inclusive outras áreas identificadas em território exclusivamente nacional.[49] A opção de construir várias hidrelétricas teria algumas vantagens. Teria sido possível "distribuir as obras por todo o país, levando empregos e renda a vários estados, além de permitir uma 'sintonia fina' que evitasse excesso de oferta" (Oliveira, 2012), como ocorreu durante os primeiros anos de operação de Itaipu, quando o Brasil teve de adquirir energia daquela central em razão da chamada "lei de Itaipu", sancionada pelo presidente Médici.

Segundo Habert (1996), a hidrelétrica de Itaipu assumiu dimensões estratégicas, políticas e sociais, inserindo-se na euforia do "milagre econômico", que levava a acreditar que até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de grande potência mundial.

Este surto de otimismo sustentava-se na expansão do sistema capitalista, baseada, por sua vez, na exploração da classe trabalhadora, na consolidação do grande capital nacional e internacional e na entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos.

O início da construção da usina ocorreu em 1974, com a instalação do canteiro de obras para deixar tudo preparado para iniciar o processo de construção da hidrelétrica em maio de 1975, ano de início da abertura do canal de desvio, que foi concluído em outubro de 1978.

O investimento para a construção de Itaipu foi US$ 12 bilhões e as captações de empréstimos alcançaram US$ 27 bilhões. Os pagamentos já realizados (2012) somam US$ 47 bilhões, com saldo de US$ 19 bilhões e pagamentos a fazer de US$ 28 bilhões devido aos juros. A estrutura financeira que viabilizou a construção de Itaipu foi "alavancada", produzindo endividamento que atingiu 99,2% do

[49] Outras opções seriam a construção de usinas em: Jupiá, Furnas, Estreito, Cubatão III, Cachoeira Dourada, Jaguará, Ilha Solteira, Três Irmãos, Ilha Grande, Itumbiara, Capim Branco, Igarapava, Canoas, Taquaruçu, Segredo, Santiago, Pinheiro, Itaúba e Dona Francisca, além de Ilha Grande e Porto Primavera (Oliveira, 2012).

investimento direto (Oliveira, 2012).

A criação e construção da usina tem caráter binacional, que conforme sugere Mazzarollo (2003):

> confere a este projeto autonomia própria, de uma republiqueta autônoma, ou quase. Não se trata de empresa Brasileira ou Paraguaia, estatal ou privada. Mais se parece com um Estado independente formado por um pedaço do território brasileiro e outro paraguaio sobre o qual foi erguida uma usina hidrelétrica (Mazzarollo, 2003).

Para a formação do reservatório e da faixa de segurança passaram a ser domínio da Itaipu Binacional 1,8 mil km² (mil no Brasil e 800 no Paraguai). Foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40 mil pessoas e na margem Paraguaia cerca de 20 mil (Mazzarolo, 2003).

Em outubro de 1982, a construção da barragem foi concluída e as comportas foram fechadas, formando o lago de 1.350 km². A previsão inicial era de que o lago se formaria em 90 dias, porém ele se formou em apenas 14 dias.

Os impactos ao meio ambiente foram muitos. "O alagamento modificou toda a geografia da região". Entre as perdas está a submersão das Sete Quedas, que na época era conhecida como uma das "sete maravilhas do mundo". Além, disso, o turismo e o comércio regional também tiveram grandes perdas com a diminuição de turistas na região (Gattermann, 2006).

Agricultores sentiram-se lesados em seus direitos e no valor pago pelas terras desapropriadas. Assim, para defender seus direitos, organizaram um movimento social denominado Justiça e Terra (1980-1982), que viria a ser um dos embriões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terras na região (Mazzarolo, 2003).

A expulsão dos agricultores acabou provocando vários movimentos que se complementavam. Aqueles agricultores expropriados do Brasil, que conseguiam ser indenizados, compraram terras no Paraguai a um preço menor. A pressão pela terra no Paraguai era absorvida pelo emprego que os camponeses expropriados pela obra e pelo avanço brasileiro conseguiam na construção da usina.

Porém, depois da construção terminada, os problemas voltaram a ser evidentes na região, como percebeu Gattermann (2006) ao pesquisar os impactos da Itaipu:

> Dos desapropriados, nem todos puderam permanecer na região, por isso muitos migraram para outros locais para comprarem terras mais baratas e condizentes com o valor que haviam recebido pelas suas, férteis, no Extremo Oeste do Paraná. Um dos locais escolhidos para reconstruir uma vida nova foi o Paraguai sob a promessa de progresso e desenvolvimento. A crise nesse país, no entanto, vem produzindo um novo ciclo de migrações e um fenômeno muito comum no Oeste do Paraná que é o retorno ao Brasil de agricultores brasileiros que foram desapropriados pela Itaipu e que viveram alguns anos no Paraguai. Muitos desses brasileiros retornam empobrecidos e sem-terras para plantar perpetuando uma situação de miséria e exploração a que são submetidos na busca pela subsistência (Gattermann, 2006).

A esses agricultores, cujo trabalho estava centrado na família foram preteridos pela falta de valorização por parte do *Estado ampliado* (Gramsci, 1971) e pela modernidade. Itaipu apareceu em suas vidas como mais uma pedra no caminho, a *pedra que canta*.

A vida dos brasiguaios está contida em uma "modernidade superativada", que produz incessantemente o desconhecido, torna o homem, de certa maneira, estranho ao mundo que criou. "Ele não sabe mais designar o universo social e cultural que se compõe e se decompõe à força de seus projetos" (Balandier, 1997).

Existem dois movimentos: um grupo de agricultores comprou terras do lado paraguaio com a indenização da construção da usina, e um segundo grupo são os camponeses que tiveram trabalho na construção, e quando o projeto termina vão migrar à nova fronteira agrícola. A construção da usina gera um impacto sobre a estrutura fundiária do Paraguai e logo um grupo desses agricultores, dos mais pobres, começa a retornar ao Brasil, configurando um conjunto que mais tarde iniciaria a luta por um pedaço de terra. É justamente essa complexidade social que será discutida no seguinte capítulo.

TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO

2.1 O contexto

Como vimos no capítulo anterior, políticas de deslocamento da população vinculadas a rotas de ocupação de terras em diversas regiões, como parte de propostas específicas de desenvolvimento econômico por parte do Estado brasileiro e paraguaio, ao longo do século XX, como foi o caso dos grandes projetos e a construção da Itaipu contribuíram, principalmente na segunda metade do século XX, para o início de fluxos migratórios de brasileiros para o Paraguai, que mais tarde fariam o caminho de volta e se tornariam brasiguaios. Esse andar em busca de *um pedaço de terr*a parece ter sido (e ainda ser) a experiência de milhares de brasileiros. A "esperança de que essa utopia se concretize fazia muitos deles ultrapassar as fronteiras geopolíticas do país, ir sempre mais a frente porque, quem sabe, lá está a nossa sorte" (Costa, 2009).

Cléria Botelho da Costa, que em 2009 publicou o livro "Vozes da Terra: luta e esperança dos sem-terra", ao coletar dados no sul do Mato Grosso do Sul, percebeu em Indaiá, que dentro de um assentamento, a maioria dos camponeses eram naturais do Nordeste, Sul e Sudeste do país. Todavia, o caminho da sua região de origem até o Mato Grosso do Sul havia sido feito com muitos desvios interrupções: 60% deles tinham passado pelas "terras promissoras" do Paraná e 95% tinham vivido no Paraguai. Assim, ela deduz que a ida do Paraná para o Paraguai era uma "rota obrigatória" (Costa, 2009).

Com o início do período do governo do General Strossener no Paraguai foi traçado um plano de modernização do país e, a fim de se inserir na economia mundial de um novo ciclo, a agricultura era a saída. Para isso, segundo Wagner (1990), o governo planejou duas fases para a realização dessa proeza.[50] A primeira consistia em atrair para o país camponeses do Nordeste do Brasil, para realizar a derrubada da mata no leste do País, na fronteira com o Brasil, o que acabou atraindo muitos pela proposta de abrir novas áreas, plantar durante três a cinco anos e seguir para outro espaço. A segunda fase foi atrair os agricultores que já tinham alguma experiência em agricultura de grãos. Foi neste momento que a soja chegou ao Paraguai.

Esse plano vai encontrar muitos braços e bolsos dispostos a migrar para o Paraguai. Especula-se que existam entre 350.000 a 450.000 brasileiros e descendentes no país vizinho, que têm uma população de 6.802 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2013)[51].

Tudo isso acontecia em uma época de mudanças na base técnica produtiva que era expressa pela mecanização, criando um ambiente competitivo no bojo da revolução verde. Os menos capitalizados foram dando lugar aos proprietários, mesmo quando a terra ficava fracionada em famílias e o trabalho delas ia perdendo cada vez mais a sua autonomia diante das corporações e empresas multinacionais do

[50] O governo sob sua direção compreende o período de 15 de agosto de 1954 – 3 de fevereiro de 1989.
[51] Wagner (1990) Alves (1990), Sprandel (1992), Mazzarolo (2003) e Fabrini (2012 e 2014).

setor.

Souchaud (2011) assim descreveu a população imigrante brasileira que encontrou em seus trabalhos de campo no Paraguai:

> A população imigrante, que pode ter alcançado até talvez 500 mil pessoas, é formada hoje por perfis diversificados: pequenos agricultores, trabalhadores rurais, diaristas ou assalariados, mas também empresários, empregadas domésticas, operários da construção civil, jovens funcionários do setor comercial, técnicos etc., demonstrando o alto grau de consolidação e diversificação deste território (Souchaud, 2011).

Baller (2014), dialogando com Norbert Elias e identificando importante fluxo de agricultores que saíram do Paraná para a *fronteira,* destaca que:

> Por outro lado, destacamos o êxodo rural no Paraná, pois o êxodo viabilizou para as pessoas que saíam do Brasil a busca pela terra no Paraguai, e na historicidade desse processo vão produzir uma nova face de configuração do país vizinho com a propagação do agronegócio. As áreas rurais são locais de intensa sociabilidade e a fronteira revela que não há apenas integração, mas o predomínio sociocultural de grupos majoritários sobre os minoritários com os fronteiriços produzindo relações societárias, como por exemplo, de 'estabelecidos e outsiders' (Baller, 2014).

Ele identificou três momentos de entrada de brasileiros no Paraguai. O primeiro seria nas décadas de 1950/60 com brasileiros capitalizados comprando grandes extensões de terras. O número de pessoas em movimento não era expressivo e se assentava em locais de baixa densidade demográfica. Esses proprietários eram, em sua grande maioria, originários do Sul do Brasil.

Concomitante a essas compras, atraía-se o trabalhador para "desbravar o mato", o que integrara o segundo momento de migração para o Paraguai, considerando que:

> A segunda leva de brasileiros no Paraguai caracteriza-se pelo segmento que mais se aproxima da posterior formação brasiguaia, entre eles estão meeiros, arrendatários, operadores de máquinas, peões, assalariados rurais, pequenos proprietários, parceiros, parceleiros, porcenteiros, entre outros. Na medida em que as fazendas ficavam propícias para a monocultura, com a entrada de máquinas para plantio e colheita, a mão de obra braçal era dispensada e acabava abandonada, tanto pelos patrões, quanto pelos Estados, paraguaio e brasileiro (Baller, 2014).

O terceiro momento de entrada dos brasileiros foi durante e depois da construção da usina de Itaipu. Se atentássemos apenas para os dados oficiais oferecidos pela empresa binacional, chegaríamos à conclusão que apenas 412 proprietários afetados pelo empreendimento no lado brasileiro teriam buscado o Paraguai, o que corresponde a apenas 1,03% do total dos expropriados (Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984).

Um dos desafios do trabalho de campo em curso foi indagar esses dados através das narrativas pessoais de camponeses instalados em acampamentos ou assentamentos na fronteira, uma vez que a Itaipu não indenizou todos os agricultores atingidos. Além disso, esses dados se referem ao primeiro assentamento dos que foram indenizados, não significa que foi quando realmente esses agricultores se instalaram definitivamente.

Os dados "oficiais" de Itaipu ocultam a grande quantidade de indígenas que foram removidos e não são contabilizados. O trabalho de Malu Brant de Carvalho (2008) aponta que 32 aldeias guaranis

desapareceram entre 1940 e 1982. Somente a usina alagou nove delas. No trabalho de Baller (2014) encontramos referências sobre indígenas atingidos do lado Paraguaio, dados que mostram a invisibilidade dada a eles[52].

Como já falamos anteriormente, ao conceber a ideia da pesquisa com os brasiguaios, imaginávamos dois grupos em disputa: de um lado estariam os sem-terras e, de outros, os proprietários de grandes parcelas de terra. Com o desenvolvimento do trabalho, percebemos que esse universo era muito mais complexo, e esses grupos se subdividiam em muitas mais categorias.

Temos na fronteira, apenas para nos determos na legalidade e excetuando o crime organizado, grandes grupos empresariais no ramo do agronegócio, grandes proprietários e uma heterogeneidade nos representantes dos Estados (Brasileiro e Paraguaio) que conduzem e fornecem e viabilizam grande parte dos fluxos de capitais (Braundel, 1984).

De outro lado, temos os agricultores com pequenas e médias parcelas, inseridos verticalmente no agronegócio, as populações sem-terra de ambos os países, as populações indígenas também de ambos os países. Ou seja, falamos de uma fronteira multifacetada e em constante mudança, não só pelos movimentos de mudança de residência, mas também pelos movimentos circulares e diários que não envolvem a troca de endereço.

A ocupação da fronteira Leste do Paraguai, esse "território baldio", serviu para amenizar a pressão agrária no Paraná e Mato Grosso do Sul, atraindo o capital e conduzindo um contingente de camponeses, primeiro para cortar a mata na condição de posseiro, depois como produtor de alimentos em pequenas áreas, para depois proletarizar-se ou ser sem-terra (Sprandel, 1992).

2.2 A fronteira brasiguaia

A fronteira brasiguaia é um recorte territorial, uma parte do espaço geográfico que é palco de deslocamentos populacionais e do avanço do modelo de produção do agronegócio.

Como demonstra Hannerz (1997), na sua análise sobre as categorias de fluxos, fronteiras e híbridos, termos e categorias são históricos e vão agregando ou mudando de significado. Atualmente, fronteira é um conceito chave para pensar os deslocamentos humanos no marco de limites políticos ou nacionais. Lemos e escutamos várias discussões sobre fim ou reestruturação das fronteiras entre Estados nacionais no contexto de formação de comunidades supranacionais e dos fluxos globais de pessoas, mercadorias, imagens, tecnologia e dinheiro (Appadurai, 1996). Essa ideia de fronteira surgiu como conceito militar no front e conquista territorial. A divisão do mundo em Estados na Europa moderna contribuiu para o termo ser conhecido como limites políticos dos Estados nacionais, sendo de importância a geografia política, direito, diplomacia e forças militares para produção e conhecimento das

[52] Ver a tese "Das terras dos índios a índios sem-terras. O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta", de Maria Lucia Brant de Carvalho (2008).

"fronteiras naturais" das nações (Martin, 1998; Golin, 2002).

Com a "conquista do Oeste" nos Estados Unidos da América, o significado de fronteira adquiriu o sentido de frente de expansão de pioneiros nos "espaços vazios". Esse movimento foi estudado por Frederick Turner no texto *The signicance of frontier in the American History* (1893), que inspirou estudos no Brasil e Argentina nas frentes de expansão (Ricardo, 1940; Velho, 1976; Clementi, 1987). Existem ainda estudos sobre fronteiras que surgiram das lutas de "descolonização" das antigas colônias, estudos de fronteiras para passagens de rituais, etc. Com essa base poderemos perceber que, no decorrer do texto, o termo fronteiras pode ser aplicado em mais de um contexto e situação do estudo dos movimentos na fronteira entre Brasil e Paraguai, ou na fronteira brasiguaia. E como menciona Guedes (2013), no contexto de debates em que falamos em demanda por território, movimentos e Estado, o termo fronteira também significa o deslocamento ou expansão de formas "modernas" ou "capitalistas" de produção em detrimento de formas tradicionais de produção em relação à terra.

Porém esses fluxos foram acelerados pela modernização da agricultura, reflexo da imposição de um capitalismo autoritário:

> a versão autoritária do capitalismo desenvolveu-se naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. Ao mesmo tempo, essa não existência de uma burguesia forte relacionou-se, ao nível do econômico, com um "atraso" relativo desses países com respeito ao progresso inaugurado pelas burguesias capitalistas que tendiam a dominar a cena mundial. E como os países que se lançaram à frente dum ponto de vista capitalista adquiriram uma posição de liderança no sistema internacional que fazia pressão sobre os países "atrasados", o Estado foi forçado nesses países a assumir o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir (Velho, 2009a).

Velho (2009a), que estudou as *fronteiras* no desenvolvimento capitalista da agricultura nos Estados Unidos e na Rússia, identificou, assim, duas formas, sugerindo uma terceira, sendo as duas primeiras de tipo *fechada* e a terceira *aberta,* própria dos países periféricos:

> Todavia, que quando um sistema de repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, a *fronteira* não utilizada torna-se um recurso importante. Surge assim um *terceiro* tipo de fronteira que poderíamos denominar de *fronteira* aberta, porém *controlada* (Velho, 2009a).[53]

Para Velho (2009a), o surgimento dessas *fronteiras* vai definir um "campesinato de fronteira" dentro dessas zonas fisiográficas. A fronteira brasiguaia apareceu como uma nova zona, uma "nova" oportunidade aos migrantes. Essa novidade vinha com a modernização da agricultura.[54]

---

[53] Otávio Velho (2009a), na apresentação de seu livro, explica que sua intenção era o estudo da fronteira em movimento. Com o aprofundamento do trabalho, passou do que denominou de uma sociologia da fronteira (of the frontier) para uma sociologia a partir da fronteira (from the frontier). Ele se utiliza do método comparativo para estudar os deslocamentos camponeses no Brasil com o estudo de outros casos históricos e de certa forma "acabados", especialmente o movimento para Oeste nos Estados Unidos no século XIX e o movimento russo para a Sibéria no mesmo século e no começo do século XX.

[54] Otavio Velho (2009b) definiu para os anos 1960 e 1970 as seguintes zonas fisiográficas: Rondônia: Alto Madeira (todo o atual território); Roraima: Catrimâni; Pará: Itacaiúnas e Planalto; Amapá: Amapá-Macapá; Maranhão: Baixo Mearim, Pindaré e Tocantins. Bahia: Extremo Sul; Espírito Santo: Norte, Baixo Rio Doce e Vitória; Rio de Janeiro: Baixada da Guanabara e Baixada do Rio Guandu; São Paulo: São Paulo, Pereira Barreto e Andradina; Paraná: Curitiba, Oeste e Norte; Santa Catarina: Oeste; Mato Grosso: Aripuanã, Chapada, Poxoréu, Campo Grande, Rio Pardo e Encosta Norte; Goiás: Araguaia - Tocantins, Alto Tocantins, Rio Verde e Mato Grosso de Goiás. Elas experimentaram um incremento demográfico de mais de 60%.

O surgimento de uma agricultura científica globalizada levou à alienação do território. A produção agora tem uma referência planetária, assim as leis que a regem são as mesmas de outras atividades econômicas. Milton Santos, no livro "Por outra globalização", nomeou esse período de meio *técnico-científico-informacional*. Dentro dessa lógica para estudar o campo, ele observou que os agentes recalcitrantes são deslocados, formando no mundo rural uma massa de emigrantes, "que tanto podem se dirigir às cidades quanto participar da produção de novas frentes pioneiras, dentro do próprio país ou no estrangeiro, como é o caso dos brasiguaios" (Santos, 2000, p. 90).

No caso brasileiro, a modernização agrícola revelou uma grande vulnerabilidade. Regiões que estão envolvidas nessa dinâmica como Mato Grosso do Sul e Paraná mostram que o campo se tornou aberto à expansão das formas atuais de capitalismo.

No Brasil, depois de 1930, o Estado passou a desempenhar papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico, culminando com a modernização conservadora da agricultura brasileira e com as transformações nas bases técnicas do campo, subordinando a produção agrícola aos ditames da indústria, numa economia urbano-industrial (Hespanhol, 1999).

Com a crise da economia primário-exportadora, o café continuou sendo a principal fonte de divisas para o país. O governo de Getúlio Vargas empreendeu esforços significativos para integrar a economia brasileira, através da expansão da fronteira agrícola e da abertura de vias de circulação, que caracterizaram a Marcha para o Oeste[55].

A revolução verde no pós-segunda guerra impôs um novo cenário no campo, a "modernização dolorosa", assim chamada por Graziano da Silva (1982)[56]. Depois a agroindustrialização e, por fim, os complexos agroindustriais vão afetar fortemente a região brasiguaia. Graziano da Silva destaca que o termo modernização deve ser usado para designar "o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade" (Silva, 1996).

Segundo Ruy Erthal, cumpria ao setor agrícola entre 1930-60 algumas funções, como a de reorganizar o espaço produtivo agrícola brasileiro com o aumento da especialização a nível regional, em determinados tipos de produto, e a de redesenhar uma nova divisão social do trabalho na agricultura a nível nacional. A rede viária foi ampliada, principalmente no caso das rodovias, pelo incentivo da presença de montadoras de carros, integrando e intensificando o intercâmbio entre as regiões Centro-Sul e

[55] A Marcha para o Oeste foi criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do interior do Brasil. Organizou-se um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras "desocupadas". A política do governo Vargas se deu com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no Sudeste (Santiago, 2012).

[56] Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 70. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários.

Nordeste. A região onde circulam os brasiguaios cumpriria com demandas especificas: "Alguns estados da Federação, como o Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso (do Sul) e Maranhão passaram a especializar-se em produtos alimentares em função da grande demanda urbano-industrial" (Erthal, 2006).

A partir da década de 1960, observa-se o esgotamento do modelo de substituição de importações, ponto central de todo o processo de industrialização brasileiro desde a década de 1930, e a necessidade de engajamento em um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país[57]. No debate, sobressaem-se dois projetos de poder: o modelo de desenvolvimento nacional autônomo e o desenvolvimento associado (Melo, 2011).

Segundo Ianni (1967), o primeiro projeto era compreendido, pela possibilidade histórica aberta pela industrialização, de o país engajar-se em um projeto de desenvolvimento capitalista nacional e autônomo, a partir de uma profunda reforma nos vínculos estruturais internos e externos (Reformas de Base). Já o segundo modelo assentar-se-ia no desenvolvimento internacionalizante e associado, que, apesar de sua dominação explícita ocorrer apenas nos anos posteriores ao Golpe de 1964, já havia sido instalado no país alguns anos antes, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek foi o primeiro presidente do chamado período "populista" a concorrer às eleições presidenciais com programa de governo com propostas claras de ação. Inserido à corrente nacional-desenvolvimentista, de caráter liberal, Kubitschek trabalhava sob a perspectiva de uma ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro através do "50 anos em 5 anos de mandato". Houve um salto tecnológico e uma ampliação da capacidade produtiva como nunca antes fora visto no país. Foi neste período que o Brasil passou a investir e a se desenvolver na criação de uma indústria pesada, ou seja, em "máquinas que fabricam outras máquinas". Este desenvolvimento ocorreu com a associação entre o Estado e a grande empresa oligopolista internacional, principalmente europeia (Catani, 1984).

O setor agrário permaneceu relativamente marginalizado no Plano de Metas, e o seu desempenho foi muito criticado por diversas correntes servindo como combustível para grande parte da discussão em torno da necessidade de uma reforma agrária no início da década de 1960.

Depois do Golpe Militar de 1964, o movimento pela Reforma Agrária, que tinha encontrado respaldo no Governo João Goulart, foi esvaziado e todo o debate sobre o papel da agricultura brasileira foi guiado pelo enfoque funcionalista norte-americano. Segundo esse enfoque, são cinco as funções da agricultura: liberar mão-de-obra para a indústria, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias-primas para as indústrias, elevar as exportações agrícolas e transferir renda para o setor urbano (Melo, 2011).

O resultado desse processo na década de 1970 foi a intensificação do consumo de produtos industrializados pela agricultura e a articulação do subsetor industrial de insumos e bens de capital

[57] No Brasil, após a crise de 1929, a política de substituição de importações foi implementada com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro e resolver os problemas de dependência de capitais externos (Tavares, 1972).

"desaguou" na constituição dos complexos agroindustriais, com a integração técnica entres as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras.

Essa mudança na base técnica da produção buscava melhorar os lucros através do aumento da mais-valia relativa e da mais-valia extraordinária. Marini (1973) explica que esse processo de ganho poderia vir com a produção de mais mercadoria, mais grãos e rebaixando o valor da força de trabalho. Porém, ao aumentar a produtividade, produzia-se mais com "menos", o que lhe garantia um lucro extraordinário.

Para Martins (1994), enquanto para o modelo europeu, no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento do sistema capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. Para Martins (1996), pesquisadores brasileiros têm reiteradamente tentado transplantar o modelo de fronteira proposto por Turner (1956). O autor ao analisar o que ele chamou de última grande fronteira (Amazônia), vê no conflito social a centralidade para uma análise nacional. Para ele a fronteira só deixa de existir quando os tempos históricos em conflito se fundem.

Como já falamos anteriormente, um dos pontos de vista da fronteira é a face da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma (Martins, 1996).

Para Singer (1979), o processo de mudança tecnológica nos países capitalistas desenvolvidos difere consideravelmente da industrialização capitalista nos países subdesenvolvidos, visto que o ritmo das mudanças e seus efeitos socioeconômicos são muito mais amplos nestes últimos em comparação aos primeiros. Nos países do capitalismo central, a mudança se dá à medida que determinadas inovações amadurecem. Nos países periféricos, ramos de produção inteiros são implantados de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques profundos.

Brenneisen (1994) afirma que essa nova etapa da industrialização na agricultura recebia o aval de teóricos da modernização reunidos na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Furtado (1985), por sua vez, mostra os bastidores do processo de industrialização no Brasil, além de oferecer uma ampla visão sobre o tema da reforma agrária nessa época[58].

Os agricultores camponeses ficaram afastados da maioria das inovações. O autor, que foi extensionista rural em Santa Catarina, teve a oportunidade de trabalhar com os técnicos e agrônomos

[58] A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe o foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL: Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América.

ingressados na empresa estadual de extensão rural na década de 1970. O relato deles sempre foi categórico: "Nós aplicávamos o pacote técnico para pegar o dinheiro no banco, o agricultor tinha de aplicar a receita, claro que nem todos progrediram, muitos não reagiram aos estímulos, só os mais capitalizados conseguiram melhorar de vida".

A modernização não foi internalizada nas famílias de modo uniforme e os camponeses tiveram as suas tecnologias consideradas atrasadas. As colheitas aumentaram muito em um primeiro momento, o que seduziu a quase todos, mas o desenvolvimento desigual do campo causou enormes problemas de ordem social, ambiental e também econômica a grande parte de sua população. Também ocorreu um processo de endividamento com o financiamento dos itens da revolução verde, especialmente maquinarias, fertilizantes e defensivos, fato que acarretou na perda da terra e consequente empobrecimento das famílias e sua favelização em áreas urbanas.

2.3 Mobilizações por terra no Brasil: da invasão à ocupação

Os anos 1980 foram o cenário de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro. Com o fim da ditadura militar e nos anos subsequentes, movimentos sociais de luta por terra começaram um processo de expansão. O MST passou a ser reconhecido como um movimento social que teria como objetivo principal a luta pela chamada *reforma agrária*, que nesse contexto significava principalmente demanda por terra[59]. Nos anos 1960, por exemplo, as ligas camponesas já colocavam a reforma agrária na discussão, centrando o debate e as greves na reivindicação dos direitos trabalhistas, estando seu significado associado principalmente à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Também, nesse período, para algumas organizações sindicais mais atuantes como as das zonas canavieiras do Nordeste a reforma agrária com a desapropriação dos engenhos era uma reivindicação recorrente, mas aparecia nos discursos dos trabalhadores principalmente associada ao rompimento das estruturas de dominação tradicionais entre patrões dos engenhos e seus moradores (Palmeira, 1979).

Já no caso do Sul do Brasil, como demonstra Rosa (2009a), a reforma agrária associada à demanda por terra começa a aparecer no horizonte nos anos 60, mas nesse contexto pode ser caracterizada como uma política pública que teve como orientação clara transformar as condições de vida dos habitantes das áreas rurais, como no caso do Rio Grande do Sul, por exemplo.

No Sul do país existia já um antecedente de mobilizações por terra. Em meados de 1960 foi fundado o Master (Movimento dos Agricultores Sem-terra). O Master surgiu em Encruzilhada do Sul, localizada na região central do Rio Grande do Sul, no momento em que um fazendeiro tentava expulsar da terra agricultores posseiros, alegando ser ele o verdadeiro dono da terra. Segundo Tedesco (2007), o

[59] MST é como é reconhecido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. No Brasil existem vários movimentos que demandam território, e muitos o fazem sob a bandeira da reforma agrária, porém, a mídia e a população em geral associa todo o acampamento e mobilização a fruto ao MST. Como vamos trabalhar o tema dos brasiguaios em um acampamento que *levanta a bandeira* do MST, escolhemos resgatar um pouco da história do movimento.

movimento se consolida em 1960 por ocasião de uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares no interior do município de Encruzilhada do Sul, que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros. O proprietário, após quase 40 anos sem reclamar a propriedade, começa a exigir dos posseiros a cobrança pelo uso da terra, induzindo-os e coagindo-os a comprar a terra sob pena de serem despejados (Tedesco, 2007).

Um personagem "líder" foi o primo do governador Leonel Brizola, Jair Calixto, que contou com o apoio do governador para organizar núcleos do Master ali e em outros municípios[60]. Passado o evento de Encruzilhada do Sul, que resultou na desapropriação da terra pelo governo do Estado, não há notícia de nenhuma outra mobilização ou ação pública desse movimento até 1962, quando começaram as invasões. Porém, é importante levar em consideração os antecedentes dessa mobilização.

Alves (2015) que cunhou dois termos para se referir às mobilizações por terra no período anterior à ditadura, chamou de "forma na lei" para o processo que ocorreu no Sul e de "forma na marra" para o caso do Nordeste. No caso da "forma na lei", destaca que os organizadores das mobilizações por terra no Rio Grande do Sul tiveram respaldo *legal* para suas ações e neste contexto se plantou a semente para a criação de um *modelo de demanda* a ser seguido para o resto do país. O autor indica que:

> Uma breve recuperação dos fatos nos permite conceber a consolidação do que denomino de "forma na lei", isto é, um modelo de enfrentamento do clamor pela reforma agrária que passava necessariamente pela utilização de um repertório legal pré-existente (..) desde o apoio à consolidação do MASTER como um ator legítimo para personificar a luta pela terra localmente, até a construção de canais específicos para o atendimento dessa questão com o IGRA (instituto gaúcho de reforma agrária), o governo estadual se cercava de instrumentos para informar ao restante do país que o Rio Grande do Sul havia consolidado um modelo a ser divulgado e ampliado (Alves, 2015).

Rosa et al. (2010), ao indagarem sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil, vão descrever a atuação de pessoas-chave no processo de surgimento da categoria sem-terra[61]. Segundo os autores, na ocupação da fazenda Sarandi, esses laços ligam políticos e sem-terras[62].

Em meados de 1961 foi criado um grupo de trabalho, liderado pelo funcionário Paulo Alberto Schmidt, que realizava os levantamentos das propriedades pela Comissão Estadual de Terra e Habitação (CETH) e que prepararia a formação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). É nos documentos do IGRA que a expressão "sem-terra" vai aparecer pela primeira vez[63].

O importante é reter que, nesse contexto, as relações entre camponeses e governo foram complementares e interdependentes e que, a partir de 1961, as ações do Estado passaram a ser "legitimas por apelos do movimento" (Rosa et al., 2010). Também é preciso considerar que

---

[60] Leonel de Moura Brizola foi lançado na vida pública por Getúlio Vargas, foi o único político eleito para governar dois estados diferentes em toda a história do Brasil.

[61] Segundo (Rosa, 2009ª) essa designação passou a ser usada para expressar "reivindicação" no Rio Grande do Sul na década de 1960.

[62] As principais lideranças, segundo Sigaud (2009); Rosa (2010) e Stedile (2012) foram: Jair Calixto, ex- prefeito de Nonai e primo de Leonel Brizola, Paulo Schiling, Paulo Alberto Schmidt, João sem-terra e Milton Serres Rodrigues.

[63] Criada em 29 de fevereiro de 1960. Como destaca seu decreto de criação, a CETH "promoverá, nos termos da lei em vigor, a aquisição de terras para agricultores e suas organizações" (Alves; Gotilib, 2009).

> O sentido das ocupações muda significativamente a partir da década de 1960, quando começam a ser organizadas coletivamente e a se voltar para a reivindicação não apenas da posse, mas da propriedade. É nesse momento que passam a estar diretamente associadas às reivindicações por Reforma Agrária. (Rosa, 2012, p. 509).

Um dos participantes ativos do Master assim esclareceu a relação do Estado com os camponeses:

> Dentro de um plano elaborado com o deputado Ruy Ramos e Milton Serres, lançamos, inicialmente em Encruzilhada do Sul e depois em quase todo estado, o 'MASTER'. Objetivo era conscientizar e organizar os 300 mil camponeses sem-terra existentes no Estado e minifundiários que também eram legião. O movimento contou com total apoio do governo do Estado: Brizola baixou um decreto declarando-o inclusive de "utilidade pública", para todos os fins e direitos (Shilling, 1979).

Bernard José Alves (2014), ao realizar extenso trabalho de campo analisando as ligas camponesas no Nordeste e as primeiras mobilizações e formas de luta por terra no Rio Grande do Sul, indica que:

> Vale recordar que a criação da CETH, o primeiro órgão criado pelo governo estadual para tratar de questões relacionadas ao problema agrário do estado, data de fevereiro de 1960, meses antes de eclodir o conflito em Encruzilhada do Sul, que origina o MASTER. Assim, quando surgiu o movimento, o governo estadual já realizava um levantamento minucioso do quadro das grandes propriedades do estado e não pode ser descartado que o apoio prestado ao movimento em seu nascimento já estivesse articulado com a possibilidade de orientá-lo nas direções dos interesses do governo Estadual (Alves, 2014).

O Master foi derrotado politicamente em 1962, e não em 1964 como muitos imaginam. A decadência do movimento começou quando Brizola saiu do governo, em janeiro de 1963 e a organização não conseguiu se constituir como movimento social autônomo (Stedile; Fernandes, 2012).

Com a ditadura, as mobilizações por terra desapareceram, contudo, foi em 1975 com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, ligada à Teologia da Libertação, trouxe o componente ideológico e um reavivamento da "luta"[64]. A atuação dos agentes pastorais da igreja, que aplicaram a Teologia da Libertação na prática, discutindo com os camponeses, revelou a necessidade de eles se organizarem[65]. A igreja deixou de fazer o trabalho "messiânico", pelo qual dizia "espera que tu terás terra no céu" e passou a dizer "tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra" (Stedile; Fernandes, 2012).

O caráter ecumênico da CPT permitiu a junção de várias lutas que vinham ocorrendo no Brasil. No Paraná, por exemplo, nessa época, os agricultores atingidos por Itaipu estavam organizados com apoio da Igreja Luterana, que veio a integrar a CPT. Vem do caráter ecumênico também o pacifismo, que

---

[64] A CPT é um organismo pastoral da Igreja Católica vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação. Procura aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II. Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil e atua em todas as dioceses em que há problemas de terra.

[65] A teologia da libertação é uma corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo. Dessa corrente surgiram diversos pensadores importantes, entre eles: padre Gutierrez, no Peru; Clodovis Boff, Leonardo Boff e Hugo Asmann, do Brasil. A maioria dos precursores é da América Latina.

marcadamente se percebeu nos valores centrais do movimento. Dito de outra forma, a Igreja foi um mediador dos conflitos iminentes que o choque de classes inevitavelmente atingiria no futuro (Mazzarolo, 2003).

Essa afirmação vem da história do Movimento Justiça e Terra, que surgiu na época da construção da usina de Itaipu. O movimento foi organizado como resposta dos expropriados de Itaipu, que, auxiliados pela Igreja Luterana, na pessoa do pastor Werner Fuchs, fizeram o governo "ouvir" os espoliados.

Vejamos as palavras do pastor em relação a uma marcha à Foz do Iguaçu em 1981, no início da mobilização, no sentido de que

> A luta era deles, não nossa. Acho que Dom Olívio teve uma influência nesse "contentar-se com menos" (não sei precisar quanto), porque retornaram da reunião com a Itaipu com a ideia definida. Para os cinco líderes foi um grande passo. Jamais haviam liderado nada, e o peso da responsabilidade de poder apresentar aos outros saldos positivos era enorme (Fuchs *apud* Mezzomo, 2006).

Percebemos nesse movimento um dos tributários para o surgimento do MST. O papel da igreja era ser o mediador de uma *revolta* que se formava e se tornava com risco de terminar de forma violenta, dada a situação de pobreza e abandono de seus fiéis. Isso é perceptível quando o pastor reconhece que a luta era desde abaixo, desde a base. Interessante notar que a *forma acampamento,* isto é ocupar e montar acampamentos como uma forma de demandar terras ao Estado, não foi a solução naquele momento, pois se tratava de uma perda de território que só vai utilizar dessa linguagem e forma de *luta* anos depois (Sigaud, 2000)[66].

Os autores Sigaud e Rosa (2008), que escreveram sobre a sociogênese das ocupações no Rio Grande do Sul, alertam sobre três condições que antes não existiam e começaram a criar um ambiente onde foi possível o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST): o agravamento das condições socioeconômicas paupérrimas da população rural; o componente ideológico do surgimento da CPT e, por fim, a abertura democrática do Brasil. Oliveira (1994) mostra que a repressão às lideranças camponesas no período de 1964 – 1979 foi o fator que inibia o surgimento de movimentos populares.

A crise de superprodução dos anos 1970 abriu uma fase de reestruturação do capitalismo de largas consequências para o conjunto da economia mundial, sobretudo para as classes sociais, para as lutas de classe, para a concorrência intercapitalista e para a distribuição espacial da acumulação de capital. Nessa fase, a desregulação dos mercados e a entrada do capital especulativo foi devastador para as camadas menos favorecidas economicamente (Corsi, 2002). Ainda, segundo esse mesmo autor, entender esse padrão de acumulação de capital implica discutir alguns traços fundamentais da crise e de seus desdobramentos. A crise estrutural dos anos 1970 resultou da articulação de uma crise de superprodução

[66] A forma acampamento será apresentada de modo mais aprofundado no decorrer do trabalho.

com a falência do padrão monetário internacional estabelecido em Bretton Woods. Também resultou do aprofundamento das lutas de classe entre meados dos 1960 e meados da década seguinte.

É somente com o fim da ditadura e abertura democrática que o MST consegue massificar o fenômeno das ocupações, formando assim uma "espiral das ocupações de terra" (Loera, 2006). Um movimento socioterritorial como o MST tem como um dos seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. Isto é realizado por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua criação e recriação (Fernandes, 2001).

A *espiralidade da luta,* conforme Loera (2006) possibilitou que as ocupações, levadas a cabo por pessoas de *carne e osso* projetassem o MST a nível nacional. Mesmo que vários movimentos pratiquem essa *modalidade* de pressão, ao ver um acampamento, a população leiga logo remete ao MST. O que nunca vemos na mídia é a causa das motivações pessoais dos fazem parte dessa estratégia de reprodução social. Com as condições objetivas dadas, os anos 1980 e 1990 foram o cenário para a consolidação do MST e também das ocupações (Loera, 2006). Percebe-se que as ocupações são consideradas um instrumento legítimo e não basta entrar na terra, é importante permanecer e, assim, forçar o Estado a uma solução para as famílias ali mobilizadas (Loera, 2006).

Segundo Caldart (2001) o entendimento das razões que levam um indivíduo a participar de um movimento social perpassa não somente questões objetivas, tais como a posse da terra ou o fim da exclusão social, mas também questões culturais, como afirmadas pela personalidade de cada indivíduo, pelas frustrações e desejos na vida cotidiana.

A luta pela terra que começou de uma forma de luta contra o Estado seja ele representado pela colônia e depois pela república, sempre significou se mobilizar de alguma forma. Nossa hipótese é que, com menos terra disponível, a ocupação se mostrou como forma, como linguagem de negociação e luta.

Estado é tratado aqui não como uma definição genérica, mas como "Estado em movimento", tal como propõe Borges (2009). Por definição, o conceito de "Estado" é necessariamente atemporal. Porém, o governo ou os governos, de fato, nada mais são do que o Estado funcionando, o Estado em movimento. Se, nestes casos, ao caminhar, ele imprime pegadas governamentais e não-governamentais por onde passa e se, em seus quadros, há funcionários públicos concursados, também há os empregados políticos – o que implica dizer que mesmo o cumprimento de uma tarefa técnica, em aparência, exclusivamente burocrática, não se dá sem uma ação politizada, partidarizada, da mesma intensidade (Borges, 2009).

2.4 A forma acampamento e os sem-terra

A ocupação é um exemplo de *luta* sendo o momento da territorialização da *luta* pela *reforma.* A ocupação é uma forma contundente de mobilização[67]. Ela não deixa ninguém ficar "em cima do muro", obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra (Stedile; Fernandes, 2012).

O termo ocupação foi popularizado junto com o MST: "a ocupação é o que deu vida a luta pela terra. Sem ocupação, o MST não nasceria e, sem ela, morre" (Stedile; Fernandes, 2012). A distribuição de terra por parte do Estado só foi realizada porque as pessoas de alguma forma se *mobilizaram* e o Estado tratou de organizar, de legalizar.

Destacam-se na bibliografia recente sobre a temática das ocupações de terra e dos acampamentos sem-terra os trabalhos de Lygia Sigaud (2002, 2003, 2008), Marcelo Macedo (2005), Nashieli Rangel Loera (2006, 2015) e Marcelo Rosa (2009), uma vez que eles contribuem para entender as articulações da "forma acampamento" como forma de demanda, a legitimidade das ocupações de terra, bem como seus elementos simbólicos.

Foi no final dos anos 1980 e começo dos 1990 que os chamados *movimentos* ressignificam a *reforma agrária,* sendo um termo associado à distribuição fundiária, às ocupações e aos acampamentos. Nesse contexto, as ocupações massivas de terra e a instalação de acampamentos organizados principalmente pelo MST tornaram-se eventos cotidianos e parte da paisagem do Brasil rural, além de se tornarem a marca dessa organização (Loera, 2009).

O acampamento na "beira da estrada" surgiu como forma de mostrar à sociedade a situação que passavam essas pessoas. Stedile (2012), citando as palavras de Luiz Fernando Veríssimo acerca dos acampamentos, diz que o único crime que os sem-terras cometem é serem *sem-terras*. Segundo ele, pobres existem aos montes, mas se eles se organizarem para demandar o Estado, fica impossível não os ver, sendo que o acampamento os torna visíveis, e portanto, uma afirmação simbólica que é semelhante, conforme Loera (2006), aos *pasamontañas* dos indígenas zapatistas de Chiapas no México, que se tornaram visíveis quando ficaram invisíveis[68].

Sobre a invisibilidade dos camponeses, podemos recorrer ao livro de Manuel Scorza, "Garabombo, o invisível" (1972). Ao retratar um levante de campesinos peruanos nos Andes, ele destaca que Garabombo é duplamente invisível: é socialmente invisível, ou seja, não interessa aos fazendeiros ou aos governantes enxergar Garabombo, sua gente e seus problemas. Também é fisicamente invisível, na medida em que há uma crença, por parte da comunidade indígena, nessa invisibilidade. Ou seja, o

[67] Loera (2006) propõe o termo "espiral" como forma de "continuidade". A autora também aponta que as primeiras ocupações que tiveram *sucesso* criaram e reforçaram essa forma de mobilização como demanda dos camponeses para com o Estado.

[68] Os indígenas mexicanos perceberam que, se usassem o *pasamontañas* (gorro que deixa apenas os olhos a mostra), seriam vistos, pois até então eram invisíveis. Segundo o *Subcomandante Marcos* proferiu em 2006: En ese sentido, el pasamontañas, encubrir el rostro, significa no reafirmar la identidad propia sino la identidad colectiva de este movimiento que es el zapatista" (Marcos *apud* Quintero, 2006).

maravilhoso, o fato insólito é real para os que acreditam nele e porque acreditam nele, o que permitiu, por exemplo, que Garabombo passasse "incólume" em frente aos guardas.

No Brasil, no decorrer dos anos 1990, conforme Loera (2009), a fórmula de demanda social ocupação-acampamento espalhou-se por quase por todo o território nacional, tornando-se uma linguagem social entendida pelos movimentos, pela população nacional e pelo Estado brasileiro. Ou seja, para que as demandas das organizações de trabalhadores rurais fossem atendidas, deveria existir ocupação e, sobretudo, um acampamento (Rosa, 2009, 2010; Sigaud, 2000, 2005). "E para aqueles que desejavam um pedaço de terra deviam então ocupar a terra, montar um acampamento organizado por um movimento e, a partir desse momento, fazer suas demandas ao Estado" (Sigaud, 2008).

Uma vez criado o fato, a ocupação, o Estado vai se mobilizar para atender essa demanda. A forma que isso vai ser feito depende principalmente, da situação jurídica da terra demandada. No Brasil os artigos 184, 185 e 189 da Constituição Federal tratam da função social da terra, que, para ser assegurada, a propriedade deve cumprir com o bem-estar dos trabalhadores, respeitar o meio ambiente e cumprir um requisito mínimo de produtividade. Caberia uma dissertação completa discorrer sobre esses aspectos e sua falta de aplicação na prática o que leva a não realização de uma reforma agrária justa. A própria ideia de função social é questionável. Segundo Marés (2003) a produtividade deve ser uma dádiva e não uma obrigação. Retomando a ideia de desapropriação, uma vez definido a forma *legal* o Estado através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) indeniza o antigo *proprietário* e promove a seleção e assentamento dessas famílias, no caso de acordo entre os envolvidos.

Como forma de intervir o Estado editou em 1992 o decreto 433, que prevê a possibilidade de compra simples, um negócio entre o poder público e proprietário, situação que ajudou a mascarar ainda mais a realidade agrária brasileira. Em muitos casos (em sua maioria) não ocorre esse acordo e a judicialização arrasta-se por anos, acarretando em despejo e a busca por outra terra para ocupar. Assim, inicia-se novamente a uma peregrinação. Tem-se observado que essa resistência *ideológica* por parte de aqueles que detêm a propriedade tem se mostrado o maior dos empecilhos para um verdadeiro desenvolvimento do campo. Nos últimos anos, principalmente depois da crise de 2008, a terra tem adquirido um valor elevado, mais uma vez fechando a *fronteira* aos camponeses. O trabalho de Bergold (2014) realiza uma ampla revisão do caráter da propriedade privada e a reforma agrária. Nele o autor busca reconstruir a trajetória que levou a construção do conceito de propriedade privada e a não realização da reforma agrária até os dias atuais, tendo como recorte territorial o Estado do Paraná.

Sigaud et al. (2008) demonstram que a sociogênese dessa forma de reivindicação data dos primórdios dos anos 1960, no Rio Grande do Sul, sendo depois socializada e expandida para outros estados do Brasil. Naqueles anos, ainda seguindo o argumento dos autores, a ideia de ocupar para forçar a distribuição de terras já figurava no horizonte dos possíveis e começava a ser forjado um novo tipo de relação entre demandantes de terra e Estado.

Principalmente, após a Constituição de 1988, no contexto pós-ditadura militar, a "forma

acampamento" como linguagem social sofreu um processo de expansão e de institucionalização. De acordo com os autores anteriormente citados, "a linguagem só começou a se esboçar antes de 1964 e pôde-se consolidar a partir da década de 1990, porque houve escuta por parte do Estado brasileiro" (Sigaud et al., 2008).

Conforme Loera (2006), nesse percurso, o termo *sem-terra* tornou-se uma categoria social.

> Desta maneira, os atores sociais (acampados e assentados) que participaram e participam das mobilizações de demanda por *reforma agrária* passaram a ser designados genericamente pela imprensa, pelo discurso popular e até pelo meio acadêmico como *sem-terra,* na maioria dos casos, sendo associados de forma quase metonímica com o MST. Porém, *sem-terra* não necessariamente corresponde a uma identificação com a organização do mesmo nome (Loera, 2006).[69]

No caso dos acampados, por exemplo, como menciona Sigaud,

> ao aceitarem o convite e se instalarem nos acampamentos, os indivíduos tornam-se sem-terra, porque passam a reivindicar a terra para si. Começam então a se identificar dessa forma, que é a modalidade apropriada de se representar no espaço dos acampamentos, e passam também a ser vistos pelos demais, do campo e da cidade, como sem-terra (Sigaud, 2005).

Como demonstra Rosa (2009a), sem-terra é, portanto, uma categoria historicamente construída, mas que não existe como categoria autônoma em relação ao Estado. Surge no Rio Grande do Sul, no contexto do governo Brizola (1959-1963), com o sentido de orientar políticas de governo para pequenos agricultores, tendo sido apropriada e seu significado modificado depois por movimentos e organizações de trabalhadores rurais. No entanto, foi o MST o movimento que "consagrou a categoria social sem-terra" como uma forma social de reconhecimento público (Rosa, 2009a). Este autor critica a literatura acadêmica que vê o engajamento com os movimentos como uma reconversão de toda a história prévia dos sujeitos e como uma única experiência política. Como ele diz, "ela é uma, entre muitas outras" (2009 a, p. 219). O autor conclui é que após 30 anos do surgimento da categoria sem-terra, ela se institucionalizou como uma forma de negociação com os governos e não como identidade.

Ainda, para Rosa, alguns dos trabalhos que mais se dedicaram a esse movimento, como Navarro (2008), apresentam dificuldades de esboçar um quadro compreensivo sobre o MST, justamente porque não realizam uma análise mais aprofundada do sentido da categoria social sem-terra. Tomam-na como uma "identidade", uma condição social natural do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira (2009).

No caso que nos concerne, a dos camponeses sem-terra da fronteira brasiguaia, a concentração da terra no Estado do Mato Grosso do Sul começou a ser questionada justamente quando se organizam as ocupações no estado. Em 1984 aconteceu a primeira de forma planejada e executada por agricultores sem-terra.

---

[69] Conforme Loera (2011), no Brasil existem, hoje em dia, inúmeras organizações de trabalhadores rurais que promovem ocupações de terras e organizam "acampamentos de lona preta". Segundo dados recentes do Dataluta – Nera/Unesp (2010), existem mais de 100 em todo o território nacional. Só para o caso do estado de São Paulo existem mais de 25 organizações.

> Essa situação de monopólio da terra e do poder político em Mato Grosso do Sul começaria a ser questionada de forma mais explícita no final dos anos 1970 e início da década de 1980, por intermédio do movimento dos arrendatários no sul do estado. Tal organização que culminou, em 1984, na ocupação da fazenda Santa Idalina, de propriedade da empresa Someco, no município de Ivinhema; ação que é considerada o marco da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra/MST no estado (Almeida et al., 2012).

Para os autores que defendem que a consolidação do agronegócio no Mato Grosso do Sul foi e é apoiada por políticas públicas, o que acelerou a concentração fundiária herdada do estado mãe (Mato Grosso), expulsando os pequenos agricultores do campo e dando origem, contraditoriamente, aos diferentes movimentos camponeses e indígenas de luta pela terra.

Assim, a ocupação nasce do conflito, e ele é gerado pela desigualdade no acesso as oportunidades, assim:

> A ocupação não é o começo da conflitualidade, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo (Fernandes, 2005).

No Mato Grosso do Sul já existiam revindicações de terra e elas tinham partido geralmente de posseiros na iminência do despejo. A instância que promovia essa convergência de forças para uma demanda era a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o CIMI (Conselho Missionário Indígena), sendo a primeira que colaborou nessa nova forma de pressão que foi a ocupação e a posterior organização do MST no Estado.

2.5 A "identidade" brasiguaia sem-terra

Conforme Woodward (2000), os movimentos sociais surgiriam como uma política de identidade, que visa afirmar a identidade cultural dos grupos marginalizados e oprimidos por meio da mobilização política. Essa política tem como base reafirmar as particularidades culturais de um determinado grupo, assim como realizar uma análise da opressão que este grupo possa estar vivendo. Em consequência disso, a política de identidade dos novos movimentos sociais busca na história as raízes da opressão e marginalização, fazendo da identidade um produto histórico.

Uma das principais características da mobilização dos brasiguaios é a utilização de um discurso político que reafirma constantemente a nacionalidade brasileira, enquanto agricultores expulsos do Brasil reivindicavam os direitos que esta identidade deveria lhes oferecer. Desta maneira, a reivindicação de uma "identidade" funcionou como bandeira política, como linguagem para a reivindicação de direitos. Conforme Almeida

> A cultura liga por assim dizer as pessoas à terra; dessa forma, grupos portadores de cultura ganham passaportes para direitos de cidadania. Identidades étnicas e culturais são armas que muitos grupos minoritários podem utilizar para se defenderem contra outros grupos mais fortes (Almeida, 2007).

Para Gilberto Giménez (2007), algumas "*pertenencias sociales*" podem estar *dormidas* (identidades potenciais) e outras podem estar ativas (identidades ativas)[70]. E ainda existe uma terceira forma, em que podem estar politizadas, de modo que elas se destacam como se fossem a única identidade importante, para que possam servir de base à organização de uma ação coletiva (identidades politizadas). Esta ideia de pertenças sociais nos permite refletir acerca da própria fluidez do termo brasiguaio. Albuquerque (2005) percebe, de acordo com suas observações de campo, que o termo adquire variações, dependendo dos agentes e da sua posição no mundo social. A imprensa brasileira, por exemplo, geralmente se refere como brasiguaios a todos os brasileiros que vivem no Paraguai.

Já no contexto local a palavra adquire outros sentidos: 1) como sinônimo de brasileiro pobre que viveu no Paraguai e voltou para o Brasil desde 1985, quando o próprio termo aparece pela primeira vez nas reivindicações por terras no Mato Grosso do Sul e Paraná; 2) "brasiguayo" é visto pelos camponeses paraguaios como empresários plantadores de soja que estão expulsando os camponeses e destruindo o meio ambiente; 3) para os próprios imigrantes e aqueles paraguaios que convivem mais diretamente com eles, "brasiguaios" são geralmente vistos como descendentes dos brasileiros que já nasceram no Paraguai e que têm dupla cidadania e (ou) que misturam os idiomas português, espanhol e guarani.

Como vemos, os termos fazem parte, no sentido apontado por Malinowski (1999), de uma linguagem pragmática. Para este autor, a linguagem é uma forma de atuar, a ação condiciona o emprego das palavras e as palavras influenciam a conduta humana e colocando ações, palavras, frases e discursos em contexto de situação, como diria o autor, permite-nos e, ao mesmo tempo, problematiza a fragilidade de certos conceitos como "identidade", que, quando são usados de maneira automática e acrítica, obscurecem mais do que esclarecem o fato de que estamos diante de auto-categorizações e classificações. Afinal, como menciona Brubaker, identidade é ao mesmo tempo uma categoria da prática e uma categoria de análise. Então o que é problemático, não é o fato de usar o termo, mas sim é a maneira pela qual é usado (Brubaker *apud* Vaneski; Loera, 2015).

No seu estudo "Os grupos étnicos e suas fronteiras", de inspiração weberiana, Frederick Barth retoma a ideia de "fronteira" pensada como formas de organização de grupos a partir de suas zonas de contato de diferenciação em relação a outros grupos. No Brasil, esses estudos aparecem nas obras de Cardoso (1981) e Cunha (1986), para pensar principalmente as lutas dos grupos indígenas e negros na sociedade brasileira. Ou seja, grupos que estabelecem limites identitários. Já Brubaker, numa chave mais relacional, propõe pensar o termo "identificação" no lugar de "identidade", isto é, não necessariamente pensar na existência *a priori* de entidades grupais como se elas existissem a despeito da experiência, e sim como processos cognitivos e como parte de linguagens legítimas através das quais os sujeitos buscam disputar simbolicamente a divisão do mundo social (Vaneski; Loera, 2015). Gilberto Giménez assim expressou:

[70] Propriedades Sociais.

> *identidad colectiva define la capacidad de un grupo o de un colectivo para la acción autónoma así como su diferenciación de otros grupos y colectivos. Pero también aquí la auto-identificación debe lograr el reconocimiento social si quiere servir de base a la identidad. La capacidad del actor para distinguirse de los otros debe ser reconocida por esos 'otros'. Resulta imposible hablar de identidad colectiva sin referirse a su dimensión relacional* (Giménez, 2010)[71].

Muitos imigrantes e seus descendentes, por exemplo, hoje assumem a identidade paraguaia ou brasileira conforme a relação que estejam mantendo com os paraguaios ou brasileiros. Os imigrantes que ascenderam socialmente evitam o termo "brasiguaio", pois ainda é bastante associado aos brasileiros pobres que não conseguiram enriquecer no Paraguai. Para Ferrari (2009), existe uma diferença clara entre "brasiguaios" e "brasileiros no Paraguai". Os primeiros "são os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança". Os segundos pelo contrário, "têm pátria, porque têm poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier" (Ferrari, 2009).

Castells (1999) sugere que identidade deve ser entendida como sendo a "fonte de significado e experiência de um povo", onde atores sociais dão origem à sua identidade pelo processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Castells divide o conceito de identidade em três: a) legitimadora; b) de resistência e c) de projeto. Belo e Pedlowiski (2014), ao explicar os conceitos de Castells, esclarecem que a identidade legitimadora daria origem à sociedade civil construída pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação, e se faz presente por meio de atores estruturados e organizados. Já a de resistência leva à formação de comunidades, sendo criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pelo processo de dominação.

Entretanto, Castells argumenta que o tipo de identidade mais importante é a de projeto, pois esta implica na construção de uma nova identidade capaz de redefinir a posição dos indivíduos no interior de uma dada sociedade por meio da transformação de toda a estrutura social.

Já Tristoni, pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), tem interessantes artigos sobre o preconceito em relação aos brasiguaios no contexto das escolas. Segundo ela, os alunos que nasceram no Paraguai e que têm "sotaque" de paraguaio são menosprezados e têm a tendência de ser marginalizados. Assim, ao invés de se valorizar que esse aluno sabe mais de uma língua, pelo preconceito acontece justamente o contrário.

A autora também destaca o seguinte sobre essas designações que expressam diferenças

> No entanto, destaca-se, nestas pesquisas, um fato, no mínimo, curioso, uma vez que pesquisadores relatam que são chamados de "brasiguaios" no Paraguai apenas aqueles brasileiros que são pobres e excluídos e, ao contrário, ou seja, àqueles que foram para o Paraguai e conseguiram terras e posses continuam sendo chamados de brasileiros e, além dessa

[71] Identidade coletiva define a capacidade de um grupo ou de um coletivo para a ação autônoma, assim como sua diferenciação de outros grupos e coletivos. Também aqui a auto-idenficação deve alcançar o reconhecimento social se quer servir de base a identidade. A capacidade do ator para distinguir-se dos outros deve ser reconhecida por esses "outros". Resulta impossível falar de identidade coletiva sem referir-se a sua dimensão relacional.

> diferença, percebe-se que os "brasiguaios" são explorados e rechaçados, em terras paraguaias, pelos paraguaios e, pior, pelos próprios brasileiros donos de propriedades no Paraguai (Tristoni, 2011).

As análises anteriores demonstram como os termos brasileiro, paraguaio ou brasiguaio não designam necessariamente uma identidade e/ou nacionalidade, mas, conforme Bourdieu (1998), um *status*, uma condição, que neste contexto de disputa por território está relacionada também com a posse de bens materiais. Identidade, afinal, pensando na sua característica situacional e relacional, é objeto de múltiplos posicionamentos, mas neste contexto, quando se fala em brasiguaios sem-terra, destaca-se seu vínculo com a ideia de fronteiras reais ou simbólicas entre pessoas, grupos, países ou culturas. Afinal, cada um tem algo a dizer a respeito à identidade própria e de "outros" (Reyes; Salgado, 2013).

Desta maneira, os brasiguaios sem-terra colocam para a academia um desafio metodológico que envolve a relacionalidade e a situacionalidade de conceitos como identidade e fronteira. Já para o Estado brasileiro, o desafio é que o "regresso" significa milhares de acampados lutando por terra. Para os brasiguaios sem-terra o desafio é terra e condições mínimas de cidadania e direitos que significam, também neste contexto, uma luta pela condição de agricultores e de melhores condições de vida.

2.6 Brasiguaios sem-terra: o movimento de retorno

Brasiguaios é um termo nativo que designa um grupo com raízes brasileiras que viveu até recentemente no Paraguai. O termo foi cunhado em 1985, durante o retorno de diversas famílias ao Brasil, no contexto de uma mobilização realizada no Mato Grosso do Sul[72]. O que mais chama atenção em relação às famílias de brasiguaios que hoje "estão na reforma", conforme expressão nativa que designa o fato de "estar acampado" em barracos de lona é o fato de serem migrantes que continuam em movimento, se deslocando continuamente, realizando ocupações e se instalando em acampamentos "na fronteira", em busca da conquista de um lote de terra[73].

No marco do primeiro congresso do MST, realizado em 1984, na cidade de Cascavel – PR, e do congresso de 1985, na cidade de Curitiba – PR, dois fatos importantes aconteceram na cena política: seria lançado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PRNA) e, em plano regional, estava em andamento a primeira volta massiva de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai e que, mais tarde, viriam a ser chamados de brasiguaios sem-terra.

O MST foi um articulador e auxiliou muitos agricultores a retornar do Paraguai, conforme as palavras de Cortêz (1992), quando entrevistou Egidio Brunetto, coordenador nacional do MST, falecido em 2011, tendo dito que

[72] No dia 14 de maio de 1985, cinco líderes das famílias que regressavam, foram até Brasília para negociar com o Ministro da Reforma Agrária a situação dos brasileiros ilegais que viviam no Paraguai e que queriam voltar ao Brasil com um lugar para morar. Foram informados de que, fora do país, nada podiam fazer. Após trinta dias, voltaram ao Brasil e fizeram um grande acampamento no município de Mundo Novo/MS, perto da fronteira, com aproximadamente 800 famílias (IBGE, 2014).

[73] Usar-se-á o termo brasiguaios sem-terra para tratar de acampados, já que o termo brasiguaio, no Brasil, como veremos adiante, é um termo amplo e também designa os que ainda permanecem no Paraguai tendo uma condição de vida estável, sendo também grandes empresários do agronegócio naquele país.

> É um povo sem pátria em busca de sua cidadania [...] eles estão em um vácuo histórico, passaram por duas ditaduras e agora com abertura política e a redemocratização dos dois países, procuram voltar ao Brasil da forma que é mais familiar, isto é, migrando, desta vez de regresso, na busca por terra para produzir (...)voltando ao Brasil, os brasiguaios vão se integrar à luta pela terra, aqui, ao contrário do Paraguai, existe muita terra ociosa e mal aproveitada, pronta para se tornar produtiva (Cortêz, 1992).

A posição do MST, nestes anos, não mudou como podemos perceber em um depoimento recente de um coordenador do MST, que afirma que

> São latifundiários brasileiros que são donos dessas terras no Paraguai. Somos solidários à luta dos sem-terra paraguaios contra os fazendeiros brasileiros. Mas a grande maioria dos brasiguaios é de trabalhadores rurais que foram para o Paraguai em busca de terra e não conseguiram, acabaram trabalhando nas grandes fazendas de brasileiros. São sem-terra. Existe muita terra no Brasil e queremos que eles sejam assentados aqui. (Pinheiro *apud* Vermelho, 2013)

A posição desta liderança é clara e ainda coloca como uma possibilidade futura, quando diz "queremos que eles sejam assentados aqui". Existe essa área de conflito latente na fronteira de Brasil e Paraguai, a qual envolve os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Grande parte dessas ocupações foi promovida pelo MST.

Na segunda metade da década de 1980 e no começo dos 1990, contexto no qual as organizações de trabalhadores rurais ressignificam a reforma agrária como sendo um termo associado à distribuição fundiária, indissociável das ocupações e dos acampamentos de sem-terra, "nascem" os *brasiguaios sem-terra*. Registramos, a seguir, depoimentos dos que faziam parte desse grupo:

> *Estamos acampados porque queremos terra para plantar e criar nossa família. Não é do nosso gosto estar aqui, mas no Paraguai não dava para ficar mais. (...) Se o governo cumprir sua promessa, não vamos ocupar terra de ninguém.*
>
> —"Carta à população", *Mundo Novo*, 21/06/85

> *Estamos sem pátria e sem-terra. Nem brasileiros (pois não temos nossos direitos reconhecidos) e nem paraguaios. Somos os Brasiguaios e lutamos pelo direito de reingressar ao Brasil e dar aos nossos filhos uma pátria que os receba (...)Se não tivermos apoio e garantia de nossos direitos, romperemos a primeira cerca, não só da fronteira, para fugir da marginalidade e da miséria que nos querem atirar.*
>
> —"Apelo dos brasiguaios", *Amambai*, 26/05/92

Nota-se, nos depoimentos acima, um de 1985 e outro de 1992, como em um lapso de sete anos, o problema dos brasiguaios sem-terra persistiu. No primeiro deles, no contexto da possibilidade do lançamento do I PNRA, ainda existia a preocupação de "não ocupar a terra de ninguém"[74]. Mas com o

[74] Foi publicado através do Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985.

passar do tempo e a demora na resolução dessas pendências a frase muda: "romperemos a primeira cerca, não só da fronteira, para fugir da miséria e da marginalidade". Essas cartas seriam "a apresentação" dos brasiguaios sem-terra à sociedade e à mídia.

De acordo com a antropóloga Sprandel (2000), o termo "brasiguaio" aparece com os primeiros grupos que retornaram ao Brasil de forma organizada, a partir de 1985,

> *Tal expresión, entretanto, no apareció en ningún documento o noticia anterior al 14 de junio de 1985, cuando - frente a la divulgación de un Plan Nacional de Reforma Agraria en Brasil - más de mil familias así auto-identificadas volvieron masivamente del Paraguay y armaron un inmenso campamento en la plaza principal de la ciudad fronteriza de Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), reivindicando tierras (Sprandel, 2000).* [75]

Segundo o IBGE (2014):

> Muitas famílias foram ao Paraguai em busca de terras para cultivar e retirar o sustento para a família entraram aos poucos formando grupos e pequenas vilas, mas sofreram com a opressão e a exploração. Na educação (...) no comercio (...) pela autoridades paraguaias(...) Muitas comunidades começaram a lutar para sair do Paraguai, sigilosamente. Com todos esses problemas e insegurança, a reforma agrária era o sonho de todo brasileiro (IBGE, 2014).

Essa descrição faz parte história do município de Novo Horizonte do Sul – Ms, que é fruto da emancipação política da Gleba Santa Idalina, da empresa Sociedade de Melhoramentos e Colonização (Someco), que foi onde foram assentadas as famílias oriundas do primeiro acampamento no Brasil de *regressados* do Paraguai, e se deu o nome de Gleba Novo Horizonte, porque lá (ou aí) surgiu uma nova esperança, uma grande mudança.

A primeira ocupação dessa área foi realizada em 1984 e, está descrita no livro de Cácia Cortêz, *A travessia do Rio dos Pássaros,* de 1984. [76] Nesse livro, que foi preparado para o encontro de 1985 do MST em Curitiba, a autora narra detalhadamente a trajetória e a heroicidade dos camponeses, além de fornecer dados sobre a origem dos agricultores, indicando que:

> [...] os contatos se iniciam em 83 e terminam no dia 17 de fevereiro de 84, depois de 6 dias de reuniões na colônia federal de Dourados. Mais de mil famílias de arrendatários, boias-frias, posseiros, ribeirinhos, desempregados das cidades oriundos do campo, e ainda mais 60 famílias de agricultores sem-terra que estão no Paraguai sobrevivendo dos trabalhos em fazendas de latifundiários brasileiros, se prepararam para a ocupação (Cortêz, 1985).

Wagner (1990), em seu livro "Brasiguaios: Homens sem pátria", comenta que foram 200 famílias oriundas do lado Paraguaio. Nessa ocupação, lideranças que mais tarde se destacariam no Paraguai por organizar os agricultores daquele lado, foram responsáveis pelos trabalhos de base.

A ocupação da área, que soma 18 mil hectares e que era usada para especulação imobiliária, já

---

[75] Tal expressão, entretanto, não apareceu em nenhum documento a notícia anterior a 14 de junho de 1985, quando frente a divulgação de um Plano de Nacional de Reforma Agrária no Brasil, mas de mil famílias assim auto-identificadas retornaram massivamente do Paraguai e armaram um imenso acampamento na Praça principal da cidade fronteiriça do Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), reivindicando terras.

[76] O título do livro se remete ao fato de os agricultores, todos, terem atravessado o Rio dos Pássaros, muitos com água até o pescoço. A travessia iniciou de madrugada e foi concluída durante o dia. Na entrevista que realizamos com a secretária municipal de educação, ela se remete ao fato com emoção e demonstra outra versão: a de que os agricultores foram forçados a atravessar o rio "a nado", a mando da polícia. Acreditamos que essa *leitura* faz parte do respeito que o ato dos camponeses, para fugir da miséria realizaram.

contava com a presença de camponeses retornados, 60 em princípio.

A região Sul do Mato Grosso do Sul foi colonizada por migrantes de todas as partes do Brasil nos anos 1960, que depois vão sendo deslocados para outras frentes pioneiras (Monbeig, 1998). Vinte anos depois, esses mesmos colonos vão ocupar a área da Someco. Cácia descreve assim esse retorno

> Vinte três anos depois, esses mesmos nordestinos, paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos, que foram usados pela colonizadora para aumentar sua fortuna, retornam através de seus descendentes e retomam a terra que lhes foi prometida nas vésperas do golpe militar de 64 [...] expulsos pela força do latifúndio amparado por um Estado dito democrático [...] só que desta vez não vão continuar migrando, permaneceram no Mato Grosso do Sul [...] a ocupação da gleba Santa Idalina é um símbolo e luta pra nós. Ela não foi nossa, mas será de outros companheiros nossos mais cedo, ou mais tarde, profetiza um nordestino despejado (Cortêz, 1985).

De acordo com o jornalista Leandro Taques (1985), que acompanhou a ocupação, o episódio deixou lições que jamais podem ser desprezadas pelos governantes, como a capacidade de organização popular, por mais que "fossem teleguiados por forças estranhas", conforme relatavam os políticos e a mídia na época. Que forças estranhas são essas que conseguem manter, determinados e unidos, mais de mil homens e mulheres, em madrugada fria e chuvosa, sem dispersão?

Essa mesma área voltou a ser ocupada, porém, nessa nova ocupação vieram em massa os brasiguaios. O jornalista Carlos Wagner, que esteve no acampamento em 1986, relata que:

> Os colonos não se chamam por nome, mas assim: o gaúcho, o sergipano, o baiano...ali tem acampados de todo os lados do país [...] O moleque Odílio Santarém de 14 anos [...] A história deste piá começa nos anos 60 no Rio Grande do Sul, seu avó tinha um pedaço de terras e muitos filhos [...] Seu pai, Arnaldo trabalhou de agregado no Oeste de Santa Catarina, depois foi para o Oeste do Paraná, onde casa com dona In (...) o casal foi para o Paraguai com a esperança de comprar uma terra [...] trabalharam como agregados na fazenda Botelhos, em La Paloma [...] em 1972 nasce [...] é registrado do lado brasileiro [...] em 1985 entra no MST e ocupam a gleba Santa Idalina (Wagner, 1990).

Percebe-se aqui, como no caso de 1979 no Rio Grande do Sul, que o que acontecia com a reabertura democrática do país, somada ao envolvimento da Igreja, é que os agricultores brasiguaios tinham uma rede de relações no Brasil. "Era preciso formar uma estrutura tal que não desabasse depois da primeira ocupação. Em nível de Brasil ela era baseada nos religiosos (católicos e luteranos) e no deputado Sergio Cruz que funciona como porta-voz dos brasiguaios em Brasília" (Wagner, 1990)[77].

Como será tratado com mais detalhe no próximo capítulo, em trabalho de campo no hoje município de Novo Horizonte do Sul, entrevistamos a professora Cleide Salomão G. Sant'Ana, conhecida como a "professora Cleide". Ela é a atual secretária de educação do município. Ao contar sua história e como foi dar aulas no acampamento, ela relatou que sua relação com a "gleba Santa Idalina" começou antes do assentamento. Na primeira ocupação, ela com seu marido trabalhava na fazenda da Someco e presenciaram todos os movimentos de desocupação da fazenda. Na época ela era professora municipal

[77] Sérgio Manoel da Cruz, 60 anos. Nascido na cidade de Salgueiro, no estado de Pernambuco, foi para o Mato Grosso do Sul em 1968. Jornalista profissional diplomou-se em Economia em Marília, São Paulo. Durante o período da ditadura militar foi perseguido e preso. Foi eleito deputado estadual de Mato Grosso do Sul (1975-1979). Em 1979, elegeu-se deputado estadual Constituinte de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, deputado federal (1983-1987).

e foi convidada, junto com outros cinco professores a ir para o acampamento. Seu relato foi importante para entender o início da saga brasiguaia no seu retorno.

A Irmã Alaíde Barreiros foi supervisora escolar na época da chegada dos agricultores, inclusive a professora Cleide estava nessa equipe. A Irmã Anaíde é uma lutadora histórica da região sul do Mato Grosso do Sul e pertence à congregação das Filhas do Amor Divino (FDC)[78]. Ela chegou ao assentamento em 1986 e, desde então, trabalha no município. Ainda hoje é muito atuante no tema de luta pela terra. A conversa com a Irmã Anaíde foi esclarecedora ao localizar o conflito que existe no Sul mato-grossense. Vários dos personagens com quem ela trabalhou fazem parte da história, ou são a história viva das mobilizações por terra na região.

A presença de setores da Igreja e da política no caso dos brasiguaios mostra como no Mato Grosso do Sul, a luta dos brasiguaios aconteceu de forma organizada em grandes grupos. No caso do Paraná, percebia-se a ausência de grupos grandes urbanizados. Uma das explicações para esse fato encontra-se em Wagner (1990).

> Por que os grupos de simpatizantes dos brasiguaios não conseguiram se organizar no Estado do Paraná? Em parte isto aconteceu porque a repressão nesta unidade da Federação é bem mais organizada do que no Mato Grosso do Sul. Isto se deve ao maior grau de desenvolvimento econômico da sociedade paranaense em comparação com a mato-grossense (Wagner, 1990).

Por outro lado, a própria capacidade de o MST organizar os camponeses, naquele momento, mostra-se frágil, devido à enorme quantidade de sem-terra no estado.

> A questão dos brasiguaios era apenas *mais uma* como admitiu João Luiz Tichio – um dos articuladores do MST no Oeste do Paraná – durante uma reunião que teve no final de abril de 1986 na vila campos do Iguaçu (...) com uma forma muito polida, e até mostrando certo constrangimento, Tichio, na ocasião, disse as lideranças dos brasiguaios: Não podemos pelo grande quantidade de gente e trabalho, estamos trabalhando em um Estado fortemente repressivo e com camponeses que viram operários de Itaipu e agora querem voltar a terra, o que os torna de "difícil trato" (Wagner, 1990).

A situação peculiar dos camponeses que retornavam do Paraguai levou à construção de uma "identidade" diferente de outros tantos sem-terra no Brasil? Até que ponto essa diferença serviu como forma de negociação com o Estado brasileiro? Essas questões serão aprofundadas a partir de um caso específico de assentados e acampados na região da fronteira brasilo-paraguaia, no município de Novo Horizonte do Sul, localizado a 240 km do Paraguai.

[78] A Congregação das Filhas do Amor Divino foi fundada em 21 de novembro de 1868, quando a madre alemã Francisca Lechner recebeu permissão para instituir uma comunidade religiosa que tinha como objetivo acolher as jovens que migravam para as grandes cidades da Europa em busca de emprego no contexto histórico da Revolução Industrial.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA

> "Estar treinado e atualizado teoricamente não significa estar carregado de 'ideias preconcebidas'. Se alguém empreender uma missão, determinado a comprovar certas hipóteses, e se é incapaz de a qualquer momento alterar as suas perspectivas e de as abandonar de livre vontade perante as evidências escusado é dizer que seu trabalho será inútil". Malinowski, B. Argonautas do Pacifico (1999).

Quando tive a ideia de realizar uma pesquisa sobre a "questão dos brasiguaios", a visão então limitada pelo estágio de um processo de "desconstrução" do conhecimento e ideias pré-concedidas, me fez imaginar que seria fácil delimitar e oferecer respostas: não as trago aqui.

Uma das motivações até então, era a história "midiática" da existência de um acampamento com pessoas expulsas das terras do Paraguai e agora (2011) acampadas no Sul do Mato Grosso do Sul. Foi nesse contexto que imaginei que deveria iniciar o trabalho de campo, porém antes era necessária uma viagem até as raízes do termo, isso foi possível no fim de 2014.

A realização do trabalho de campo, em duas etapas, aconteceu a partir do retorno de um período de estudos no México, em outubro de 2014. Ele ocorreu em uma primeira etapa onde estive na capital Campo Grande, depois Dourados, Novo Horizonte do Sul, localizado no cone Sul do MS.

Por fim, foi visitado o acampamento às margens da rodovia BR 487, no encontro com a BR 163. Já na segunda etapa, em 2015, o trabalho se voltou ao acampamento Antonio Irmão brasiguaio, em Itaquiraí-MS.

Tanto o acampamento que foi montado em 2009, como o assentamento, criado em 1985, aos quais farei referência, eram ligados à época de sua constituição ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST). Foi através de representantes desse movimento que cheguei até Zé Oliveira, coordenador regional no Mato Grosso do Sul e da Direção estadual do MST. Ele me proporcionou informações importantes sobre o até então último acampamento de Brasiguaios, o (Antônio Irmão Brasiguaio) em Itaquiraí. Ele conheceu as famílias camponesas no Paraguai, além de ter realizado a licenciatura em Ciências Sociais na UFGD/PRONERA, onde fez um trabalho justamente sobre a questão brasiguaia[79].

O contato foi importante porque Zé explicou de forma geral os nomes e tempos dos acampamentos que viraram assentamentos na região sul do Mato Grosso do Sul, assim como a do município de Novo Horizonte do Sul.

Os assentamentos existentes no Estado são resultado da pressão dos movimentos sociais, pois

[79] Esse trabalho está publicado no livro organizado pela professora Benícia Couto de Oliveira, sob o título*:* Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Nele os autores além de realizar um resgate do termo e da história dessa população, realizar entrevistas no Paraguai com os brasileiros que estavam sendo expulsos naquele momento, a leitura desse trabalho ajudou a compreender melhor a atualidade da questão.

temos em nosso país um processo conflituoso em relação à posse da terra. Desde finais da década de 70 e principalmente após 1984 começa a se articular no Estado o MST com o apoio da CPT nacional, e assim consolida formas de *luta pela terra*. Para Fernandes (2001) apesar "de alguns pesquisadores denominarem essa política de assentamentos de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra" (Fernandes, 2001).

Atualmente, conforme dados do INCRA do Mato Grosso do Sul, existem 189 assentamentos no Estado e 47 acampamentos cadastrados, onde, ao todo, 25 mil famílias esperam ser assentadas no Estado. Hoje existem no estado 25 movimentos e organizações lutando por terra para o trabalho, segundo a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) existem acampamentos em 47 dos 73 municípios do Estado. No assunto fundiário, é de se considerar também a questão indígena, que é uma das mais graves do país, cujas retomadas territoriais têm se multiplicado dado o avanço do agronegócio.

A pesquisadora Aline Crespe da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) vem pesquisando essa forma de demanda, a *forma* acampamento indígena. A sua pesquisa se propõe "examinar o processo histórico de surgimento e organização dos acampamentos e ocupações e a maneira como estes indígenas vivem atualmente" e, ainda, "compreender como vem sendo estabelecida a relação entre estes indígenas e organizações da sociedade envolvente" (Crespe, 2009). No período que realizava o trabalho de campo foi organizada uma *atividade* pelo MST juntamente com a CUT e lideranças da etnia Guarani Kaiowa, demonstrando que os demandantes de terra têm buscado uma forma de aproximação, tentando romper a separação histórica.

No capítulo anterior citei superficialmente algumas pessoas que conheci durante o primeiro trabalho de campo, como apenas as apresentei e não dei "voz" a elas, farei isso neste capítulo, a fim de valorizar os relatos que me foram dados e ajudam a contar um pouco da história por reforma na fronteira.

3.1 Um Novo Horizonte: no Sul

A cidade de Novo Horizonte do Sul nasceu do primeiro assentamento de brasiguaios, ou do acampamento onde o termo foi cunhado conforme explicarei adiante. Outro dado importante é que o assentamento é resultado da primeira desapropriação no âmbito do I PRNA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

Ao chegar à cidade nos deparamos com a Avenida Marcos Freire fazendo esquina com a Rua Eduardo Raduan, nomes conhecidos na reforma agrária, um deles foi ministro e outro presidente do INCRA na década de 80 do século passado, faleceram em um acidente aéreo durante viagem a trabalho no Estado do Pará em 1987.

Como a cidade é pequena e todos se conhecem, os próprios habitantes do local vão recomendando aqueles que consideram podem contar melhor a história do lugar. Uma delas é a professora Cleide, a quem farei referência adiante, e o dono de uma papelaria, a "KF", única da cidade. Ele, além de policial, animador de festas e comerciante, mantém um site de notícias na internet, o

www.nhsnoticias.com.br. Recentemente tinha realizado uma matéria juntando fotos antigas e resgatando a história do município. A reportagem é um texto curto e muito parecido com o que hoje se encontra disponível em fontes de consulta populares e de fácil acesso na internet. Na matéria consta que

> Novo Horizonte do Sul originou-se de vários povos vindos dos quatro cantos do Brasil, para trabalhar em terras do Paraguai, e com o passar dos anos se uniram. Lutando para libertação da escravidão do Paraguai. Os trabalhadores animados e organizados pelas lideranças de vários grupos das comunidades assumiram a luta pela terra, juntamente com os governos estadual e federal. Iniciaram as negociações com o INCRA, ligado ao governo. Este teve papel fundamental na conquista de negociações ao dar assistência as problemáticas de sua competência. As famílias enfrentaram dificuldades para chegar e organizar suas casas no Paraguai, para, posteriormente, enfrentar todo sofrimento no acampamento da cidade de Mundo Novo. Esperaram a negociação da área até que todas as famílias fossem libertas (NHS, 2014).

Sprandel (1992) explica que quando trabalhava na Coordenadoria de Conflitos Agrários do extinto Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (*Mirad*) em Brasília, encontrou no seu trabalho de organização dos documentos do CCA/Mirad menções de lideranças de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai e que, sabendo da iminência do lançamento de um plano de reforma agrária, foram até o órgão para solicitar a atenção do Governo Brasileiro a sua causa. Eles viviam no Paraguai e queriam retornar. Segundo ela

> Entre os documentos catalogados, havia uma volumosa quantidade de cartas, notas, telegramas, moções de apoio, fotografias e recortes de jornais referentes a um contingente de mais de mil famílias de pequenos produtores rurais brasileiros que haviam passado até mais de vinte anos residindo e trabalhando em terras localizadas na vizinha República do Paraguai (Sprandel, 1992).

Ela descreve a origem do primeiro acampamento no Brasil desse grupo:

> Na madrugada do dia 14 de junho de 1985, de forma clandestina e organizada, estas famílias retornaram ao Brasil, e ergueram um imenso acampamento na praça principal do Município de Mundo Novo (MS), próximo à fronteira seca com o Paraguai. Seu objetivo era o de pressionar o governo brasileiro para que os considerassem beneficiários preferenciais do processo de reforma agrária em curso (Sprandel, 1992).

Confirmando as datas e buscando mais elementos para essa volta massiva em determinado momento, encontramos em Cortêz (1992) os motivos para a pressa dos agricultores em retornar. Ela nos conta que em 13 de março de 1985 houve uma reunião em Mundo Novo entre lideranças dos agricultores, CPT e o MST representado pelo hoje falecido João Eleotério, que havia sido uma das lideranças na ocupação da gleba Santa Idalina em 1984. Na reunião se discutia a situação de 300 famílias que tinham comprado lotes de terra de 50 a 200 hectares, que ao terminarem de pagar não receberam os títulos que deveriam ser emitidos pelo *Instituto de Bien Estar Rural* (o INCRA do Paraguai), a nova direção do órgão cancelou as vendas e reconheceu como donos dessas áreas latifundiários brasileiros.

Outro motivo era a questão da documentação pessoal, quando iam para o Paraguai eles recebiam o *permiso* que deveria ser renovado a cada 4 meses, ou o *Residente Zafral* e ainda para transitar livremente deveriam ter uma *libreta* (*libreta del servicio de conscrición vial*). Existia ainda o *visto do migrante,* a *tarjeta de embarco* e a *identidade do migrante*. Somados a esses documentos, que oneravam os agricultores, pois possuíam famílias numerosas, surgiam taxas extras. Ainda segundo a autora, era preciso renovar até o dia 25 de

abril de 1985 a identidade do migrante e o *permiso*, fato que acelerou a volta dos agricultores (Cortêz, 1992).

E assim, no dia 14 de junho, as primeiras famílias começaram a chegar a Mundo Novo, distante 14 km da divisa. "Nós não tínhamos a dimensão do movimento que estávamos conduzindo", relata José Lino Martins: "Eu já respirava mais fundo por ter passado pro lado de cá, a gente não tinha que ter ido se humilhar no estrangeiro". Segundo ele "a terra é deles e não tem garantia de nada, então eles se aliam aos fazendeiros para nos tirar até a vergonha" (Martins *apud* Cortêz, 1992).

As famílias se organizaram conforme sua localidade de origem no Paraguai, assim se distribuíram em grupos no acampamento, que eram os seguintes: Santa Rosa, Canandu, Cuerpo Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, Figueira, Maracajú, Caarapó, Ponte Kirrá e Guadalupe (NHS, 2014).

Segundo Cortêz (1992), o instrumento de defesa do acampamento era a Comissão de Segurança, composta por 40 homens, que se revezavam na vigilância dos barracos. Sua principal tarefa "consistia em defender o espaço contra a ação do Estado que os hostilizava com a presença do policiamento ao redor" (Cortêz, 1992). Essa ação policialesca foi contestada pelo então deputado Sérgio Cruz, através de uma carta ao governador Wilson Barbosa Martins, na carta Sérgio Cruz afirma que

> a ação moderada de acampar tem o significado maior da compreensão que a luta passou a ser tratada democraticamente. O que é penoso, sobretudo para os que são enxotados do Paraguai é a ameaça da repressão policial, seca e taxativa anunciada por V. Exa. (Cortêz, 1992).

A carta do deputado mostra que o acampamento já era percebido pelos políticos mais progressistas como uma linguagem de negociação com o Estado. Na carta ele ainda tenta explicar ao governador que não se tratava de bandidos, e sim de agricultores que vinham fugindo, em um movimento de regresso.

> Os acampados não estão precisando de prevenção policial, esse tipo tacanho de atenção já tiveram em demasia no estrangeiro, onde foram roubados, humilhados, torturados e expulsos como animais. Carecem imediatamente de alimentos e remédios para assegurar a tranquila transitoriedade do acampamento para a da terra, para a efetiva fixação, como sujeitos da reforma agrária (Cortêz, 1992).

Para atender à demanda dos chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS), o governo federal desapropriou, através do Decreto 9.1792, de 17 de novembro de 1985, 18.468 hectares dos imóveis Horizonte e Escondido, localizados no município de Ivinhema (MS), foi a primeira desapropriação após a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (Cortêz, 1992). Assim era criado o assentamento Novo Horizonte, que para aquelas famílias era uma nova chance, um novo horizonte, lembrando que essa área já havia sido ocupada no ano anterior[80].

[80] Assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2015).

Em dezembro 1985 a transferência dos agricultores de Mundo Novo para o Novo Horizonte foi concluída "quando chegamos a terra firme, começamos a construção dos nossos barracos", mais famílias foram chegando "até parecia tribo de índio (...) nos viemos na frente, abrindo caminho para os que ficaram (no Paraguai)" (Poeta *apud* Cortêz, 1992)[81].

A professora Cleide, que é a atual secretaria de educação do município, viveu o antes e o depois da chegada dessas famílias à essas novas paragens. Ela era professora em Ivinhema, trabalhou nas terras da Someco, e mais tarde tornou-se professora[82]. Quando da ocupação dos brasiguaios, foi transferida junto com outros seis professores para trabalhar no recém-criado projeto de assentamento[83].

Ela descreve a nova situação da seguinte maneira:

> Eu cheguei aqui em fevereiro de 1986, 'eles' chegaram em dezembro de 1985. Eu era professora em Ivinhema e recebemos a proposta de vir dar aula aqui.
> Você sabe que onde tem uma aglomeração grande tem seus problemas, mas todo mundo assustava a gente, só falavam da parte ruim, então viemos em 26 e um não teve coragem de descer sua mudança. Ficamos duas professoras em cada grupo, recebi um barraco que ficava perto do rio. [84]

Uma vez que chegaram à terra, ainda havia muito a percorrer:

> Mesmo estando em 'terra firme', as famílias continuaram acampadas por mais de meses, convivendo com os mesmos problemas de Mundo Novo, exceto a falta de espaço para a instalação de seus barracos. A morosidade na demarcação e distribuição de lotes, a falta de sementes para plantar, as dificuldades de transporte, os problemas com a alimentação e a saúde seriam questões corriqueiras das pautas das reuniões da comissão com as autoridades (Cortêz, 1992).

O que a autora observou é o mesmo que se ouve ainda hoje nas áreas de reforma agrária. Se comunidades de imigrantes europeus instaladas no século passado ainda sofrem para se "desenvolver", o mesmo acontece hoje, porém não se atribui nenhum "heroísmo" hoje em dia, sim muitas vezes, preconceito.

A professora Cleide transpareceu ter muito orgulho de ter feito parte de um *movimento,* de fazer parte de um recomeço para muitos, isso ficou claro sobre a descrição dos alunos que então faziam parte das classes.

> O mais emocionante de tudo era que todos os alunos eram de 'primeiro ano', como eles foram alfabetizados no Paraguai eles queriam estudar aqui. Eles construíram grandes barracões, ali sentavam 3, 4 pessoas. Como percebemos que estavam em estágios de aprendizagem diferentes, no segundo ano aplicamos uma prova e muitos foram para outros anos, mas dava gosto de ver o pessoal estudando com vontade.

Como a legislação até hoje veda o assentamento de servidores públicos, e que acaba por ser um

[81] Cortêz (1992) conta que seu livro foi escrito amparado nos relatos escritos no "diário do poeta". Carlos Rodrigues conhecido como poeta registrou em um caderno os fatos que foram acontecendo do acampamento até o assentamento.
[82] Someco S.A (Sociedade de Melhoramento de Colonização).
[83] Ivinhema era o município onde se localizavam as terras ocupadas, em 1992 foi criado o município de Novo Horizonte de Sul.
[84] Entrevista realizada em 21 de novembro de 2014 em Novo Horizonte do Sul.

grande problema, principalmente quando se trata de professores que atuam nos assentamentos ela descreve que não recebeu um lote na época[85].

> Depois de dois anos houve o sorteio dos lotes, ai eu mudei da comunidade 'Guadalupe' fui para o grupo matão, que era o centro, então foi se formando uma vila. Nós como servidores do Estado não tivemos direitos a lotes, foi o entendimento legal, porque sofrer a gente sofreu tudo isso junto.

Cleide evocava o seu *direito* baseado em seu sofrimento. Comerford (1999) que realizou pesquisa etnográfica entre trabalhadores de sindicatos rurais diz que o sofrimento é associado a luta e isso é um fato legitimador. Mas a história de Cleide em relação à fazenda começou antes. Ela morou nas terras da Someco com seu ex-marido na época em que ocorreu a primeira ocupação da área, essa ocupação está descrita no livro a "Travessia do Rio dos Pássaros"[86].

> Eu fui professora na área da SOMECO. Você sabe que mesmo sendo uma companhia colonizadora ela não fez isso, então tinha muita madeira aqui, e poucas pessoas moravam na área onde existia uma sede, quando percebeu que ia perder a terra a empresa trouxe muitos caminhões de paraguaios para plantar milho, o povo jogava milho para parecer que a terra tava plantada.

No livro *A travessia do Rio dos Pássaros,* a autora descreve os impasses desde a ocupação e o desenrolar da desocupação, como ainda não estava efetivada essa linguagem como forma de negociação com o Estado, era chamado de invasão. Ao ouvir os relatos de Cleide era como se as peças fossem se juntando, um quebra-cabeça que se juntava.

> Eu via a primeira invasão, eu nunca tinha visto tanto policial fazendo treinamento no pátio da fazenda. Teve pessoas que eu conheci na primeira invasão, a segunda vez não foi invasão, foi uma ocupação, os policiais falavam "ah você não precisa de terra", olha teu sapato novo, foi uma violência muito grande, mesmo assim alguns voltaram nessa segunda vez.

A distinção que ela faz sobre ocupação e invasão provém do fato de que a primeira *invasão* denunciava a existência de uma terra para a reforma, e a segunda foi uma ocupação, pois nesse intervalo ficou claro que o Estado ao promover a primeira desocupação tinha um lado, estava do lado do latifúndio, então a ocupação carrega o significado da legitimidade.

Ao descrever o fato ela lamenta: "mesmo com esse sofrimento grande hoje aqui não tem 20% daqueles que vieram, o povo foi saindo né".

A professora Cleide não viveu no Paraguai e, ao ouvir as histórias, reproduz e oferece relatos sobre os *relatos* da época, o que ouvia do Paraguai: "eles reclamavam muito que o regime de trabalho era de escravidão, se trabalhava muito e se recebia muito pouco".

Segundo as informações dadas por Cleide, o assentamento teve um desenvolvimento rápido e, no início da década de 1990, se emancipou. Segundo o IBGE

---

[85] Norma de Execução/INCRA/Nº 18, de 19 de outubro de 2001. Não é permitido o assentamento de funcionários públicos; vejamos, um(a) professor(a) que deve morar no assentamento, ou pior, uma pessoa que fizer um curso de magistério e passar em um concurso deve optar por ser assentado(a) ou ser professor.

[86] Segundo a autora na época os políticos acusaram os agricultores de serem "teleguiados por forças estranhas", e ela pergunta: qual seriam essas forças que conseguiram manter unidos mil homens e mulheres numa madrugada fria e chuvosa, sem qualquer dispersão?

> A Gleba Novo Horizonte do Sul pertencia ao Município de Ivinhema no Sul do Estado. Com o rápido desenvolvimento, logo surgiu a luta pela emancipação política. Distante de Ivinhema, 58 quilômetros, com estradas sem pavimentação tudo dependia desta. Devido à importância socioeconômica do assentamento, em 30 de abril de 1992 foi criado o Município de Novo Horizonte do Sul, pela Lei Estadual 1.260, sendo instalado em 1 de janeiro de 1993 (IBGE, 2014).

A implantação do projeto de assentamento e a posterior emancipação e constituição do município pode ser entendida à luz da seguinte afirmação, já que agora o município, que nasce do conflito, é um território oficial.

> Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. (Fernandes, 2005)

Assim como no caso *vitorioso* da ocupação em 1979 no Rio Grande do Sul, o caso do Mato Grosso do Sul, produziu na memória coletiva as bases para uma posterior espiral de mobilizações na *fronteira.* A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 2005)[87].

Na época da primeira *invasão* no município de Novo Horizonte em 1984 foi a CPT da região de Dourados que auxiliou os agricultores[88]. Segundo Farias, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada no Estado em 1978, mais especificamente a Diocese de Dourados, se dedicava "a desenvolver decisões e reflexões com a população do meio rural acerca dos problemas sociais que se evolviam" (2006).

Na entrevista com a professora Cleide ela citou algumas vezes a figura chave "irmã Adenaide", também mostrou o caminho até sua casa, conhecida na cidade como a "casa das irmãs" e sugeriu que eu deveria entrevistá-la.

Foi em um sábado pela manhã que estive conversando com a ela, que confirmou os fatos que havia encontrado na bibliografia sobre o município de Novo Horizonte do Sul:

> Em 1984 aqui não tínhamos o MST, então nos tentávamos ajudar a organizar, a primeira grande ocupação do Mato Grosso do Sul foi organizada aqui, então 12 municípios se organizaram para ocupar essa área, depois de 15 dias foi feita a desocupação, graças ao acompanhamento da igreja esse despejo foi menos violento[89].

Segundo Farias (2006), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi criada no estado "em 1978, mais especificamente na Diocese de Dourados, se dedicando a desenvolver decisões e reflexões com a população do meio rural acerca dos problemas sociais que se evolviam" (2006).

Em 1985 ela descreve o regresso dos primeiros brasiguaios. Segundo ela, a ocupação de 1984 chamou a atenção do latifúndio, sendo que no próximo ano se organizou a grande ocupação de Mundo

---

[87] Descrita no livro Ocupações e Acampamentos; sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Sygaud et al. (2009).

[88] A CPT ajudou a organizar as primeiras ocupações. O MST se organizava nesse período, a Igreja pela sua capilaridade e pela sua ideologia foi o lugar que onde no período da ditadura os camponeses puderam ir se organizando até surgir as condições objetivas para reivindicar a terra.

[89] Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul – MS, em de 22 de novembro de 2014.

Novo, apoiada pelo deputado Sérgio Cruz e a CPT. Ela confirma que os agricultores com o advento da publicação do I PRNA se mobilizaram "e vieram através do deputado pedir ao governador, este por sua vez disse que com eles em outra pátria nada podia fazer, eles tinham de vir para o outro lado". Com esse "convite" começaram a se organizar os grupos que retornaram meses depois.

> O pessoal foi se organizando e fez esse acampamento na cidade de Mundo Novo, depois de 6 meses o INCRA viu que a coisa tava feia, e desapropriou essa terra da someco, em 1986 chegamos aqui, junto com os professores, em 1987 sortearam os lotes e em 1988 se firmou o núcleo urbano.

Adenaide relatava que atualmente grande parte de agricultores que vão à luta e conquistam um pedaço de terra desistem por falta de infraestrutura, pela demora na liberação dos recursos para infraestrutura e organização da produção. Ela cita o caso dos agricultores do *casa verde (Tejin),* um assentamento no município de Coxim, que segundo ela "vivem anos *puxando* água nas costas e acabam desistindo do sonho". A palavra sonho se soma a outras palavras nativas do mundo social das ocupações de terra como explicou Loera (2006). Nesse trabalho a pesquisadora encontrou termos como "entrar na terra, ganhar terra esse ano", essas palavras ganham significados, e esses significados são aprendidos no contexto dos acampamentos e formação do MST constituindo uma *linguagem da terra*.

Adenaide também mencionava que os professores que foram enviados ao novo assentamento, foram os que na época estava "menos preparados, e além do mais eles tinham de dar aula no que eram galinheiros". E ainda:

> Tinha muita confusão que criavam os servidores públicos (pessoal do INCRA), que eram os intermediários entre os projetos, agricultores e os bancos, tinham pouco preparo, associado ao momento econômico do País e a situação de ter de lidar com uma nova moeda, todos esses fatores tornavam mais penosa a vida dos brasiguaios.

Segundo ela a continuidade da *luta por terra* hoje se dá pelos filhos dos brasiguaios, "se você for à Itamaraty você vai encontrar muitos filhos daqui, as vezes os pais já morreram, mas os filhos dos brasiguaios estão lá, ai eu penso, valeu a pena, o grito da ocupação de 84 foi o começo, a CPT apoiando deu uma segurança para os camponeses"[90].

A implantação dos assentamentos é a consolidação da luta, como menciona Fernandes (1994):

> A conquista da terra na implantação do assentamento significa a continuidade da luta. Por um lado, o desafio, colocado pelo modo de produção capitalista, em resistir e permanecer na terra. Por outro lado, a recuperação e a renovação das experiências para realizar novas ocupações com novos grupos. 'OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR' são desafios levantados pelo novo momento histórico. Esses desafios vão exigir e proporcionar a espacialização das experiências e a territorialização da luta. O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização (Fernandes, 1994).

[90] O Assentamento Itamarati, um dos maiores do país, foi implantado em 2002 numa área de 25.000 ha, com aproximadamente 6 mil pessoas (1.100 famílias), organizado em quatro movimentos sociais (AMFFI, CUT, FETAGRI e MST). Está no município de Ponta Porã, fazendo limite com os seguintes municípios: Maracaju ao norte, Dourados a nordeste e a leste, Laguna Carapã a sudeste, Aral Moreira ao sul, Paraguai a sudoeste, Antônio João e Bela Vista a oeste e Jardim e Guia Lopes da Laguna a nordeste (EMBRAPA, 2009).

A história da conformação da luta e movimentos por terra na fronteira e a desapropriação de terras nesse período, é semelhante em diversos lugares principalmente do Sul e Sudeste do Brasil que tiveram presença forte da CPT, sindicatos e posteriormente do MST. Relata Loera (2006) o caso dos assentamentos de Sumaré em São Paulo, para os quais um grupo de acampados que recém conquistaram um pedaço de terra ajudaram outros, a partir de uma rede de conhecidos ou parentes da região, conformando assim o que a autora chama de "espiralidade da luta".

A criação de um projeto de assentamento é a inserção de famílias em um determinado espaço, os filhos vão continuar a luta dos pais, e assim novos acampamentos vão surgir na região. Um ex-presidente do INCRA criticava essa "forma" de atuação e de luta da seguinte maneira: "Estávamos ali para negociar com o MST. Chegamos a atender suas reivindicações, mas assim que atendíamos eles ocupavam novamente. Queriam o quê? Queriam a reforma agrária ou fazer política com a gente?" (Graziano Silva, 1996).

Mesmo a dificuldade ou situação econômica não ser a única explicação possível para a existência da luta pela terra em uma região, não podemos deixar de pensá-la como parte importante do fluxo e circulação de famílias em busca de novas oportunidades. Segundo Adenaide na década de 60 houve uma corrida para o Paraná, para as colheitas de café, "sabe, eu sou mineira e percebi que muitos saíram no passado, foram para o Paraná, depois para o Paraguai e depois pra cá, teve gente que veio direto do Paraná pra cá, ou seja, eles não entraram por essa fronteira".

Ela conta que ouvia dos brasiguaios que lá no Paraguai eles sofriam com a exploração por parte dos agentes do governo paraguaio, mas também pelos brasileiros que moravam do outro lado. Então quando "o povo vem pra cá vem sem papeis da escola, colocavam 50, 60 alunos, tivemos de colocar tudo mundo no primeiro ano, foi um sacrifício para organizar todo esse povo na escola".

A Irmã Elza que também vive com Adenaide e é professora aposentada também deu seu relato:

> Fui enviada pra dar aula em um galinheiro, nos revezávamos em duas professoras, uma de manhã que era eu, e outra a tarde. Tínhamos de limpar as cadeiras, eles sentavam em tocos de madeira, as vezes dava aula no terreiro mesmo. Depois os INCRA fez um barracão pra fazer uma granja, como desviaram o dinheiro (os políticos), fizemos desse barracão uma escola, eu sempre respeitei, mas teve professor que tinha preconceito por eles serem do Paraguai. Dos 750 famílias de brasiguaios hoje se tiver 20% é muito, tem muito êxodo rural, e muitos filhos foram para o Itamaraty e o Tejin.[91]

Adenaide comenta que a criação do município pela emancipação não resultou em facilidades, mesmo o primeiro prefeito da cidade tendo sido um brasiguaio, a CPT acabou tento sempre conflitos com o *Estado* e sempre "tivemos de nos posicionar do lado dos agricultores".

A igreja foi através da CPT o *cimento da obra* para a organização da luta pela terra e posterior surgimento do MST e outros movimentos. Stedile e Fernandes (2012) explicam que além do componente

[91] Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul – MS, em 22 de novembro de 2014.

político com a reabertura democrática do país e o componente socioeconômico que foram as mudanças na base técnica da agricultura, existiu o componente ideológico vinculado a Igreja e seu trabalho pastoral.

> A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico, os padres e pastores com um caráter ecumênico passaram a fazer um trabalho de base, abandonando o trabalho messiânico (Stedile; Fernandes, 2012).

A CPT foi importante para a organização dos camponeses que formaram o primeiro acampamento na região, o acampamento se transformou no assentamento e desse se originou o município de Novo Horizonte do Sul. A atuação da CPT que ajudou também a fundar o MST, e a nível local foi ela quem contribuiu para a organização dos agricultores para a primeira ocupação (invasão) da gleba Santa Idalina em 1984, relatada em detalhes em Cortêz (1985). Já no acampamento que foi montado em Mundo Novo, muitos agricultores que tinham ido para as terras da Someco e foram despejados, se mobilizaram novamente, agora sobre a bandeira do MST.

O sucesso da mobilização dos agricultores utilizando a denominação de brasiguaios permaneceu na região, e agora em 2015 foi retomado com o surgimento do acampamento organizado em Japorã: o acampamento Antonio Irmão Brasiguaio em Itaquiraí, no Sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

3.2 Acampamento Antônio Irmão Brasiguaio

O acampamento surgiu de um racha em um acampamento da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Mato Grosso do Sul) no município de Eldorado, no Sul do MS. Existiam ali, em 2005, 719 famílias que eram ligadas ao sindicato dos trabalhadores, como os acampados não quiseram se envolver em uma disputa política que envolvia a eleição do futuro presidente da câmara de vereadores, assim aconteceu uma divisão[92]. Os descontentes procuraram o MST para criar um novo acampamento. O grupo composto por 117 famílias que saiu do acampamento em 01 de abril de 2005 e passou a "erguer a bandeira do MST" e chegou a 240 famílias[93].

Em 2009 com a criação do projeto de assentamento Santo Antônio, todas essas famílias foram assentadas, ficando no acampamento 50 famílias que chegaram depois, assim a discussão era que sempre precisava ficar um grupo para continuar a luta. Nessa época surge o conflito em Santa Rosa no Paraguai, assim os novos brasiguaios precisavam de um acampamento, e o Antônio Irmão precisava ser fortalecido,

[92] O nome do acampamento é uma homenagem às vítimas do massacre ocorrido em 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás no Pará. Antônio, conhecido como irmão foi um dos assassinados pela polícia militar, e como forma de manter viva a memória desses mártires o MST tem usado os seus nomes para acampamentos e assentamentos. Na escolha do nome foram colocados os 19 nomes dos mortos em Eldorado, onde ficaram 3 e por fim o de Antônio Irmão foi escolhido, o adjetivo brasiguaio veio depois.

[93] Tive acesso ao material da entrevista que Guardinha e Adriano, lideranças do acampamento Antônio Irmão forneceram a Marcos Estrada durante a ocupação do Incra em Dourados em agosto de 2014. Marcos realiza seu doutorado na Universidade de Warwick na Inglaterra, o seu tema é os Brasiguaios, onde trabalha com os princípios metodológicos da "etnografia multi-situada".

assim se uniriam[94].

A reportagem deu "nova" visibilidade aos brasiguaios, que chegavam na época a 612 famílias, tendo sido diminuída por vários motivos, hoje são um total de 114 famílias. Um desses motivos da diminuição de famílias é a coincidência do período de *esvaziamento da luta,* conhecido como de "pleno emprego" (2007 – 2012), onde neodesenvolvimentismo seria a melhor definição[95].

Depois de duas mudanças de lugar, as famílias do Antônio Irmão fazendo jus ao nome, decidiram organizar e acampar do lado do assentamento Santo Antônio, como lembram os acampados, e ao nome do acampamento foi acrescentado o nome "brasiguaio", por ser a maioria do acampamento, assim passaram a ser chamados de Antônio Irmão *e os brasiguaios*.

Ao contrário do que se percebe na maioria dos acampamentos do Brasil, aqui os barracos não são só de lona preta. Loera (2006) chamava a atenção para as barracas em acampamentos do estado de São Paulo que eram em sua grande maioria pretas, e perguntando para um dos *militantes* do acampamento Terra Sem Males o porquê, ele mencionara "é uma luta, não é uma festa". Lembrando que luta, na concepção de muitos dos participantes das ocupações e dos acampamentos adquire o sentido de sofrimento. No acampamento Antônio brasiguaio as barracas são brancas, intrigado com esse fato descobri que essa técnica tem ligação com a produção de soja, pois esse plástico é usado no Paraguai para estocar soja nos chamados silos *bag*.

O número de barracas hoje é 93, distribuídas em 9 grupos em um espaço de 90.000 m², com a grande maioria (61 famílias), em um espaço de 32.000 m², conforme pudemos apurar através de imagens do *Google earth*.

Assim que cheguei no acampamento fui direcionado para falar com o seu Zé. José Carlos de Lima, já me esclarece[96]:

> Ô moço aqui você vai encontrar a verdadeira história dos brasiguaios, tem muita gente espalhada por ai que se diz brasiguaio, mas aqui nós viemos de lá mesmo, nós aqui no acampamento e os 'outros, os alemão que vieram depois, com um problema sério que ocorreu lá no Paraguai, chegaram aqui e não se acertemo, teve um racha e foram para o assentamento Santo Antônio.

Trabalhou com seu pai e toda a família como empregado, conseguiu plantar de *meeiro* e com os lucros das safras e em troca de desmatar a área comprou um pedaço pequeno de terra. Ao trocar esse pequeno pedaço por um maior, acabou perdendo a sua terra, ele diz:

> Você sabe né moço, aquele sonho de ter alguma coisa né, sou pais de 6 filhos, você sabe né mínimo, foi a coisa mais triste pra mim e pros vizinhos ter de sair de repente por ordem da justiça, sair com o que deu pra carregar pro outro lado da estrada.

---

[94] Trata-se do conflito ocorrido no distrito de Santa Teresa no Paraguai, onde os agricultores com menos poder econômico foram expulsos das terras onde moravam.

[95] O termo é usado para definir um período de aumento do consumo e um boom da construção civil, onde nos governos Lula e Dilma se "destravou" uma demanda reprimida, assim a liberação de crédito e incentivo ao consumo levaram ao que pode ser chamado ao "voo da galinha", um pequeno ciclo que encerrou em 2013, a tendência que a estagnação e o desemprego aumentem, assim naturalmente os acampamentos tendem a crescer novamente. Esse período é marcado pelo "apetite" da China por matérias-primas.

[96] Entrevista realizada em 23 de novembro de 2014, no acampamento Antônio Irmão brasiguaio.

O seu depoimento é confirmado pelo seu genro, que é paraguaio, e agora segundo ele também é "brasiguaio", já que tem os documentos do Brasil. Ele também foi "despejado". Mas seu José saiu antes do despejo, deixou o genro que era paraguaio. O desfecho é que o genro também foi despejado, 4 anos depois em 2013.

A(s) história(s) de vida dessas famílias é a face mais atual da história de luta por terra na fronteira, pois nos dizem a respeito da atual conformação social das mobilizações e a diversidade de motivos que levam as famílias a tentar conquistar um lote.

Seu José resume esse percurso e seus desejos: "Faz 6 anos que estou aqui, estamos em 109 famílias, daqui debaixo dessa lona, desse barraco que hoje é o que eu tenho, moro aqui porque tenho o sonho, não quero ser assalariado, começar tudo de novo, daqui saiu só pro cemitério ou pro lote".

Segundo seu Zé, que conhecia todos os nomes dos projetos de assentamento que existem na região "em todos eles você vai encontrar brasiguaio".

Somente no município de Itaquiraí são praticamente 3.000 famílias em assentamentos para um município de 18.832 habitantes (IBGE, 2014). Em um exercício simples, chegaríamos a conclusão, precitada talvez que a metade do município é formada pela população assentada.

Farias (2012) ao se referir aos moradores dos assentamentos vizinhos ao Antonio Irmão Brasiguaio nos diz:

> Grande parte dessas pessoas relatou uma trajetória de migrações sucessivas com certas semelhanças: pessoas vinham do estado do Paraná, fixavam-se em Mato Grosso do Sul durante a infância, quando adultas partiam para cidades paulistas, regressando para o Mato Grosso do Sul. Mesmo existindo similaridades nesse processo migratório, algumas especificidades são detectadas, como por exemplo: famílias que se deslocaram diretamente do Paraná para participarem dos movimentos pela posse da terra nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul; outras pessoas, ainda na infância, chegaram com suas famílias do nordeste, cresceram no estado e quando jovens ou adultas, iniciaram participação em algum movimento social, e atualmente, são assentadas (Farias, 2012).

Com o avanço do agronegócio e uma tecnologia que cada vez mais dispensa o trabalho humano, famílias que realizavam trabalho na área agrícola vão buscando outras formas de viver, circulando na região e parando onde encontram oportunidades ou alternativas. Os moradores do acampamento, por exemplo, onde foi realizado o trabalho de campo já migraram mais de uma vez.

É o caso da família de Nilson e Elvira, acampados do Antônio Brasiguaio, representam a junção das duas principais correntes que fluíram na fronteira, ela de origem gaúcha/paranaense e ele nordestina/mineira, se conheceram e casaram no Paraguai, seus filhos Naiara de 16 e Kaique com 9 representam a reprodução social de uma parcela de povo que ao buscar o acampamento vai se adaptando ao meio (Codo, 1986). Para eles a tecnologia é algo para ser admirado, a tecnologia é a agricultura moderna, as máquinas e a agricultura de precisão. Os dois estudam na cidade, e quando questionados sobre como é estudar na cidade morando no acampamento eles dizem não ver nenhum tipo de preconceito. O namorado de Naiara é filho de um dos "gaúchos", a passagem rápida da família pelo acampamento fez seus "laços". Hoje ele mora com sua família no assentamento Santo Antônio, e visita

regularmente o acampamento, assim como a família de Nilson e Elvira visita o assentamento.

No trabalho no INCRA do Paraná, há algum tempo vínhamos percebendo que os agricultores, ao relatarem suas "andanças" nas entrevistas para seleção de novas famílias, comentavam ter passado algum tempo na Paraguai, o faziam muitas vezes porque tinham os documentos de nascimento no Paraguai, e, ao relatar a história das trajetórias, incluíam períodos de anos no país vizinho. Agora em 2015 ao realizar a atualização dos processos de um grande assentamento na região de Londrina temos encontrado uma quantidade considerável de nascidos no Paraguai que fizeram a escolha pela nacionalidade brasileira por serem filhos de brasileiros, conforme podemos ver nos documentos abaixo[97]:

Voltando ao acampamento, desconsiderar a força da presença de migrantes nessa região, é considerar que a identidade é fluida, faz-se e refaz-se no caminho e é, segundo Thompson (1998), ambígua, alternando nos sujeitos a deferência demonstrada como conformidade com o *status quo*, a rebeldia surgida diante das experiências de exploração, dificuldades de sobrevivência.

A localização do acampamento é estratégica para se *sair trabalhar fora,* uma vez que dos dois lados existe fazenda, de um lado gado e de outro milho/soja, então as pessoas ali vão trabalhar fora. Zé complementa: "Aqui a gente sai de madrugada, pulamos 2 horas da manhã da cama, as 3 estamos saindo, as 4 a gente tá no eito, quando é as 9/10 a gente tá voltando, aí ficamos aqui no barraco. Passa o povo e grita "vai trabalhar seu vagabundo"[98].

O trabalho que eles fazem é no "arrancadão", que consiste em retirar a mandioca que a máquina "soltou" e colocar no caminhão, como o calor na região é forte, esse trabalho é feito na madrugada/manhã, e acaba sendo um trabalho despercebido. Isso aliado ao fato do grande analfabetismo, não só escolar, também político, mas também pelo preconceito que sofre o agricultor sem-terra, os xingamentos vindos da rodovia foram por mim percebidos nos dias que estive ali. Muitos motoristas xingam e até atiram objetos contra os acampados.

Na região a atividade predominante é pecuária e também existem expressivas plantações de mandioca onde o trabalho manual é importante. Do acampamento todo dia sai um ônibus que leva 35 – 40 pessoas, o que significa 4 a 5 "turmas"[99]. A turma é um grupo responsável por encher uma "carreta", isso feito o grupo volta para o acampamento. Todos que conversei durante o trabalho de campo consideraram esse trabalho pesado, porém bem remunerado. Seu Zé relatava que todos trabalham duro durante a semana, mas no fim de semana tem de ter um "churrasco né, a gente é sem-terra, mas não é pobre, queremos um pedaço de terra pra viver".

Como não existe possibilidade de se gerar um conhecimento neutro, nem conhecimento do outro que não interfira na sua existência, pesquisador-produto-histórico e pesquisado também formado

[97] Projetos de Assentamento Eli Vive I criado em 2011 com 426 famílias, e o Eli Vive II com 115.
[98] Entrevista realizada em 25 de abril de 2015 no acampamento Antônio Irmão brasiguaio.
[99] Carreta é um caminhão que carrega 30 toneladas, se chama carreta por estar engatado a um caminhão, sendo a parte da carga como um trailer.

pela dinâmica social, se definem por relações sociais que podem ser reprodutoras ou transformadoras, desta forma:

> Conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre os outros. A pesquisa em si é uma prática social onde pesquisador e pesquisado se apresentam enquanto subjetividades que se materializam nas relações desenvolvidas, e onde os papéis se confundem e se alternam, ambos, objetos de análises e, portanto descritos empiricamente (Lane, 1986).

Ciente disso me senti à vontade para fazer uma análise de conjuntura junto aos entrevistados, como acabava de passar por uma formação que me permitia fornecer elementos para explicar o momento, não me furtei de realizar uma explicação sobre o momento político, especialmente no que se refere às reformas na legislação trabalhista e à crise capitalista que começam naquele momento a "aparecer" no Brasil[100].

Se Zé dizia "rapaz, coisa de 5, 6 meses pra cá senti que as coisas subiram muito, tenho escutado que os benefício tão sendo tudo cortado". Nessa hora aproveitei pra explicar, tentando buscar uma linguagem adequada, o que é a dívida pública, o pagamento de juros, e mais recentemente o que é o "ajuste econômico". Ainda explicando em comparação os R$ 978 bilhões de juros e amortizações, que pagamos por ano em relação aos 4 bilhões, que na verdade foram cortados em 50%, do orçamento do INCRA, agora para 2015 são 2 bilhões.

Seu Zé me perguntava, "como esse país tão grande pode ser tão pobre?" Enquanto observávamos seus netos brincando com brinquedos "chineses" e tentava explicar o que é a reprimarização da economia no Brasil a nossa venda de produtos brutos e a pouca tecnologia que temos, enfim, parecíamos estar chegando aos problemas do Brasil. Ele me dizia: "então não dá pra confiar na versão da televisão né". E sua conclusão é a que a riqueza '*deles'* é a nossa *pobreza.*[101]

Celso nasceu no Sudoeste do Paraná, seus pais eram gaúchos e se mudaram em busca de terras em 1950, mudou com a família para o Paraguai, onde se casou e teve filhos, paraguaios naturalizados brasileiros. Conta que foi para o Paraguai para trabalhar, conseguiu comprar terra, mas como "lá os documentos são muito complicados", diz que morava logo na entrada do Paraguai e ali acabou perdendo o seu pedaço de terra. Segundo ele era terra de assentamento, da *reforma* do Paraguai. O fato de que lá, por serem considerados estrangeiros acabam perdendo o lote adquirido[102].

Ele também sofreu com a geada dos anos de 1990 que acabou com a plantação de café, o que explica o retorno organizado em 1992. Cortez (1992) relata no seu livro "Brasiguaios: refugiados

---

[100] Quando me refiro a "crise capitalista" estou falando dos efeitos do próprio sistema, e que recaem sobre as classes mais baixas da pirâmide de renda e o possível fim do capitalismo, por isso as "jogadas" políticas que temos assistido no Brasil. No âmbito sistêmico do capital vou citar um artigo de 2014 publicado na revista Piauí: "a agonia do capitalismo, provocada pelo desmantelamento de uma oposição – ele morre de uma overdose de si mesmo. Para ilustrar, vou apontar cinco doenças sistêmicas do capitalismo avançado de hoje; todas elas resultam, de várias maneiras, do enfraquecimento das restrições — tradicionais, institucionais e políticas – ao seu avanço. São elas: estagnação, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção e anarquia global" (***Streeck, apud Piauí, 2014).***

[101] Se referia a 1% da população que detêm 50% de toda a riqueza do planeta.

[102] Entrevista realizada em 24 de abril de 2015 no acampamento Antônio Irmão brasiguaio.

desconhecidos" que na época da ditadura, o serviço militar no Paraguai era obrigatório, e para poder estudar os brasileiros acabaram tirando os documentos do Paraguai e inevitavelmente iam servir ao exército. Celso relata o caso de muitos conhecidos seus que realizaram o serviço militar obrigatório no Paraguai, ao mesmo tempo em que menciona que a ditadura, para ele, tinha suas vantagens, "não tinha roubo né?", mas depois segundo ele, veio "uma roubalheira". Ele relata qual era o processo de trabalho e circulação nesse espaço de fronteira "Você ia para o Paraguai e pegava uma terra por 6 anos, cortava o mato e formava a lavoura, depois de 6 anos entrega para o dono, depois de um tempo com o mato cortado pegávamos por 3 anos e depois entregava".

O relato de Celso mostra como operava o "plano" de ocupação. Você tinha um verdadeiro campesinato de fronteira (Velho, 2009), para esses agricultores era algo natural desmatar, queimar, plantar, roçar, plantar e depois ir para outra área.

A percepção positiva da fronteira como possibilidade é confirmada por Velho (1976), para ele, "... o que a fronteira quando se abre parece representar é na verdade, um *locus* privilegiado para o desenvolvimento da pequena agricultura" (Velho, 1976). Nesse novo espaço, o camponês se liberta dos antigos laços sociais que o prendiam nas áreas velhas, de onde provêm, tendo adquirido, num período de tempo relativamente curto, um grau bastante alto de integração vertical com o mercado. Velho (1976) considera, assim que "... esse campesinato parece estar gradativamente se desmarginalizando. Esse neocampesinato vai justificado economicamente sua existência, embora isso não lhe garanta automaticamente a sobrevivência" (Velho, 1976).

Celso conta:

> Se plantava muito café, você andava 30 quilômetros e só via café, ai veio a geada e acabou com o café, o povo desanimou e foi plantar soja, ai não precisava de tanta mão de obra, o mato já tava cortado. Ai conseguimo nessa época comprar uma terrinha, essa da 'reforma' de lá.

Celso relata aqui que conseguiu comprar uma pequena parcela de terras da "reforma de lá" para se referir a uma situação que ouvi mais de uma vez nesse trabalho; o agricultor brasileiro que com o trabalho como peão, meeiro ou posseiro conseguia juntar algum dinheiro, comprava os "direitos" do equivalente a um lote decorrente da política de distribuição fundiária, chamada pelos meus interlocutores de *reforma agrária* e ali permanecia, sem documentos. Depois, geralmente em condições de conflito, principalmente depois da eleição de Fernando Lugo, era retirado dessa terra, segundo os agricultores, pelos *carperos* e a ele restava voltar ao Brasil. [103]

[103] Lugo nasceu em 1951 em no distrito de San Solano no departamento de Itapúia. Em 1970 ingressou no noviciado dos Missionários do Verbo Divino e em 1977 foi ordenado sacerdote católico transferindo-se para o Equador a fim de trabalhar com o Monsenhor Leonidas Proaño (um dos expoentes da Teologia da Libertação). Em 1983 realiza estudos em Roma na Universidade Gregoriana, retornando ao Paraguai em 1994 é nomeado bispo da diocese de San Pedro, uma das regiões mais pobres do país. Em 2004 a Igreja Católica o aposentou do cargo e seu título hoje é de "bispo emérito". Em 2006 liderou o movimento de Resistência Cidadã que reunia os principais partidos de oposição, centrais sindicais e associações e movimentos civis. Foi eleito em 2008 presidente do Paraguai com a promessa de realizar a Reforma Agrária e uma revisão dos acordos de Itaipu. Em 2009 começa seu desgaste com acusações de paternidade, e em 2012 após um conflito agrário o congresso por 39

> Vinha o governo e comprava a terra, entregava pro campesino, o campesino já passava pro brasileiro pequeno, a gente né, depois vinha os campesino no movimento deles, os carperos, e desocupavam a terra na marra, depois que veio o Lugo foi pior.

Relatando seu retorno ao Brasil e a longa permanência e alguns despejos, ele comemora o surgimento de um novo acampamento de Brasiguaios na região.

> Pra gente foi bom esse acampamento né, a gente tava sozinho aqui nessa conesul, tivemos 3 rachas aqui, primeiro saiu o povo dos gaúchos, depois levaram um pessoal pro "paraíso"e depois pra Cascavel...no Paraná é bem melhor né, porque o pessoal já faz o acampamento na área e já vai plantando...aqui a gente entra na área e a "pessoal" já vem e faz o despejo.

Como os outros, Celso se apresenta e sente-se como brasileiro, ele explica como isso é possível, mesmo vivendo em outro País.

> Depois eu fui outra área, pequena, mas ai não teve jeito, não conseguia competir, fiquei de 85 até 2009, a família nascia lá e vinha registrar aqui no Brasil, meus filhos aprenderam o paraguaio, porque tinha de estudar lá, mas eu nunca deixei de ser brasileiro.

Celso nos apresenta mais uma forma de se identificar como os paraguaios se referem a uma pessoa de origem brasileira: "Lá no Paraguai eles chamam o brasileiro de 'rapaz', se ele te falar rapaz pode saber que ele tá te chamando de brasileiro".

Como já mencionamos no capítulo passado, a identidade não é somente uma categoria de análise, mas também de prática. Brubaker (2001), propondo que o termo identidade pode ser visto pelo prisma da identificação, onde o conceito não pode existir a despeito da prática, então os grupos desenvolvem práticas legitimas através do discurso para disputar simbolicamente o mundo social. Assim os brasileiros podem ser nomeados de brasiguaios, os paraguaios chamam de brasileiros ou brasiguaios, os camponeses sem-terra que estão no Brasil se auto-identificam como brasiguaios, ao mesmo tempo podem ser chamados de *rapaz, brasileiro ou brasiguaio* pelos Paraguaios. Por outro lado, nomeiam os moradores do país vizinho como *carpero, campesino* e etc.

3.3 O movimento em disputa

Em abril de 2015, durante o segundo trabalho de campo na região, estando na cidade de Mundo Novo comecei a "ouvir" sobre o novo acampamento de brasiguaios que havia surgido conforme anunciava o site do MST: "MST reorganiza brasiguaios e intensifica a luta pela terra no MS":

> Na primeira semana de abril, cerca de 300 famílias Sem-terra abriram o 11° acampamento no estado de Mato Grosso do Sul, no município de Japorã, no distrito de Jacareí. Ao longo das próximas semanas, mais famílias devem se somar à luta. Para a direção estadual do MST, o alto numero de pessoas envolvidas apenas demonstra o quanto "desigual é o nosso Estado e que somente através de muita luta é que vamos conseguir mudar essa realidade", disse em nota. Atualmente mais de 2 mil famílias do MST estão acampadas em todo o estado, morando debaixo de lonas preta na luta contra o latifúndio improdutivo, a produção de monoculturas e contra os agrotóxicos. Ao ser fronteira com Paraguai, o novo acampamento traz consigo uma característica

votos a 4 o destituiu do cargo. Atualmente é senador, tendo iniciado seu mandato em 15 de agosto de 2013 (E-Biografias, 2015).

> particular: a história dos brasileiros que migraram para o país vizinho em busca de melhores condições de vida, mas a então nova e dura realidade os obrigou a retornar ao país de origem sem nada nas mãos (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2015).

A nota ainda faz menção ao *sucesso da luta* dos antecessores, aqueles que foram assentados na região no passado:

> Em abril de 2015 o MST no MS resolveu chamar a atenção novamente para a realidade dos Brasiguaios, por isso a abertura desse novo acampamento, na fronteira. Com o intuito de que a história dos dois assentamentos se repita e novos brasileiros que foram expulsos do Paraguai, muitos que continuam nessa situação, possam ter as mesmas oportunidades que algumas famílias tiveram no passado. A chance de ter seu pedaço de chão e de construir a sua história de dignidade (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2015).

Ao esperar a conexão do ônibus que me levaria novamente ao acampamento lócus da minha pesquisa, o Antônio Brasiguaio decidi perguntar sobre esse novo acampamento do qual se falava. Seu "João", uma pessoa que conheci no ônibus afirmou conhecer o acampamento e disse que se tratava de *900 famílias,* ele mesmo mencionou ter ficado *9* anos acampado em vários acampamentos na fronteira, depois disso desistiu, segundo ele *demora muito*, e como ele tinha o oficio de pedreiro, *largou a luta*. O fato de João ter um ofício era o motivo que na visão dele *esperar* uma terra por tanto tempo não era um bom negócio, já que ele mesmo explicou que quando acampando nunca tinha abandonado sua profissão, ficando como andorinha no assentamento[104].

O surgimento desse novo acampamento, nomeado pelo MST de José Márcio Zoia, era como uma confirmação da hipótese inicial; a questão brasiguaia ainda era uma questão não resolvida, e se abria outra pergunta, porque de "tempos em tempos" novos acampamentos surgiam sob o *identidade* brasiguaia?[105] Qual era o motivo agora? Uma vez que identificamos claramente três momentos anteriores de "retorno", o primeiro em 1985, depois no início de 1990, a formação do Antonio Irmão depois da eleição de Fernando Lugo e agora. Sabemos que esses movimentos não acontecem por um motivo único, são processuais e resultado da combinação de fatores, mas qual seria a o que desencadearia? No primeiro em 1985 o lançamento do I PRNA, o segundo não está claro, mas acreditamos que está relacionada com uma geada forte ocorrida em 1991, e o terceiro até agora tentamos seguir a trilha levantada pelo filho de Lena, que oferece uma explicação econômica ao fenômeno.

Segundo ele o dólar alto afasta os compradores brasileiros das lojas no Paraguai, combinado com a crise econômica brasileira, menos empregos no Paraguai representam menos famílias com renda.

No ônibus a caminho do acampamento encontrei Adriana com seu bebê, Pedro Henrique. Ela é nora de José Carlos, justamente a pessoa que buscaria ao chegar ao Antonio Irmão. Já foi acampada ali,

---

[104] Para Loera (2006) "andorinhas", são nomenclaturas utilizadas pelos próprios acampados e assentados, para se referir aos sujeitos e ou as famílias que participam da luta pela terra, sem ter que residir no acampamento e de acordo com os moradores do acampamento, os andorinhas não passam pelo sofrimento de ficar de baixo da lona, como os outros. Temos percebido que durante os anos do chamado Neodesenvolvimentismo (governos do PT), com uma menor capacidade de atração de pessoas para os acampamentos essa forma contribuiu para a manutenção da *luta pela terra*, agora em 2015 com o crescente desemprego, o fim de um ciclo econômico e a desaceleração da economia, os chamados andorinhas, tendem a diminuir nos acampamentos.

[105] Militante e membro da direção estadual do MST no Mato Grosso do Sul, falecido em 2010.

mudou para o novo acampamento que surgiu no Paraná, em Icaraíma, a poucos quilômetros dali[106]. Tinha atravessado a divisa em busca de *fazer* carteira de motorista, já que é mais *barato* e *fácil* que no Paraná.

Ao chegar no Antonio Irmão Brasiguaio, como já era a segunda no acampamento, conhecia um pouco melhor as pessoas. Seu Zé pediu que procurasse Guardinha para que me arrumasse um barraco onde ficar[107].

Guardinha é uma liderança no acampamento, seu irmão é assentado na região e ele veio do Paraná para ajudar na arrecadação de comida para os novos acampados, acabou *gostando* e se envolveu na *luta,* montou seu barraco, vizinho ao de Marlene e agora formam um casal, companheiros agora, os dois se mudaram para o barraco de Marlene (Lena). Como o barraco do Guardinha estava vazio, ele ali cedeu o espaço para que quando vem alguém da "direção" ou visita, possa se instalar por ali. O fato de existir um barraco reserva, revela que o acampamento é um ponto estratégico importante na luta por reforma na região Sul do estado. Como me instalei ali, fui questionado pelos moradores se eu era da "direção".

O sucesso de algum parente na reforma agrária é sempre um incentivo aos outros. Nos dias que estive ali, Lena recebeu a visita de sua mãe, dona Maria, ela é assentada no Projeto de Assentamento Maria Auxiliadora em Iguatemi-MS. Lena viu no exemplo da mãe a oportunidade de buscar no acampamento um futuro melhor para o filho e a neta. Enquanto a terra "não sai" eles ficam com a dona Maria no Assentamento Auxiliadora, como é conhecido na região.

Desde a minha última estada ali as coisas haviam mudado na região, a luta dos brasiguaios havia ganhado um novo capítulo com a criação do novo acampamento na divisa, nos mesmos dias que chegará ao MS as notícias davam conta que:

> Durante os últimos cinco dias, centenas de famílias acampadas de Mato Grosso do Sul estiveram no município de Japorã (MS), distrito de Jacareí, para trabalharem a organização do maior acampamento do estado, que começou com cerca de 300 famílias no início de abril e hoje já passa de 1.500 (...)Para Jonas Carlos, o acampamento será um marco na história do Movimento, pois além de ser o maior de Mato Grosso do Sul e resgatar a história de luta dos Brasiguaios, ele também consolida a luta pela Reforma Agrária Popular como forma de geração de renda e sustento familiar (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2015)

Com o surgimento do acampamento novo, a discussão no Antônio Irmão Brasiguaio era a de se deveria ou não se juntar a luta nesse novo espaço, que dista mais ou menos 70 km. Permaneci até mais tarde conversando em um dos espaços de socialização do acampamento que é o *mercadinho.* Esse espaço é um local de sociabilidade, mas antes ainda é um espaço para comprar gêneros alimentícios. Nesse existe uma mesa de sinuca, que nos dias que estive ali somente pude ver homens jogando. Ele está aberto apenas nos fins de semana e durante o dia, já nas noites é possível ver ele aberto por ter um gerador "tocado" a óleo que fornece energia, ele abre apenas por uma ou duas horas e ali os moradores recorrem para doces,

[106] O acampamento São Francisco fica no Estado do Paraná, nele, um grupo de famílias que saiu do Antonio Irmão está acampada. Segundo informações que pude levantar foram 20 famílias, dois grupos (cada grupo no Antonio Irmão tem 10 famílias).
[107] José de Oliveira, entrevistado no primeiro trabalho de campo.

fósforos, cigarros e gêneros de primeira necessidade. O lucro do mercado é usado para financiar despesas do acampamento com deslocamentos para participar de mobilizações. Por outro lado, também ele cumpre a função de evitar que eles tenham que se deslocar até a cidade de Itaquiraí ou Navirai, e como o trabalho fora do acampamento gera alguma renda, ali mesmo pode ser gasto para manutenção das famílias.

Guardinha, que era meu anfitrião, era quem atendia o mercado e também dono do gerador que fornece energia ao espaço. Ali também percebi que estava acontecendo uma discussão em torno de ir ou não ao novo acampamento, a posição de não ir era da maioria.

A discussão que podia mudar as suas vidas, devido a essa mudança gerava "fofocas", e elas são instrumentos de defesa quando não se tem decidido pela maioria o que seria feito. Para Barra (2007):

> [...] teoricamente o sistema da *organicidade* deveria proporcionar que todos, participando de reuniões de setores ou do próprio núcleo, colocassem suas opiniões e discutissem sobre as regras e projetos para o acampamento. Porém, a forma como esta é posta em prática gera problemas a partir do momento em que conversar fora das reuniões significa *picuinha* (fofoca), mas, nos espaços reservados para as discussões, os que falam são poucos, e o fazem com tanta propriedade que inibem outras manifestações. (Barra, 2007).

Além da discussão e disputa em relação a se fusionar ou não com outro acampamento, outra questão que prendia a atenção dos acampados nesse momento era a *atividade,* a organização de uma marcha para a capital do estado. No assentamento ocorrem reuniões dominicais, onde além da execução do *hino do movimento,* são repassados os avisos e encaminhamentos necessários, como a marcha estava prevista, a reunião de domingo que participei, primeiro com o grupo onde participam Lena e Guardinha, e depois o grupo onde participam o Celso e o Zé, discutiam sobre quem participaria da *atividade.*

Assim como outra *atividade* ela faz parte dos *compromissos e obrigações dos acampados.* Para Loera a participação em atividades do MST, fazem parte, "para alguns acampados e assentados, de um *compromisso* ou uma *obrigação,* de uma troca que tem de ser feita com o *movimento"* (2006). O *compromisso* de uma obrigação moral, já que o é pelo movimento que essas pessoas têm a chance de ter um pedaço de terra, e a *obrigação* provem de uma necessidade pragmática, ou seja, tem de cumprir com a organização, precisa fazer massa.

Seu Zé apresentava a preocupação de ter pouco tempo para se organizar:

> Sabe moço, tão montando a marcha pra Campo Grande, mas deram pouco tempo né, e a gente tem aquela obrigação, mas agora pegaram a gente no contra pé. Daqui vão 40 pessoas, mas no mínimo temos de ter mil real né, você que tá no mundão sabe, no mínimo um quatrocentão tem de ter ali. Vamos fazer essa marcha porque ta tudo travado né, tudo parado, tamo aqui a 6 pra 7 ano.

A marcha em questão era a mobilização que iam realizar o MST, a CUT e as lideranças indígenas Guarani-Kaiowa, contra os ajustes econômicos.

Em poucos dias a notícia da marcha que seu Zé ajudará a organizar era notícia.

> Na manhã desta terça-feira (5) estiveram reunidos na Praça Ari Coelho, centro da capital, líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de MS (MST/MS), da Central Única dos

> Trabalhadores (CUT/MS), liderança do movimento indígena Guarani-Kaiowá e trabalhadores. Uma das reivindicações é nomeação imediata um novo superintendente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), também o posicionamento contrário à Projeto de Lei 4.330 (Schmidt, 2015)

Celso, a quem já fiz referência anteriormente, comenta que a formação de um novo acampamento é um momento importante: "Temos de pressionar né, sempre sai um acampamento grande ele acaba ajudando os mais antigos né, quando a gente veio pra cá ajudamos a criar o Santo Antônio aqui perto, agora esse novo acampamento vai ajudar a gente né".

Para Brenneisen (2004) que entrevistou lideranças estaduais do MST no Paraná, o processo de assentamento seleciona as pessoas, o oportunista não resiste tanto tempo de sofrimento, "só resiste aquele que tem realmente necessidade e aquele que ideologicamente entende que o futuro é esse, o tempo vai selecionando, além disso o tempo de acampamento serve para evolução da consciência" (Brenneisen, 2004).

Celso, cumpre ao mesmo tempo dois papeis, é visto e reconhecido como militante e como dirigente, categorias que só existem na prática, em situação, são contextuais.

Segundo Barra (2007), o papel que cumpre depende da posição que ocupa na organização e no momento do acampamento:

> O que é ser sem-terra, acampado ou militante, não está dado e nem mesmo pode ser definido de maneira genérica e homogênea, como os próprios dirigentes do MST gostariam. Apesar dos termos guardarem em si um significado em muito ligado a funções e atividades a serem desempenhadas, na prática, eles se modificam (Barra, 2007).

Eu mesmo, no acampamento cheguei a ser confundido com militante. Uma das acampadas um dia me disse:

"Você parece militante", e me explicou que por causa principalmente da minha aparência (sulista), a forma como me vestia e falava, e principalmente por estar "hospedado" no barraco destinado aos dirigentes, a forma como me inseri na comunidade eram os principais sinais, para ser reconhecido como militante. Ela pensava que eu estava ali pelo fato de "estar havendo uma disputa entre os *militantes* e os *acampados",* essa disputa era pelo surgimento do novo acampamento e os rumores de transferência do Antônio Irmão para lá. Então recorrendo a Barra (2007) encontramos: "A divergência destes projetos de vida gera uma separação, um distanciamento que ocorre ao produzir-se o Outro, o acampado e o militante em detrimento da então proclamada identidade uniforme e nacional de *sem-terra"* (Barra, 2007).

Para a autora, as disputas nos acampamentos e também nos assentamos revelam uma disputa maior:

> As disputas que se colocam em torno dos projetos de assentamento definem um debate mais profundo por um projeto de MST: o que está em disputa é o próprio modelo de movimento (Barra, 2007).

Talvez o que está em jogo, ao me identificarem enquanto militante que aparece no momento de uma situação de disputa no acampamento, é justamente a legitimidade de um modelo de movimento que

os afasta de um projeto de vida pelo qual estão lutando.

3.4 O "racha"

A continuação relato brevemente uma situação de disputa e confronto acontecida na região, em 2010 em território paraguaio, na localidade conhecida como Santa Teresa, que é distrito de Caazapá e que permite pensar justamente na existência de uma disputa mais ampla por um modelo de movimento no contexto da conformação de novos grupos e acampamentos nesse mundo dos movimentos sociais.

Em torno de 30 famílias de origem brasileira haviam sido expulsas de Santa Teresa no Paraguai, da colônia "Laterza", localizada a 90 quilômetros da fronteira com o Brasil. Com o trabalho de base realizado pelo MST essas famílias foram convidadas para acampar no Antonio brasiguaio. Esse grupo ficou identificado por outros agricultores como "os gaúchos", formando-se assim um "um grupo dentro de um grupo". Segundo Barra (2007) é no contexto de estabelecimento de posições e funções no acampamento que "inicia-se a formação de grupos diferenciados, aproximando cada vez mais o *acampado* de um '*outsider*'" (Barra, 2007).

Seu Zé (José Carlos) que apresentamos anteriormente relata: "então vieram os gaúchos, ai eles naquele jeitão deles, você sabe como é né?" Ele se referia a forma no *trato* interpessoal, o que propiciou que, nas palavras dele "não deu liga"[108]. Na mesma época ocorria outro problema na região que resultaria na existência de lotes vazios no assentamento Santo Antonio, e como solução aos desentendimentos com esse grupo, foi proposto INCRA que os "gaúchos", que chegaram por último, ocupassem esses lotes[109].

Esse acontecimento nos recorda a Elias (2000) e a formação de grupos diferenciados. Esse novo grupo *acampado* foi visto como "*outsider*", que no estudo original era representado por dois grupos que mantinham relações conflituosas, residentes na mesma cidade. Um grupo, reconhecido como *establishment* local, exclusivamente pelo critério de antiguidade, o outro composto por moradores novos, reconhecidos como "*outsiders*".

Os recém-chegados em 2010 estavam no acampamento na época de uma reportagem realizada pela rede globo de televisão, e segundo versões de outros agricultores, foram eles os que mais apareceram na reportagem[110]. Os "gaúchos", acabaram indo para o assentamento Santo Antônio que é vizinho ao acampamento Antonio Irmão e hoje são assentados.

---

[108] José Carlos foi o indicado para me receber na primeira vez que fui no acampamento como "o homem que gostava e sabia contar a história dos brasiguaios".

[109] Uma operação da Polícia Federal batizada de "Tellus", gerou um processo que ainda tramita na Justiça Federal, nela se identificou irregularidades no processo de Reforma Agrária na região sob jurisdição da Unidade Avançada do Incra de Dourados-MS.

[110] No dia 18 de julho de 2010 o programa Globo Rural da rede globo de televisão apresentou a reportagem "Brasiguaios acampados em Mato Grosso do Sul vivem em situação precária". A reportagem que foi produzida pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz da TV Morena, afiliada da rede globo no Mato Grosso do Sul, foi produzida depois que muitas famílias deixaram o Paraguai e se instalaram no acampamento Antonio Irmão. Tive contato com a reportagem alguns dias depois quando buscava notícias sobre a situação dos agricultores na fronteira. A reportagem ainda se encontra disponível na internet, o vídeo que foi ao ar esta separado em 3 partes e entrevista os agricultores no acampamento. No trabalho de campo encontrei alguns dos entrevistados que confirmam que a reportagem foi fiel a realidade de penúria vivida por eles em 2010.

Iniciativa parecida encontramos no site do INCRA hoje: "Abertas inscrições para lotes vagos em assentamentos do Rio Grande do Sul", o texto da notícia explica:

> Desde esta quarta-feira (14) até o próximo dia 15 de novembro, estão abertas as inscrições para 70 lotes vagos em 30 assentamentos do Rio Grande do Sul. Podem concorrer acampados com cadastro atualizado no INCRA/RS, beneficiários que passaram por dissolução de união estável (reconduzidos), candidatos que firmaram acordo de desocupação com o INCRA em processos de retomada de lote (desocupantes), filhos de assentados em condição regular, além de agregados que trabalhem e residam com famílias dos assentamentos (INCRA, 2015).

Essa forma de seleção choca-se com a "forma acampamento" (Sigaud, 2000), já que abre a possibilidade de ir "direto" ao assentamento sem passar pelo acampamento, porém também serve como forma complementar de luta pela reforma agrária, já que como no caso do *racha* do acampamento Antônio Irmão serviu para dirimir conflitos possíveis, promovendo o assentamento daqueles que não se importam em ser assentados em outras comunidades, o que lhe interessa é o acesso à terra. Conforme Barra:

> Há práticas culturais distintas em contato no *Movimento*: os *acampados* que visam o estabelecimento de uma condição de vida mais digna a partir do uso e posse da terra enquanto a visão dos *militantes* centra-se na possibilidade da transformação social, na construção de um projeto de nação a partir de uma forma específica de organização e divisão do trabalho entre os assentados. Essas práticas, como em qualquer situação, influenciam-se e modificam-se, agregando valores e ressignificando termos, como a própria noção do que é ser acampado, militante, sem-terra e o que é o próprio MST (Barra, 2007).

Justamente a dificuldade de pensar "campesinato x trabalhadores rurais sem-terra" reside aqui. A pesquisadora Camila Barra chegou a essas inquietações ao entrevistar o dirigente do MST Delwek Matheus

> Em conversa com o autor do projeto da *Comuna da Terra*, Delwek Matheus, ele comentou que o MST estava preocupado em realizar novas discussões sobre campesinato e ressaltar que os *sem-terra* são trabalhadores rurais e não camponeses, pois a propriedade não pode ser o foco do grupo. Segundo os dirigentes, grande parte dos problemas e conflitos gerados nos acampamentos fundamentam-se nessas "características individualistas" dos sujeitos que vão para as ocupações com o objetivo da posse da terra, enquanto a proposta de assentamento do *Movimento* baseia-se na organização em cooperativas (Barra, 2007).

O episódio relatado acima demonstra a dificuldade de se construir uma "identidade" *sem-terra* como desejada pelo MST. José de Souza Martins coloca a residualidade dessas populações como o maior obstáculo para a construção de uma identificação entre os sujeitos

> Na reserva de terras para uso coletivo, na obrigatoriedade da coparticipação em certas atividades e em certas opções também coletivas, na criação de superestruturas ideológicas e políticas baseadas em valores comunitários e coletivos (...) Por não serem comunidades autênticas, essas comunidades residuais tornam-se vulneráveis justamente no estarem abertas ao estranho, na motivação limitada da busca de terra que não chega a constituir um filtro poderoso de identificação ou de afirmação de identidade (MartinS, 2003).

O racha ocorrido no acampamento mostra justamente essa dificuldade em construir uma identidade como a desejada pela MST, um dos obstáculos deriva justamente no desejo de muitas das famílias, que optam pelos acampamentos como forma de acesso a um lote de terra, de ganhar autonomia, mesmo que relativa, uma ideia-força que encontramos no mundo rural ou camponês no Brasil. Essa

autonomia como já mostrou Wolf (1970) leva à construção de associações temporárias até se atingir o objetivo, que nesse caso é a *conquista* da terra, uma vez esse objetivo alcançado, a única coisa que pode manter a comunidade ligada de alguma forma é a existência de *obrigações* com o movimento.

A necessidade de se construir uma identidade na *luta* leva aos militantes a impor um modelo, uma ideologia que não necessariamente conforma uma ideologia do trabalhador, assim o choque de projetos acaba ficando evidente em situações de acampamento e assentamento. O papel da mística, da organização e participação em atividades tem o papel de cativar o agricultor, isso se faz presente pelo trabalho de base, e também pelo consequente ganho de consciência, mas que não garante naturalmente a adoção imediata desse projeto, pois como lembrou Martins (2003), essas comunidades carregam a residualidade pelos anos de exclusão a qual foram submetidas.

Porém é necessário construir a identidade *na luta* e isso só pode ser feito com organização e a organização só pode vir do trabalho de base. Não se pode esperar do Estado a resolução da pobreza no campo. O discurso da identidade brasiguaia é legitimo e necessário para dar visibilidade a esses *marginais* que vivem na fronteira, uma fronteira que é muito mais que uma linha entre dois países, mas uma linha imaginária entre ter cidadania, dignidade e o mais importante para um agricultor; a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de expor algumas constatações que tive durante essa caminhada, gostaria de reforçar que tudo que foi exposto aqui, foi de um lado toda a experiência de minha vida, elas se fizeram em etapas: a primeira, de agricultor camponês, estudante de escola agrotécnica, extensionista rural, técnico no INCRA, acadêmico e autodidata. A formação da minha subjetividade seguiu uma linha, até o momento que ingressei na pós-graduação *stricto sensu*. Nesse momento uma segunda etapa iniciou: a da formação teórica acadêmica e crítica. Isto é resultado das aulas, do intercâmbio e do contato com os colegas do mestrado, na UFPR, UNESP, ENFF, PUCPR, CIESAS e UAM-X, foram nesses espaços onde tudo o que vivi na prática procurei atualizar teoricamente.

Gostaria de iniciar com um paradoxo: como um alguém que saiu do campo pode descrever o "não fim" de algo a que nem mesmo ele conseguiu escapar? Partindo do pressuposto aprendido nesse mestrado da realidade construída, da realidade processual e não estática, haveria a necessidade de condições, de pontes para o futuro, essa ponte pode ser a reforma agrária. Ela deveria ser uma prioridade para o desenvolvimento do nosso país. Algumas razões para a sua não implementação começam pela nossa incapacidade de aceitar a realidade do campo, além do erro na insistência em um modelo da modernidade que falhou, seguindo-se a constatação de que a agricultura baseada em petróleo vai acabar. A luta por se preservar as estruturas dadas remete ao medo da mudança, como um dique que detêm o desenvolvimento verdadeiro. Aqui aparece como central a questão da educação, pois ela seria capaz de mudar o quadro atual que caminha para a barbárie: Necessitamos transcender. Do contrário a crise civilizacional que vivemos o fará (Bartra, 2014).

No mundo 800 milhões de pessoas não tem acesso adequado à comida, havendo, ainda, um bilhão de pessoas com outro tipo de fome, a nutricional. Temos um bilhão de pessoas que comem, mas estão desnutridas, ou seja, quase um terço da humanidade está mal nutrida. A perda do conhecimento tradicional é o triunfo do sistema industrial, a ruína agrária é o alicerce do agronegócio. Isso faz parte de uma constatação, a objetividade são os dados, a subjetividade como os encaramos, e elas têm sido formadas pelo poder do monopólio radical da modernidade canalha. O barco "afunda e a banda continua tocando" (Coloquio 30 Anõs del Posgrado em Desarrollo Rural, 2014).

O campesinato é mais antigo que o proletariado, o último conta com uma proteção legal (apesar de explorado), a classe operaria é a "galinha de ovos" da burguesia, a sua continuidade está garantida, a do campesinato não, proteger ele, seria proteger a vida. Minha conclusão é que esse "campesinato do capital" tem algumas características que o contrapõem ao proletariado, ou à "agricultura familiar".

a) Campesinato

Essa unidade *grotesca, unidade do diverso* foi o tema do capitulo primeiro, logo vamos fazer algumas considerações sobre "Os novos camponeses", será que eles podem ser um paradigma para iluminar

alguma utopia?

Observando empiricamente em uma série de oportunidades, poderia destacar algumas características dos camponeses nessa virada de século.

Amanheceram utópicos, estão em marcha, estão em movimento; eles têm uma racionalidade, um modo de vida que não poder ser medido usando ferramentas oriundas da "ciência", a estandardização das ciências foi a culpada pelo esgotamento do paradigma camponês. Do outro lado, os próprios movimentos sociais têm alguma dificuldade em aceitar esse modo. Trata-se de quimeras, essa unidade do diverso que fornecem vantagens comparativas múltiplas, e que são por natureza agroecológicos. A definição que hoje escutamos do *buen vivir* é a descrição do que os camponeses fazem ao trabalhar em sua milpa/roça de capoeira, a harmonia dos elementos.

Historicamente vivem o policultivo, da mente inclusive. Mantém a unicidade da vida, de modo que não se pode definir onde termina a produção e começa a reprodução, e "nós", acadêmicos, tentamos mensurar isso com censos e pesquisas. A profundidade histórica está presente em todas as esferas da sua vida. Na dimensão espiritual, os mortos também vivem no campo, tudo interligado com os astros e as fases lunares. Por último o preço, o lucro não é o que define em última estância a vida de um camponês, e sim o bem-estar, é por este motivo que tantas vezes são chamados de conservadores.

As ameaças que põe em extinção essa parcela da população, na qual incluímos os indígenas, os camponeses e as populações afrodescendentes da América Latina, são na realidade voracidade capitalista em busca bens comunais, orgânicos e inorgânicos. As relações assimétricas a que estão submetidos, vendem barato e compram caro, pois quando dependem do mercado de dinheiro recorrem aos bancos e aos atravessadores. As tecnologias capitalistas não são adequadas às suas necessidades, e ao adotá-las os povos acabam sendo envolvidos em tramas onde se desintegra a sua racionalidade, seguindo-se o despojo territorial.

A fase atual do capitalismo é marcada pela acumulação por espoliação (Harvey, 2004), e nela o capital tenta controlar em primeiro lugar as terras, águas e climas para controlar o negócio da comida, duas coisas inflexíveis, levando às "guerras da fome", onde explorando como uma renda qualquer, se joga com a escassez, sem contar a crise climática que vivemos e sendo agravada gradativamente com a dominação territorial pelo modelo do agronegócio que, como solução à crise que causa, oferece modelos de pagamentos por serviços ambientais que privam ainda mais as populações locais de suas formas de vida. A ideia é sempre criar mais consumidores.

O empobrecimento do campesinato não é natural, ele é processual, a negação da cultura (incluída a economia) se faz de forma violenta. Objetivamente se faz pela dominação dos mercados onde os agricultores necessitem comprar ou vender e, subjetivamente, pela disseminação de que eles seriam atrasados perante uma cultura e valores urbanos. Vejamos o exemplo do México.

O povo mexicano tem uma história, ou melhor, sua cultura, associada com a comida, um conhecimento milenar. Não existe como pensar no *homem de maiz* sem imaginar sua comida. O país que

já foi um país autossuficiente (segurança alimentar) e inclusive exportou alguns produtos como o trigo, berço da revolução verde, hoje importa 50% de sua comida, comida *chatarra*[111] e vê destruída sua soberania alimentar ao ter os índices de sobrepeso da ordem de 70% (Ciclo de Conferencias 1, 2014). O México assinou o acordo de livre comércio em 1994, o país abriu suas fronteiras para os produtos dos EUA e do Canadá, ao troco ofereceu sua mão de obra barata e camponesa nas maquilas e nas *fronteiras,* mesmo sem perder sua identidade, como no caso de organizações binacionais como a FIOB[112]. Essas constatações vêm da experiência de ter cursado o módulo "subordinación y alternativas de desarrollo rural" no México, ali pudemos realizar um estudo sistemático e um final com um trabalho de vivência em campo na Sierra Norte de Puebla, para compreender como a atuação do Capital com o Estado na articulação de políticas públicas para piorar a vida da população local.

No Brasil temos uma ideia equivocada de que o camponês é somente "rural", e que o país deixou de ser "rural", sendo agora um país urbano. Deste modo, mesmo as cidades que vivem da agricultura ou pequenos são consideradas urbanas[113]. Em seguida, apoiada nessa dicotomia, a marginalização da população do campo se faz pelo baixo nível de atendimento do Estado em relação às suas necessidades básicas e grande incentivo de todas as ordens ao modelo do agronegócio.

b) *Modernização e busca da terra de trabalho*

A modernização na base técnica da agricultura fez aumentar a concentração de terras por um lado, e por outro, fez incrementar os números do desemprego. Essa massa de trabalhadores camponeses tinha dois caminhos: a cidade como proletários, onde 70% dos territórios urbanos da América Latina são locais informais, onde não há cidade Vigliecca (2015) e sendo o outro caminho a organização em movimentos sociais voltada a demandar terra para trabalhar e viver.

Na região que compreende a porção Leste do Paraná e o Cone Sul do Mato Grosso do Sul convergiram dois grandes movimentos; o primeiro foi a vinda de *migrantes* do Nordeste e outra frente que vinha do Sul. Na mesma época, no Paraguai, acontecia uma marcha para o Leste, os dois países comungavam no pós Segunda Guerra de um *pan-americanismo* e a Missão Cultural Brasileira no Paraguai

---

[111] *Chatarra* é o mesmo que *junk food,* são as comidas ultra processadas, ricas e açucares, saís e condimentos. O resultado dessa alimentação é que a pessoa tende a ficar obesa ao mesmo tempo em que está desnutrida. Norman Borlaug considerado o pai da revolução verde, desenvolveu pesquisas no México a partir dos anos 50 do século passado, com apoio da fundação Ford os seus trabalhos resultaras na variedade de trigo anão. Com isso a produção do país aumentou, tornando-se exportador, esse é considerado o marco inicial do que ficou conhecida a revolução verde.

[112] São empresas instaladas em países com mão de obra barata, o produto final é exportado ao país de origem do capital ou a outros, mas não consumido pelo produtor. Depois de 1994 com a assinatura do NAFTA o México foi destino de muitas maquiladoras americanas. Hoje observamos esse fenômeno no Paraguai com relação a empresas de capital brasileiro.

[113] Vivi durante 6 anos em Matos Costa-SC, região da Guerra do Contestado, ali segundo o IBGE vivem 2808 pessoas, o sitio "urbano" continha segundo meus cálculos não mais que 600 residências, o único empregador era o setor público, e os demais viviam da agricultura, mesmo assim era considerada um município com 60% da população urbana, para uma extensão de 420 km².

preparava o terreno para três levas principais de atração de brasileiros[114]. A primeira foi a de grandes compras de terras por investidores brasileiros, a segunda a atração de trabalhadores que formavam um campesinato de fronteira, os que iam desmatar e *amassar a terra* e por fim a reprodução do campesinato de "colonos" *sulistas* que foi a terceira corrente. Lembremos que a construção da Usina de Itaipu ia alterar não somente a paisagem, mas também a dinâmica social, e tudo isso acontecia a despeito de uma sociedade indígena Guarani.

A precariedade no acesso à terra no Brasil fez surgir nos anos 50/60 formas de mobilização no campo, essas formas visavam melhores condições de trabalho como no caso das ligas camponesas, que buscavam por terra na forma da lei. Como exemplos, tem-se o caso das invasões no Rio Grande do Sul, que foram reprimidas na ditadura militar e ressurgido com a "reabertura" democrática do país nos anos 1980, e a institucionalização da *forma acampamento* através da *forma movimento*.

Com a introdução da Soja e a adoção de cultivos mecanizados novamente os agricultores com menor poder econômico começaram a *sobrar*. No Brasil por essa época estava acontecendo uma abertura democrática e a expectativa do lançamento de um plano nacional de reforma agrária. O MST acabara de se organizar e os agricultores decidiram regressar em massa, com um discurso que os diferenciava, eram binacionais e revindicavam seus direitos no Brasil, que segundo eles haviam sido violados no passado.

A própria categoria "sem-terra", como demonstra Rosa (2009a), é uma categoria historicamente construída, e que não existe como categoria autônoma em relação ao Estado. Surge no Rio Grande do Sul, no contexto do governo Brizola (1959-1963), com o sentido de orientar políticas de governo para pequenos agricultores, tendo sido apropriada e seu significado modificado depois por movimentos e organizações de trabalhadores rurais. No entanto, foi o MST o movimento que "consagrou a categoria social sem-terra" como uma forma social de reconhecimento público (Rosa, 2009a).

O retorno dos agricultores que usaram como arma o discurso da identidade *brasiguaia* ajudou a consolidar a forma *acampamento*. No trabalho de campo, ocasião onde a professora Cleide faz a diferenciação entre a *invasão* e *ocupação,* percebemos a legitimidade geradora de uma *mobilização* organizada. Uma das constatações é a inexistência de ocupações no Paraná sob a "identidade de projeto" (Castels, 2002), diferente do que percebemos no Mato Grosso do Sul. Porém isso não nega o fato de encontramos muitos agricultores que estiveram no Paraguai durante muitos anos, mas não acionaram esse papel, como já explicou Lane (1984) somos também ocultação.

Esses agricultores na fronteira estão muito mais envolvidos na sua dinâmica que simplesmente entre dois Estados Nacionais, eles circulam e estão hoje na fronteira entre ser "sem" ou "com" terra, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma territorialidade através do acampamento que escapa às

[114] Esta Missão teve suas funções e objetivos sistematizados num acordo assinado em 1952 e esteve em vigor até 1974. Sua ideia inicial era organizar cursos de português, cooperar com a Universidade Nacional de Assunção e desenvolver projetos educacionais de intercâmbio, porém logo tomou grandes proporções.

determinações de uma base legal, já que são marginais, fora da "lei".

c) Brasiguaios

A entrada e saída de brasileiros do Paraguai revelam duas questões: uma *agrária* e outra *agrícola.* É importante diferenciar, como alerta José Graziano da Silva, que:

> A questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma forma que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária (Graziano da Silva, 1980).

Podemos perceber baseados nas análises de Graziano, que a migração de brasileiros que hoje conduzem o agronegócio no Paraguai são a face visível da questão agrícola (como se produz). De outro lado estão os brasiguaios, que são os sujeitos, junto com os camponeses e populações indígenas, da questão agrária (onde se produz).

O primeiro trabalho de campo serviu para se desfazer as generalizações que tinha imaginado quando planejei estudar a questão brasiguaia: a multiplicidade de trajetórias pessoais e familiares, o 'abandono' dos lotes e do município de Novo Horizonte do Sul, a ligação da reforma agrária paraguaia com a brasileira e os rachas no acampamento Antonio Irmão desafiavam a identidade única e situacional.

A identidade transnacional está longe de ser homogênea, mas sim uma rede entrelaçada de complexos significados simbólicos que reorganizam a compreensão do que é a fronteira, e isso ficou claro no trabalho de campo realizado em Novo Horizonte do Sul, foi ali, pela primeira vez, que existiu uma demanda de terra baseada no discurso da identidade (Sprandel, 1992). Buscando compreender a espiralidade da luta e a formação de novos acampamentos, percebemos que o termo brasiguaio voltou a ser usado depois de 1990 em poucos materiais acadêmicos e novamente retomado com o surgimento do acampamento em Itaquiraí. O acampamento que foi organizado inicialmente sem levar em consideração o termo *brasiguaio,* depois que recebeu uma leva considerável de agricultores do Paraguai, acrescentou ao seu nome o adjetivo.

A história do acampamento está prestes a ganhar outro capítulo, como as famílias ofereceram resistência em se juntarem ao novo acampamento (Japorã), surgiu recentemente a 'proposta' de irem se juntar ao acampamento novo (surgido em agosto de 2015) na região de Nova Andradina-MS. Ou seja, sua história continua em movimento, como disse Celso, reconhecendo que estão em uma situação de passagem, ao se referir ao acampar na beira da Estrada.

Bourdieu (2011) observou que os objetos comuns das da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem 'realidades que se tornam notadas', os investigadores tomam como objeto os problemas relativos a populações mais ou menos arbitrariamente delimitadas, obtidas por divisões sucessivas de uma categoria ela própria pré-construída, "a primeira urgência, nestes casos, seria tomar para objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: é ai que está o verdadeiro

ponto de ruptura" (Bourdieu, 2011). Assim reconhecemos que ao adotar como tema a esse capítulo a história dos brasiguaios, "velhos" e "novos", acrescentamos uma complexidade que inicialmente se pretendia ser o diferencial de uma pesquisa sobre um acampamento 'normal', ou seja, estamos observando uma "categoria dentro de uma categoria": o brasiguaio dentro da categoria sem-terra.

Inicialmente imaginávamos que encontraríamos os expropriados de Itaipu, isso não ocorreu diretamente, não conseguimos nesse pequeno universo, que foi Novo Horizonte do Sul e o Antonio Irmão encontrar pessoas que estiveram diretamente envolvidas com Itaipu.

A fronteira que percebemos nas entrevistas e andanças na região apareceram de diversas formas, desde a fronteira física, as fronteiras de nacionalidade, e as fronteiras entre ser "sem-terra", acampado, militante, dirigente, Guaranis e etc.

Conseguimos sim confirmar uma hipótese inicial; a questão brasiguaia não está resolvida. Identificamos nesse momento um grande fluxo de 'retorno', a subida do dólar fez com que o movimento de compras de brasileiros do lado paraguaio diminuísse muito, com isso muitas famílias que tinham uma ou duas pessoas empregadas perderam seu trabalho, sendo agora desempregados e ex-agricultores que vão buscar na *reforma* uma oportunidade de recriação. E os acampamentos se conformam assim de uma diversidade heterogênea de famílias e projetos de luta.

A identidade brasiguaia é uma identidade de projeto (Castels, 1999), uma identidade politizada (Gimenéz, 2007), ou seja, ela é relacional (Brubaker, 2001), os territórios podem estar em movimento, pois a sua plasticidade (Thomaz, 2009) é garantida pela mobilidade das pessoas, ao cumprirem papéis sociais, alteram e são alterados pelo meio. O MST vem construindo o seu espaço político na conflitualidade, gerando saberes e esperanças num refazer-se contínuo. Como nos coloca Thompson (1981, 1987), a classe trabalhadora não pode ser analisada como uma estrutura, como uma categoria estática, mas como uma formação social e cultural em movimento que também alteram os territórios e se movimentam com ele, delineando novas fronteiras. Assim não podemos entender o MST e os camponeses latino-americanos dentro de uma estrutura determinada, mas sim num processo contínuo do fazer-se na luta, onde os sujeitos desse processo elaboram as mais diferentes formas de resistência.

REFERÊNCIAS

Albuquerque JL (2005). Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai. Tese de doutorado. Fortaleza: Programa de pós-graduação em sociologia, Universidade Federal de Ceará.

Almeida MWB (2007). Narrativas agrárias e a morte do campesinato. Ruris, 1(2): 157-188.

Almeida RA (2003). Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese de doutorado. Presidente Prudente: FCT/UNESP.

Alves BJP, Gotlib J (2009). Momentos inaugurais da reforma agrária: Brasil e África do Sul. Revista IDeAS, 3(1): 30-53.

Apelo dos Brasiguaios (1992). Documento assinado pelos "Brasiguaios". Amambaí, MS.

Appadurai A (1996). As Dimensões Culturais da Globalização: A modernidade sem Peias. Lisboa: Editorial Teorema.

Araghi F (2009). The invisible hand and the visible foot: peasants, dispossession and globalization. London: Routledge.

Balandier G (1997). A desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Baller L (2014). Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). Tese de doutorado. Dourados: UFGD.

Barra CS (2007). Mario Lago encontra Terra sem males: a produção do outro em acampamentos sem-terra. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP.

Barth F (1998). Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. São Paulo: UNESP. 132-177.

Bartra A (2008). Fin de fiesta: el fantasma del hambre recorre el mundo. Argumentos, 1(2): 171-192.

Bartra A (2013). Os novos camponeses: São Paulo. Vozes do campo: Unesp.

Bartra A (2014). Hambre y carnaval. Cidade do México: Universidad Autonoma Metropolitana.

Belo DC, Pedlowski MA (2014a). Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem-terra. Presidente Prudente: NERA/UNESP.

Belo DC, Pedlowski MA (2014b). Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem-terra. Revista NERA, 17(24): 71-85.

Bengoa J (1979). Economía campesina y acumulación capitalista. In: DESCO. Economia campesina. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo. 245-272.

Bergold RC (2014). A reforma agrária e a revisão da propriedade capitalista. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Direito. Curitiba: PUCPR.

Bernstein H (2011). Dinâmicas de classe da mudança agrária. São Paulo: Editora Unesp.

Borges A (2014). Terra. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA. 431-441.

Borges JL (2002). O livro dos seres imaginários. São Paulo: Editora Globo.

Bourdieu P (1998). Questões de sociologia. Tradução. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: MarcoZero.

Bourdieu P (2011). A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.

Braudel F (1984). O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe I. Lisboa: Martins Fontes.

Brenneisen EC (1994a). Lutas pela terra no Oeste Paranaense do movimento ao assentamento: limites e contradições de um projeto coletivo de produção. Dissertação de mestrado. São Paulo; Pontifícia Universidade Católica.

Brenneisen EC (1994b). Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Ediunioeste.

Brubaker R, Cooper F (2001). Além da identidade. Teoria e Sociedade, California/los Angeles/ Michigan, 29 : 1-47.

Brum, J. Argemiro. O desenvolvimento econômico do Brasileiro. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

Caldart RS (2000). Pedagogia do Movimento Sem-terra. Petrópolis: Vozes.

Cardoso CFS (1987). Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas., Brasiliense, São Paulo.

Carmo M (2012). Confronto deixa policiais e sem-terra mortos no Paraguai. Disponível em < ttp://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120615_paraguai_mortes_mc.shtml> Acesso em 03 de fevereiro de 2015

Carneiro MJ (2008). "Rural" como categoria de pensamento. In: Ruris, Campinas, v 2, número 1: Campinas.

Carta à Populaçâo (1985). Documento assinado pelos "Brasiguaios acampados em Mundo Novo". Mundo Novo, 21/06/85.

Carvalho MLB (2013). Das terras dos índios a índios sem-terras. O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta, de 2013.

Castells M (1991). O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra.

Catani AM (1999). O que é capitalismo. São Paulo: Brasiliense.

Ciclo de Conferencias 1 (2004). La atualidad del agrario mexicano. Ciudad de Mexico, Universidad Autonoma Metropolitana, unidad Xochimilco, 22 de abril de 2004.

Codo W (1986). O que é alienação. São Paulo: Brasiliense.

Coloquio 30 Anõs del Posgrado em Desarrollo Rural (2014). Palestra de abertura. Mexico: UAM-Xochimilco.

Comerford JC (1999). Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5).

Corsi FL (1990). Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro.

Cortêz C (1985). A travessia do Rio dos Pássaros. Campo Grande: [s.n].

Cortêz C (1992). Brasiguaios: os refugiados desconhecidos. Campo Grande: Brasil Agora.

Costa CB (2009). Vozes da terra: lutas e esperanças dos Sem-terra. Uberlândia: EDUFU.

Crespe ACL (2009). Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os guarani e kaiowá no município de Dourados - MS: Dissertação de mestrado em História. Dourados: UFGD.

Doratioto FFM (2002). Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia Das Letras.

E-Biografias (2014). Fernando Lugo. Disponível em <http://www.e-biografias.net/fernando_lugo/>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

Elias N (2000). A sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar.

Elias N (2006). A Sociedade da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Encarnácion J (2014). Depoimento em visita de campo. In: Seminário Nacional Trayectorias y desafíos de la Agricultura Familiar y la Agroecología. San Martin de Jilotepec. Chimaltenango, Guatemala: Fundebase.

Erthal R (2006). Os complexos agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. Revista Geo-paisagem, 7: 15-26.

Escobar A (2008). La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana.

Fabrini JE (2012). Os camponeses e suas práticas coletivas. Revista Eletrônica da Associação Dos Geógrafos Brasileiros, 8: 1-22.

Fabrini JE, Roos D (2014). Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio Latifundiário. São Paulo: Outras Expressões.

Fanon F (1968). Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FAO (2011). Dinamica del mercado de la tierra en America Latina y el Caribe: El caso de Paraguay. Santiago.

Farias MFL (2012). Viver na terra e viver da terra: sociabilidades no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul, REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, 5(1).

Feder E (1981). Campesinistas y descampesinistas: Tres enfoques divergentes (no incompatibles) sobre la destruicción del campesinato. In: Garcia A. Desarrollo Agrário y la América Latina. México: Fondo de Cultura Económica.

Fernandes BM (2001). Questão Agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

Fernandes BM (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: Revista Nera – Presidente Prudente, 8(6).

Ferrari CA (2008). Dinâmica territorial na fronteira: O avanço do agronegócio e exploração dos brasiguaios no departamento de Alto Paraná/PY. Dissertação de mestrado em Geografia. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

FIOBI (2015). Quien somos. Frente Indígena de Organizaciones Binacional. Disponível em < http://fiob.org/> acesso em 12 de fevereiro de 2015.

Galeano E (1988). As veias abertas da América Latina. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Galeano E (1989). De Pernas pro ar: A escola do mundo do Avêsso. Porto Alegre: LP&M.

Galeano LA (2011). El caso del Paraguay. FAO (Org.). Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). 407-434.

Garcia A (1981). Desarrollo agrario y America Latina. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Gattermann B (2006). Itaipu, a pedra que canta o desespero e o desencanto dos agricultores atingidos pela barragem. Monografia de especialização do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História da Educação Brasileira. Cascavel: Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE.

Germer C (2014). O marxismo e a questão agrária no Brasil hoje. In. Agroecologia: uma abordagem critica. PRESSOTO NUNES, Sidemar. Ijui: Unijui.

Giménez G (2007). Estudios sobre la cultura y las identidades sociales. Mexico: Conaculta-iteso.

Glauser M (2009). Extranjerización del territorio paraguayo. Asunción: Base Investigaciones Sociales.

Gomez M (2008). Paraguay: Reforma Agrária. In: Ortega G; Palau T (Org.). Reformas Agrarias en América Latina: Memoria del seminario internacional. Asunción: Base investigaciones sociales.

GRAIN (2015). Contaminación transgénica del maíz campesino en México. Disponível em: <https://www.grain.org/es/article/entries/992-contaminacion-transgenica-del-maiz-campesino-en-mexico>. Acesso em 29 agosto de 2015.

Gramsci A (1978). Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes.

Graziano J (1998). A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. Campinas: Unicamp.

Guedes AD (2013). Lutas por Terra e Lutas por Território nas Ciências Sociais Brasileiras: Fronteiras, Conflitos e Movimentos. In: Acselrad H (Org.). Cartografia Social, Terra e Território. 1 ed.Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.

Guzmán S, Molina MG (2013). Sobre a evolução do conceito de campesinato. Tradução Gutierres Ê, Carvalho HM. São Paulo: Editora Expressão popular.

Habert N (1996). A década de 70*:* Apogeu e crise da Ditadura Militar Brasileira. 3. ed. São Paulo: Editora Ática.

Hannerz Ulf (1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana: Estudos de antropologia social, 1(3): 7-39.

Harvey D (2004). O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey D (2013). Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo.

Hernandez R (1993). Teorías sobre campesinado em América Latina: Una evaluación crítica. In: Revista Chilena de Antropología N° 12. Santiago: Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Chile.

Hespanhol NA (1999). A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: Meneguette Junior M, Alves N (Orgs.). FCT 40 anos, perfil científico-educacional. Presidente Prudente: UNESP/FCT.

Hespanhol NA, Neves Neto CC (2009). A atuação do Estado Brasileiro no Processo de Modernização Agrícola e a Incorporação do Conceito de Microbacias Hidrográficas nas Políticas Públicas. Caderno Prudentino de Geografia, 1(31).

Hobsbawn E (2008). A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). Companhia das Letras.

Holtz GE (2008). Campesino a campesino: Voces de Latinoamérica. Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable. Managua: SIMAS.

Houtart F (2014). Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos. Quito: Editorial Iaen.

Ianni O (1976). Escravidão e Racismo. São Paulo: Hucitec.

Iasi ML (2007). Ensaios sobre a consciência e emancipação. São Paulo: Editora Expressão Popular.

IBGE (1995). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 1995-1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2016.

IBGE (2014). Instituto brasileiro de geografia e estatística. Novo Horizonte do Sul. Cidades. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500625>. Acesso em 21 de abril de 2014.

Ihu AC (2015). Antonio Cechin, irmão marista, Profeta da Ecologia. Revista IHU On-line. Disponível em < http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510533-antonio-cechin-irmao-marista-profeta-da-ecologia> acesso em 17 de fevereiro de 2015.

Ilich I (1978). Energía y Equidad. Fondo de cultura económica, México.

ISTOÉ (1982). O negócio do século. São Paulo: Editora Três.

Kitching G (1982). Development and underdevelopment in historical perspective. London: Routledge Library Editions.

Kudlavicz M et al. (2007). Os Assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas.

Lagarreta P (2009). Miradas sobre la integración. Ruris, 3(2): 125-140.

Lambert W (1975). Psicologia Social. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Lane STM (1986). Psicologia Social: o homem em movimento. Porto Alegre: Brasiliense.

Levi-Strauss C (1996). Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia Das Letras.

Loera RN (2006). A espiral das ocupações de terra. São Paulo: CERES/Polis.

Loera RN (2009). Tempo de acampamento. Tese de doutorado. Campinas: Programa de pós-graduação em antropologia social. Unicamp.

Macedo ME (2005). Ocupações como meio de reivindicar terras no Rio de Janeiro. Interseções. Rio de Janeiro: UERJ, 8(1): 7-24.

Malinowski B (1999). Argonautas do Pacfico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural.

Marés CF (2003). A função social da terra. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

Marini R (1973). Dialéctica de la dependencia, México: Ediciones Era.

Martine G (1987). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés.

Martins JS (1997). O Brasil arcaico contra o Brasil moderno. In: Martins JS (Org.). Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus.

Martins JS (2003). Sociologia e Sociedade. São Paulo: Ltc.

Marx K (1988). O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural.

Marx K (2008). A revolução antes da Revolução. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, São Paulo: Expressão Popular.

Mazzarolo J (2003). A taipa da injustiça. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola.

Mendras H (1976). Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.

Mészáros I (2000). A crise estrutural do capital. In: Outubro. N, 4. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas.

Mezzomo FA (2006). Pastor Werner Fuchs – Uma biografia construída numa práxis político-religiosa. Revista Alamedas. Cascavel, 2.

Monbeig P (1998). Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec.

Moro DA (2000). Modernização da agricultura paranaense. In: Villalobos JU (Org.) Geografia social e Agricultura. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia. UEM.

MST (2015). MST reorganiza brasiguaios e intensifica a luta pela terra no MS. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/04/11/mst-reorganiza-brasiguaios-e-intensificam-a-luta-ela-terra-em-mato-grosso-do-sul.html>. Acesso em 12 de abril de 2015.

NEWS (2015). A cidade dos brasiguaios. Disponível em <www.nhsnoticias.com.br>. Acesso em 13 de abril de 2015.

Oliveira A (2015). A outra história de Itaipu. In Defesa Net. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/5648/A-outra-Historia-de-ITAIPU>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

Oliveira AU (1994). A Geografia das lutas no Campo: Conflitos e Violência, movimentos sociais e resistência. A Nova República e a Reforma Agrária. 6. ed. São Paulo: Contexto.

Oliveira AU (2004). Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática.

Oliveira AU (2012). A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica.

ONU (2014). Dados de população. Centro de Informação das nações unidas.

Ortiz S (1974). Reflexiones acerca del concepto de cultura campesina y de los sistemas cognoscitivos del campesino. In: Bartolomé L, Gorostiaga E (Org.) - Estudios sobre el campesinado latinoamericano: la perspectiva de la antropología social. Buenos Aires, Ediciones Periferia S.R.L.

Ouvidoria Agrária Regional (2015). Relatório de Conflitos no Campo. Curitiba.

Palmeira M (1979). Desmobilização e conflito, relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. Revista de Cultura e Política, 1(1): 41-68.

Pantaleón J (2002). Antropologia, desenvolvimento e organizações não-governamentais na América Latina. In: L'ESTOILE, Benoît de ET alii: Antropologia, impérios e estados nacionais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ FAPERJ.

Perez R, Cabra E (2014). CALLE 13. El aguante. In: Multiviral. Lyrics Warner/ Chappell Music, Inc.

Pinto T (2015). Plantation, um sistema de exploração colonial. In. Brasil Escola. Disponível em <www.brasilescola.com.br/plantation>. Acesso em 22 de out. de 2015.

Ploeg JDVD (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. Rio de Janeiro: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, 8: 17-32.

Prado Junior C (1966). A Revolução Brasileira: São Paulo: Brasiliense.

Quintero J (2006). Entrevista al Delegado zero en la televisión española. Disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/06/16/entrevista-al-delegado-zero-en-la-television-espanola>. Acesso em 03 de agosto de 2014.

Real Academia Española (2015). Banco de datos (CORDE) [en línea]. Corpus diacrónico del español. <http://www.rae.es> Acesso em 13 de fevereiro de 2015.

Reyes LL, Salgado MPC (2013). Identidades: teorias e métodos para su análisis. México: Colección debate y reflexión, CEIICH – UNAM.

Rojas L (2009). Actores del agronegocio en Paraguay. Asunción: BASEIS Diakonía.

Rosa MC (2009). A 'forma movimento' como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In Mabel Grimberg; María Ines Fernández e Marcelo Rosa. Estado y movimientos sociales: Estudios etnográficos en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Antropofagia, UBA.

Rosa MC (2012). Ocupações de Terra. In: Caldart R et al. (Org.). Dicionário de Educação no Campo. Rio de Janeiro e São Paulo: Fiocruz e Expressão Popular.

Rosa MC et al. (2010). Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) 1960 – 2000. Rio de Janeiro: ed. Garamond.

Santiago E (2015). Marcha para o Oeste. InfoEscola. Disponível <www.infoescola.com.br/marchaparaoeste>. Acesso em 24 de out. de 2015.

Santos M (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record.

Schmidt M (2015). Marcha de trabalhadores chega em Campo Grande e pede reformas. Disponível em <http://capitalnews.com.br/cotidiano/marcha-de-trabalhadores-chega-em-campo-grande-e-pede-reformas/277882>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

Scorza M (1972). Garabombo, el Invisible. Buenos Aires: Monte Ávila Editores.

Scott J (1976). The moral economy of the Peasant*:* rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven, Londres: Yale University Press.

Seyferth G (2009). Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /Pessanha Neves D (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Shanin T (1983). La clase incómoda. Madrid: Alianza Editorial.

Shanin T (2005). A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera. Presidente Prudente, 8(7): 1-21.

Shilling P (1979). Como se coloca a Direita no Poder: Os personagens. Porto Alegre: Global Editora.

Sigaud L (2000). A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, 58: 73-92.

Sigaud L (2003). Lonas e bandeiras em terras pernambucanas. Rio de Janeiro: Museu Nacional - Tecnopop.

Sigaud L (2008). As condições de possibilidade das ocupações de terra. Tempo Social: São Paulo: Revista de sociologia da USP, 255-280.

Sigaud L et al. (2010). Ocupações e Acampamentos: Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond/faperj.

Silva JG (1980). O que é Questão Agrária? 14. ed. São Paulo: Brasiliense.

Silva VI (2015). Campesinato é classe social? <http://mpaparana.blogspot.com.br/2010/05/campesinato-e-classe-social.html> Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

Singer P (1979). Economia política da urbanização. 6. ed. São Paulo: Brasiliense.

Sobreiro Filho J (2011). Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise do processo de dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses no Pontal do

Paranapanema. In: IX Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação em Geografia e Pesquisa em Geografia, Goiania: IX Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação em Geografia e Pesquisa em Geografia.

Souchaud S (2011). A visão do Paraguai no Brasil. In: Contexto Internacional, 33(1): 80-97.

Souchaud S et al. (2007). Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. Teoria & Pesquisa, 5(1): 39-60.

Souza DC (2010). O meio ambiente das cidades. São Paulo: Atlas.

Sprandel M (1996). Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. In: Pastoral do Migrante et al. (Org.). O fenômeno migratório no limiar do século XXI. Petrópolis: Vozes.

Sprandel M (2000). Una Identidad de Frontera y sus Transformaciones. In: Colección Signo. Tradução: Laura Abramzón. Buenos Aires: Ediciones Ciccus.

Sprandel M (2003). O saber antropológico de um ponto de vista comparativo. In: V Reunião de Antropologia do Mercosul, Florianópolis: V Reunião de Antropologia do Mercosul. Antropologias em Perspectivas. Programa e Resumos. Universidade Federal de Santa Catarina.

Stédile JP, Fernandes BM (2012). Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

Streeck W (2014). Como o capitalismo vai acabar? In: Revista Piauí, edição 97.

Tavares MC (1972). Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

Tedesco C, João Carlos JJ (2007). Governador Brizola, o Master o e conflito na Fazenda Sarandi 1960-1962. In: XXIV Simpósio Nacional De História, Associação Nacional de História. São Leopoldo – ANPUH.

TERRA (2015). Carperos paraguaios ressurgem exigindo terras de brasiguaios. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/carperos-paraguaios-ressurgem-exigindo-terras-de-asiguaios.html> Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

Thomaz Júnior A (2009). Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos. Tese de Livre Docência. São Paulo: [S.n], 2009a. Volumes I e II. UNESP.

Thomaz Júnior A (2013). Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese de livre docência. Presidente Prudente.

Thompson EP (1998). Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

Trias V (1975). De Francia el supremo a la Guerra de la Triple Alianza. Buenos Aires, Cuadernos de Crisis, 19.

Tristoni RH (2011). Pinto. Fronteira Brasil e América Latina: um cenário intercultural. In: VI Congresso Internacional Roa Bastos. Foz do Iguaçu: VI Congresso Internacional Roa Bastos arquivos de fronteira.

Turner FJ (1956). The significance of the frontier in American history, In: Taylor GR (ed.). The turner thesis concerning the role of the frontier in American history. Boston: Heath and Company.

Valdez A (1985). Vigencia o disolución de las formas productivas campesinas em América Latina? Las formas productivas conuqueras de Venezuela. Un ensayo de interpretación teórica, Barinas: Universidad Exzequiel Zamora.

Vaneski EF, Loera NR (2015). O movimento dos brasiguaios sem-terra. In: VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; Almeida, Ana Lúcia de Jesus (eds). Residência Agrária: Reflexões e Práticas sobre o Desenvolvimento Territorial Camponês. Presidente Prudente, [s.n].

Vázquez F (2006). Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay Asunción: ADEPO-UNFPA-GTZ.

Velho O (2009a). Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1976].

Velho O (2009b). Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Vermelho (2015). Paraguai: MST apoia luta de sem-terra contra latifundiários brasiguaios, disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=7&id_noticia=174432>, acesso em 10/03/2015.

Vigliecca H (2015). 70% dos territórios urbanos na América Latina são locais informais onde 'não há cidade'. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/32229>. Acesso em 11 de junho de 2015.

Wachowicz R (1987). Obragero, mensus e colonos: História do Paraná. Curitiba: Vicentina.

Wagner C (1990). Brasiguaios: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes.

Wallerstein I (2005). Análisis de Sistema-Mundo: Una introducción. México: Siglo Veintiuno Editores.

Warman A (1976). Y venimos a contradecir: Los campesinos de Morelos y el estado Nacional. México: Centro de Investigaciones Superiores del INAH, 1976.

Warman A (2001). El campo mexicano en el siglo XX. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Wolf E (1975). Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Wolf E (1982). Europa y la gente sin historia. México: Fondo de Cultura Economica.

Woodward K (2000). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Silva TT et al. (Org.). Identidade e diferença: A Perspectiva de Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.

Woortmann K (1990). Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro.

World Bank Banco Mundial (2013). Global Economic Prospects 2013. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/publication/global-economirospects/data?region=LAC>. Acesso em 11 fevereiro de 2015.

World Bank Banco Mundial (2015). Global Economic Prospects 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/publication/global-economirospects/data?region=LAC>. Acesso em 11 de fevereiro de 2015.

SOBRE O AUTOR

ENER VANESKI FILHO

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), com estágio na BISHOP'S University no Quebec-Canadá. Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP), onde realizou intercâmbio no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Autônoma Metropolitana (UAM-XOCHIMILCO) na Cidade do México e no Centro de Investigação e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS-OCCIDENTE) em Guadalajara. Graduado em Geografia (FAFIUV-UNESPAR) e Técnico em Agropecuária (UFSC). Servidor do INCRA, tendo trabalhado no Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Foi professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: enervaneski@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

acampamento, 4, 8, 9, 10, 12, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 93, 95
agrário, 13, 23, 28, 41, 45, 73
agricultores, 8, 9, 19, 20, 24, 25, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 79, 83, 85, 86, 87, 91
agricultura, 9, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 30, 31, 36, 39, 40, 41, 42, 68, 70, 73, 82, 84, 91, 93, 94
Agroecologia, 18, 91
agronegócio, 5, 18, 22, 24, 37, 38, 51, 54, 60, 70, 82, 83, 84, 86, 91
alimentação, 63, 84
ambiental, 8, 19, 22, 27, 43
América Latina, 13, 15, 16, 21, 23, 24, 28, 32, 42, 45, 83, 84, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 99
antropologia, 14, 32, 92, 93
Assentamento, 9, 62, 66, 71, 76

B

brasiguaios, 9, 10, 24, 34, 36, 38, 40, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 76, 79, 86, 87, 91, 93, 96, 97
Brasil, 3, 9, 13, 15, 16, 18, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 65, 67, 69, 72, 73, 74, 79, 80, 84, 85, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96

C

campesinato, 4, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 29, 39, 47, 73, 80, 82, 83, 85, 88, 90, 91, 95, 97
camponês, 5, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 28, 29, 73, 80, 82, 83, 84, 89, 95
capitalismo, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 31, 32, 39, 40, 42, 46, 51, 72, 83, 89, 96
conflitos, 21, 45, 67, 80
cultura, 13, 16, 23, 30, 40, 51, 83, 91, 92, 94, 96

D

desenvolvimento, 4, 8, 9, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 28, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 49, 50, 51, 58, 64, 65, 73, 82, 89, 92, 94
direitos, 18, 25, 34, 43, 45, 51, 53, 54, 55, 64, 73, 85

E

educação, 30, 56, 57, 63, 82
exclusão, 22, 47, 81

F

famílias, 5, 8, 9, 28, 29, 31, 36, 43, 47, 49, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 79, 80, 86, 87, 90
fronteira, 4, 10, 12, 26, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 67, 70, 73, 74, 75, 79, 81, 85, 86, 87, 91, 96, 97

G

geografia, 4, 34, 38, 62, 92

I

Incra, 62, 68, 79
indígenas, 5, 15, 18, 24, 26, 28, 37, 38, 48, 51, 52, 60, 77, 83, 86, 90
Itaipu, 6, 9, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 45, 46, 58, 73, 85, 87, 91, 93

L

livro, 3, 5, 14, 20, 21, 24, 31, 36, 39, 40, 48, 56, 59, 63, 64, 65, 72, 89

M

Mato Grosso do Sul, 9, 24, 26, 31, 36, 38, 40, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 70, 74, 75, 76, 79, 84, 85, 88, 90, 99
México, 2, 12, 14, 16, 17, 21, 28, 48, 59, 83, 84, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99
migração, 18, 24, 25, 26, 28, 29, 37, 86
modernização, 9, 20, 21, 23, 25, 28, 29, 31, 36, 39, 40, 42, 43, 84, 93

N

natureza, 5, 14, 20, 21, 61, 64, 83

P

Paraguai, 4, 9, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 96, 97
Paraná, 8, 9, 10, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 49, 52, 53, 55, 57, 58, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 78, 84, 85, 91, 97, 99
políticas públicas, 8, 51, 84
produção, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 24, 25, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 66, 69, 74, 83, 84, 88, 89, 94

R

reforma agrária, 9, 12, 13, 15, 24, 29, 30, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 73, 76, 80, 82, 85, 86, 88, 95

S

saúde, 30, 63
sociedade, 13, 14, 15, 16, 20, 29, 31, 39, 48, 50, 52, 53, 56, 58, 60, 85, 90
soja, 25, 30, 31, 36, 52, 69, 71, 73

T

terra, 5, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 96, 97
território, 16, 20, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 43, 46, 49, 50, 54, 65, 66, 78

ISBN 978-658831991-8

Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
https://www.editorapantanal.com.br
contato@editorapantanal.com.br